

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA PIRES EVANGELISTA

**PERSPECTIVAS SOBRE A “SOCIEDADE CIVIL GLOBAL” NO
ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SÃO PAULO

2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA PIRES EVANGELISTA

**PERSPECTIVAS SOBRE A “SOCIEDADE CIVIL GLOBAL” NO
ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais sob a orientação da Profa. Doutora Flávia de Campos Mello.

SÃO PAULO

2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA PIRES EVANGELISTA

**PERSPECTIVAS SOBRE A “SOCIEDADE CIVIL GLOBAL” NO
ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais sob a orientação da Profa. Doutora Flávia de Campos Mello.

Data de Aprovação:

___/___/___

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Flávia de C. Mello
(orientador)
PUC-SP

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser
PUC-SP

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira
Unesp-SP

Agradecimentos

Agradeço ao Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, seus coordenadores e professores, pelo acolhimento e estímulo para a realização deste trabalho.

À CAPES, pelos auxílios concedidos para a realização deste trabalho.

À minha orientadora Professora Flávia de Campos Mello, pela compreensão e paciência com os meus “devaneios” ao longo da realização deste trabalho, e pelo constante estímulo para o meu envolvimento com o estudo das relações internacionais.

Aos professores Reginaldo Nasser e Marco Aurélio Nogueira pela leitura cuidadosa e pelas importantes contribuições ao desenvolvimento dessa pesquisa a partir do exame de qualificação. Assim como pelas orientações e constante estímulo desde os meus primeiros contatos com o mundo da ciência política e das relações internacionais.

Aos meus pais José Carlos e Lucila, pelo apoio incondicional e por estarem sempre presentes, mesmo quando os caminhos escolhidos nos separavam. Ao meu irmão, pela presença e pelo seu bom humor e sensibilidade que sempre me dão leveza para caminhar.

Ao meu querido companheiro Andre Degenszajn, pela inspiração de todos os dias, pelas alegrias, pelas vivências. Pela presença, mesmo nos momentos mais distantes.

Aos professores Luiz Eduardo Wanderley, Raquel Raichelis e Tullo Vigevani pelas valiosas orientações, pelo constante estímulo ao envolvimento no mundo acadêmico e pelos seus trabalhos que sempre me servirão de referência.

Aos meus colegas do Programa San Tiago Dantas, pelas trocas de informações e pelos relatos de suas próprias experiências de pesquisa – essenciais para a reflexão sobre o meu trabalho, em especial às companheiras de estudo Mariana Barros e Ana Paula Maielo, pelas orientações acadêmicas e pelos momentos de descontração.

Às minhas queridas amigas Lucia Nader, Bruna Romano, Thais Mendes e Beatriz Bruno, por estarem sempre ao meu lado e por me agüentarem nos momentos de crise.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram neste processo por vezes muito solitário, mas muito enriquecedor e gratificante.

Resumo

Este trabalho busca analisar as diferentes perspectivas que os estudos no campo das relações internacionais têm adotado sobre a “idéia de uma sociedade civil global”. Em primeiro lugar, procurar-se-á observar em que momento e em que contexto político o conceito começa a surgir com mais frequência na literatura em questão, buscando identificar as condições históricas que possibilitaram a criação e a reprodução de diferentes discursos sobre a sociedade civil global. Em seguida, serão exploradas mais detalhadamente as próprias interpretações e utilizações do conceito, identificando os principais elementos de aproximação e distanciamento entre as diversas abordagens e as formas pelas quais cada uma delas entende o conceito de sociedade civil e sua relação com processos como a globalização e as transformações na ordem mundial. Por fim, far-se-á um breve cruzamento deste debate com algumas das correntes teóricas em relações internacionais e, assim, apresentar-se-á de que maneira a trajetória do debate sobre a idéia de sociedade civil global reflete a própria heterogeneidade do campo de estudo das relações internacionais.

Palavras-chave

Relações internacionais; sociedade civil global; globalização; sociedade civil; política mundial.

Abstract

This research seeks to analyze the various perspective adopted in the International Relations field on the "idea of a global civil society". First, it will examine the moment and the political context in which the concept appeared with regularity in the specific literature, aiming at identifying the historical conditions that allowed the development and dissemination of different discourses on global civil society. Second, the very interpretations and uses of the term will the explored in detail, identifying the main converging and diverging elements among the different approaches and the ways in which they conceive the concept of global civil society and its relation with process such as globalization and world order transformations. Last, this debate will be confronted with selected International Relations theories and, thus, it will discuss the extent to which the debate on the idea of global civil society reflects the very heterogeneity of the International Relations field.

Keywords

International Relations; global civil society; globalizations; civil society; world politics.

Sumário

Introdução	10
O contexto e os principais conceitos em debate	15
Globalização, interdependência e novos atores.....	17
O renascimento da idéia de sociedade civil.....	26
A “revolução associativa global”	36
A construção de uma idéia.....	45
Três perspectivas em torno do conceito de sociedade civil global.....	47
Alguns enfoques cosmopolitas	54
Uma perspectiva marxista: a análise de Alejandro Colás.....	69
Uma perspectiva neogramsciana: a contribuição do pensamento de Robert Cox.....	74
A sociedade civil e o debate teórico em relações internacionais.....	80
As análises transnacionalistas e os contornos da democracia cosmopolita.....	82
Os diferentes percursos e contribuições da teoria crítica	89
As contribuições do pós-modernismo	98
Um debate fragmentado.....	101
Considerações Finais	103
Referências Bibliográficas	106
Anexo I.....	121

Lista de tabelas

Tabela I

39

Abreviaturas

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ATTAC – Associação pela Taxação das Transações Financeiras para o Auxílio dos Cidadãos

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FEM – Fórum Econômico Mundial

FSE – Fórum Social Europeu

FSM – Fórum Social Mundial

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OCDE – Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UE – União Européia

UN – *United Nations*

Introdução

Nas última duas décadas, o conceito de sociedade civil global começa a ganhar espaço nas notícias de jornais, nos discursos políticos e nas mais diversas análises no campo das ciências sociais. Acadêmicos, organizações internacionais, veículos de mídia, chefes de Estado, empresários, ativistas, entre outros atores, representantes das mais diversas posições políticas, da extrema esquerda à extrema direita, passaram a construir e reproduzir diferentes discursos sobre uma emergente sociedade civil global.¹ O termo se dissemina e assume diversos significados em diferentes contextos. Numa época de mudanças globais profundas — mudanças estruturais na economia política mundial, instabilidade financeira global, surgimento de novos centros de autoridade e regulação que ultrapassam as fronteiras nacionais, revolução tecnológica nos meios de comunicação — a idéia de sociedade civil global aparece inicialmente como uma resposta “democratizante e civilizadora” a tais transformações e como uma forma de conceituar o fenômeno de crescente atuação de forças sociais em âmbito internacional e global.

Desde as primeiras análises sobre o tema produzidas no campo das relações internacionais, no início da década de 90, os estudos oscilam entre uma tentativa de conceituação, partindo do pressuposto de que se tratava de uma idéia em formação, e uma busca em observar o fenômeno, a emergência de uma sociedade civil global, empiricamente. De uma maneira geral, as diferentes abordagens sobre a “sociedade civil global”, a partir da ótica das relações internacionais, admitem que a idéia em si nos fornece uma perspectiva analítica importante sobre diversos processos políticos, sociais e culturais contemporâneos, mas também apontam para a necessidade de uma maior sensibilidade e cuidado em compreender os méritos e perigos de tal conceito. (Germain e Kenny, 2005).

¹ Somente a título de ilustração, uma amostra do uso do conceito por diferentes atores pode ser vista no Anexo I que apresenta uma seleção de artigos e matérias do jornal Folha de São Paulo, entre os anos 1999 e 2005.

Como o conceito é utilizado e definido por estes diferentes atores? Como ele é abordado nos estudos em relações internacionais? É possível falar em sociedade civil global sem a existência de um “Estado global”?

É neste contexto, portanto, em que estão em pauta diversos discursos, leituras e utilizações da idéia de sociedade civil global, e buscando dar conta das potencialidades e limitações da utilização de tal conceito, que se apresenta a sistematização e discussão proposta neste trabalho.

O objeto de estudo proposto nesta pesquisa— a idéia e o conceito de sociedade civil global — pode ser encontrado na literatura de referência de diversas maneiras: “sociedade civil globalizada” (Cohen, 2003); “sociedade civil internacional” (Colás, 2002); “sociedade civil na modernidade tardia” (Onuf, 2005); “sociedade civil na virada do milênio” (Cox, 1999). Para facilitar a análise, e por ser também a nomenclatura mais presente no material analisado, este estudo utilizará o termo “sociedade civil global” sem negar o debate que existe em torno desta nomenclatura. O objetivo central é observar as diferentes maneiras pelas quais o conceito de sociedade civil global — assim como os diferentes processos aos quais ele se refere — é relatado, descrito e caracterizado na literatura de relações internacionais. Portanto, ainda que o presente objeto de pesquisa apareça no material de referência com diferentes nomenclaturas e denominações, o importante será analisar exatamente essa diversidade nos discursos.

Por que abordar este tema? Qual a relevância deste debate para o estudo das relações internacionais? Como afirmam Germain e Kenny,

A tarefa de compreender a trajetória da ordem mundial em uma era conturbada – em que canais institucionais conhecidos e poderes estatais parecem estar atrofiados ou até mesmo arruinados – sugere uma atenção renovada aos elementos fundadores da ordem que funcionam além, bem como acima e abaixo, do alcance de Estados individuais. A idéia de sociedade civil global conseguiu, até certo ponto, alcançar essa necessidade analítica e, portanto, tornou-se uma rica categoria teórica a ser explorada [...] (2005: 6).²

Acredita-se, portanto, que este debate traduz processos políticos contemporâneos relevantes, no entanto o conceito e a idéia de uma sociedade civil global entram para o vocabulário político nos últimas décadas e passam a ser utilizados e reproduzidos nos quatro cantos do mundo sem uma maior reflexão sobre estes processos. Para alguns, a

² Todas as citações em línguas que não sejam a portuguesa serão traduzidas. Todas as traduções são de minha autoria.

idéia em si é um símbolo de um caminho mais democrático de enfrentamento das transformações globais, para outros ela deve ser simplesmente rejeitada porque representaria a homogeneização de processos políticos, atores sociais e conflitos inerentes a estas transformações. Em outros discursos ainda, a idéia aparece como uma “soma das diferentes sociedades civis”. Enfim, trata-se de um conceito e uma idéia relevante para a ciência política e para as relações internacionais que merece uma reflexão mais detalhada sobre suas origens e interpretações. Mostra-se oportuno, também, uma observação mais detalhada sobre as diferentes perspectivas acerca do debate para que não reproduzamos conceitos e idéias generalizantes sobre o que seria ou viria a ser a sociedade civil global.

Acredita-se também que as próprias perspectivas sobre a sociedade civil global refletem e, ao mesmo tempo, irão definir o olhar que construímos e adotamos sobre este “mundo em transformação”. Os diferentes discursos sobre o conceito, na realidade, representam também práticas e não constituem apenas diferentes maneiras de analisar e interpretar um fenômeno. Como veremos ao longo do trabalho, as diferentes perspectivas sobre a sociedade civil global também representam práticas que adotamos, ou podemos vir a adotar, frente a este novo mundo.

Que caminhos serão percorridos?

Para analisar o objeto proposto e atingir os objetivos apresentados anteriormente, optou-se por trabalhar com os autores que têm refletido mais sistematicamente sobre a questão da sociedade civil “em tempos de globalização”. Como a literatura sobre os temas e conceitos subjacentes a esta questão – o conceito de sociedade civil, a internacionalização dos atores sociais, a globalização, as transformações no sistema internacional pós-Guerra Fria, entre outras – é muito vasta, foram analisados os estudos que se propõem a abordar diretamente o conceito de sociedade civil global, ainda que o termo utilizado não seja exatamente este, conforme esclarecido anteriormente. Quanto ao detalhamento das diferentes visões, optou-se por adotar um autor central a cada uma delas para, dessa forma, ilustrar de forma mais clara o pensamento e as divergências existentes. Esta divisão, por sua vez, representa os eixos a partir dos quais este trabalho acredita estar organizado hoje o debate sobre a sociedade civil global no campo de estudo das relações internacionais. O que não significa dizer que esta divisão seja absoluta ou

definitiva, tampouco que dentro de cada perspectiva não existam nuances e variações. A organização proposta traduz uma das inúmeras leituras possíveis acerca do material analisado. Uma leitura a partir de elementos que aproximam e distanciam as diferentes perspectivas, utilizando como eixo as diferentes formas de conceituar a sociedade civil e de analisar o campo de estudo das relações internacionais.

Por que não apresentar o objeto a partir de conceitos centrais que o definem, mas sim adotar como estrutura as diferentes perspectivas? Exatamente pelo fato das diferentes perspectivas em debate hoje divergirem com relação a esses próprios conceitos ligados ao objeto analisado. Apresentar este trabalho a partir somente dos conceitos que estão por trás da noção de sociedade civil global seria admitir que uma dentre as diferentes maneiras de interpretar esta idéia seria a correta, ou a mais correta, e não é isso que este trabalho propõe fazer. Não se propõe tampouco mensurar o fenômeno, mas sim observar como ele tem sido definido e debatido do ponto de vista teórico.

Para alcançar tais objetivos, o trabalho está dividido em três partes. Primeiro, pretende-se observar em que momento e em que **contexto** político o conceito começa a surgir com mais frequência na literatura sobre relações internacionais, buscando identificar as condições históricas que possibilitaram a criação e a reprodução de diferentes discursos sobre a sociedade civil global. Situar este debate no contexto da globalização mostra-se central. O objetivo não é definir o conceito, mas sim apontar as várias implicações que o processo de globalização traz para a ordem mundial, principalmente, com relação às dinâmicas de interação dos atores no sistema internacional.

Esta primeira parte refere-se também a uma revisão, ainda que muito breve, sobre o conceito de sociedade civil, identificando as origens do termo e, principalmente a maneira como ele tem sido utilizado e analisado nos dias de hoje, o chamado “renascimento da sociedade civil” nas análises da década de 1970 e 1980 e suas formas contemporâneas. Dessa maneira, será possível entender, nos capítulos que se seguem, como o conceito tem sido apropriado ao estudo das relações internacionais e identificar as bases nas quais os discursos sobre a sociedade civil global vêm sendo construídos.

Somente após estas reflexões, será possível organizar e analisar diferentes **debates sobre a sociedade civil global**, contrapondo conceitos e identificando os principais elementos de aproximação e distanciamento entre distintas abordagens

encontradas na literatura em questão a partir do início da década de 1990. Esta segunda parte apresentará o material central deste trabalho.

Por fim, a partir da análise realizada nos capítulos anteriores, serão feitas algumas considerações a respeito dos cruzamentos destas perspectivas com **o estudo das relações internacionais**. Uma tentativa de apontar os diferentes momentos e as diferentes maneiras pelas quais os debates teóricos recentes deste campo têm incorporado o conceito de sociedade civil e, conseqüentemente, o papel que a idéia de sociedade civil global adquire em cada um deles, ainda que de forma introdutória, abrindo as portas para uma reflexão futura mais aprofundada.

O contexto e os principais conceitos em debate

Talvez a característica mais marcante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele.

(Hobsbawn, 1995: 24)

São muitas as análises que apontam para um mundo em transição na virada do milênio.³ Uma transição multifacetada, que acontece em diversos níveis e de diversas formas. Acontece no mundo político, social, cultural, econômico, local, regional, global e individual. Como poderíamos brevemente sintetizar as principais marcas e tendências destas transformações? Como a idéia de uma “sociedade civil global” surge em meio a este contexto?

A primeira resposta é mais difícil de ser construída, uma vez que diz respeito à observação de um cenário em constante mudança. O importante é compreendermos o dinamismo inerente a este contexto descrito e analisado neste capítulo. O termo “sociedade civil global” ganha força na década de 1990, no contexto imediato pós-Guerra Fria até a virada do século XX e, portanto, a literatura analisada neste trabalho, em sua grande maioria, dialoga com este momento da história, buscando interpretá-lo e procurando analisar as conseqüências das transformações que estavam em curso. Já o momento atual, de realização deste trabalho, está inserido em um outro contexto. Por isso, as leituras sobre este “mundo em transformação” dizem respeito ao momento em que surgem os debates sobre a sociedade civil global. Um período de crescente interdependência econômica entre os Estados, de crescente integração e interconectividade global — redefinição das relações sociais interna e externamente às fronteiras nacionais, sociedades mais em contato umas com as outras — de redefinição do papel do Estado no cenário internacional e de fortalecimento das análises sobre os chamados ‘novos atores’ — atores não-estatais — na política internacional (Kaldor, 2000; Keane, 2003; Germain e Kenny, 2005; Baker e Chandler, 2005; Vieira, 2001).

³ Sobre essas análises, ver Bauman, 1998; Beck, 2003a e 2003b; Touraine, 1997 e 2005; Camargo, 1999; Gómez, 2000; Held; McGrew, 1999; Kaldor, 2003a; Cox, 1999; Falk, 1995 e 1999; Castells, 1999b e 2004; Giddens, 1991; Santos, 2002; Halliday, 2001.

Para muitos analistas, o fim do século XX foi marcado de um lado, por incertezas, desorientação das políticas, indefinição dos atores no sistema internacional e, de outro, por demandas das “sociedades civis” ao redor do mundo por transformações no Estado e por ações que ultrapassassem as fronteiras nacionais. “Para alcançar as demandas, os novos atores da sociedade civil consideraram necessário e possível estabelecer alianças além das fronteiras e abordar não apenas o Estado, mas também as instituições internacionais” (Kaldor, 2003a: 76). Muitas interpretações deste contexto — fim da história, fim do comunismo, fim do sistema de Westphalia e fim da ordem mundial pós-1945 — levam em consideração não só o fim da Guerra Fria, como também, as transformações geradas pelos processos ligados à globalização (Lima, 1996). Nesse sentido, o termo “sociedade civil global” ganha força, do final dos anos 1980 até a virada do século XX, e o conceito vai se construindo a partir de três processos que já estavam em curso: a intensificação e o aprofundamento do debate sobre a globalização — suas características e impactos — o “renascimento” da idéia de sociedade civil⁴ e o fenômeno que muitos autores irão chamar de “revolução associativa global”.

Iniciemos a observação sobre este contexto a partir destes processos. Ainda que estes elementos pareçam, por hora, desconexos no tempo e entre si, ainda que eles ainda nos deixem confusos quanto ao momento “exato” do desencadeamento destas ou daquelas transformações, será muito útil identificá-los para uma análise posterior sobre a construção das diferentes perspectivas e leituras acerca da sociedade civil global.

O objetivo deste trabalho não é analisar a fundo cada elemento que compõe o estudo sobre a globalização e o conceito de sociedade civil, mas sim observá-los à luz do debate sobre a emergência do conceito de sociedade civil global. Sendo assim, as análises que se seguem terão como base o trabalho de alguns autores que já vêm intensamente discutindo e sistematizando tais debates, como David Held, Anthony McGrew, José Maria Gómez e Manuel Castells, no que diz respeito às considerações acerca da globalização, e John Keane, Sergio Costa, Marco Aurélio Nogueira e Liszt Vieira, na reconstrução do debate sobre o conceito de sociedade civil.

⁴ O debate sobre o “renascimento” da sociedade civil, propriamente dito, é muito presente nos estudos em ciências sociais e se apresenta de diferentes formas nos trabalhos de Gómez, 2004; Vieira, 1996; Keane, 1998; Kaldor, 2003a; Gurza Lavalle, 1999; Costa, 2002; Nogueira, 1993a e 1993b.

Globalização, interdependência e novos atores

Objeto cada vez mais presente na análise social e política contemporânea, a globalização apresenta distintas interpretações e dificilmente é abordada pelos analistas com uma única definição. Na tentativa de conceituar, observar e compreender este fenômeno, as mais diversas áreas de estudo das ciências sociais, incluindo a história, a geografia e as relações internacionais, têm dedicado grande atenção aos estudos e pesquisas sobre o tema. Mas do que se trata afinal? O que significa dizer que vivemos em “tempos de globalização”? Não se pretende apresentar aqui uma definição completa e acabada sobre a globalização, mas sim observá-la como um processo composto por dinâmicas que atingem diferentes esferas da vida social — econômica, política, cultural, social — e de desdobramentos desiguais e irregulares. Não se trata de algo totalmente novo, mas que se intensifica ao longo dos anos. O objetivo será apontar as várias implicações que o processo de globalização traz para a ordem mundial, principalmente com relação às dinâmicas de interação dos atores no sistema internacional.

Muitas vezes, quando buscamos entender e definir a globalização, um conceito que em muitos momentos parece ser tão abstrato e, por vezes, tão concreto, ao produzir efeitos reais na vida das pessoas e na dinâmica política de nações e regiões, deparamo-nos com uma verdadeira confusão entre causas e efeitos, entre a noção de processo e de projeto, entre dinâmicas que são transitórias e conjunturais e aquelas que sinalizam a emergência de uma nova estrutura. Quando jornais destacam notícias como “a globalização tem agravado a exclusão social no Brasil”, ou “a globalização tem reduzido os postos de trabalho ao redor do mundo”, ou ainda “a globalização a serviço da integração”, ou “movimentos anti-globalização protestam nas ruas de Seattle”, o que estamos entendendo por globalização? Transformações e dinâmicas — subjacentes a estas manchetes — como a individualização, a modernização tecnológica, a revolução nos meios de comunicação, assim como, a interpenetração crescente das sociedades, a fragmentação social, a internacionalização da economia e as restrições à regulação estatal da economia, dentre elas, o que são efeitos e o que pode ser analisado como uma dinâmica constitutiva do próprio fenômeno da globalização? O que representa um processo e o que pode ser visto como marca de um dentre outros projetos de globalização?

No que diz respeito à tentativa de conceituação deste fenômeno, é importante ressaltar, em primeiro lugar, que a presente análise parte da idéia defendida por autores como Castells, Held e Giddens de que, quando falamos em globalização, estamos nos referindo a um *processo* (ou um conjunto de processos). O ponto central aqui é a noção de dinâmica, de algo que está em constante desenvolvimento, de uma ação (ou de um conjunto de ações) continuada. Não podemos analisar a globalização, seja do ponto de vista teórico, seja a partir de suas manifestações empíricas, como algo estanque, como um fato ocorrido aguardando possíveis interpretações. Trata-se de um fenômeno em constante movimento. Sobretudo nos dias de hoje, referimo-nos a um conjunto de processos que se aprofundam e se intensificam (Castells, 2004 e Beck, 2003a).

Quando observados os elementos da vida cotidiana, um grande número de análises caracteriza a globalização a partir de uma percepção geral de que o mundo, impulsionado por forças econômicas e tecnológicas, está rapidamente se transformando em um grande espaço social compartilhado, no qual realidades sociais, dinâmicas políticas e estruturas econômicas estão cada vez mais conectadas, integradas e, conseqüentemente, interdependentes. A partir desta “percepção”, poderíamos definir a globalização como um processo composto por três dinâmicas complementares, são elas: a interdependência crescente das atividades humanas, a compressão do espaço em suas formas simbólicas e territoriais e a interpenetração crescente das sociedades (Laïdi *apud* Gómez, 2000). Ainda segundo a análise de Laïdi apresentada por Gómez,

[...] em um momento de compressão do espaço no qual os homens vivem, se movem e trocam, com todas as conseqüências que esse processo tem sobre suas consciências de pertencerem ao mundo, seja tal mundo o marcado para os mercadores, a ordem mundial para os estrategistas, o universal para os indivíduos – cidadãos. A globalização muda, assim, nossa relação com o espaço – que se amplia – e com o tempo – que se acelera. Tudo o que está em jogo, em termos de sentido, é precisamente saber como arcar simbolicamente com essa dupla mudança. Esse momento comum para todas as sociedades humanas é radicalmente incerto, de um lado, porque não implica nenhum acordo sobre uma mesma visão de mundo, e, de outro, porque todos os processos que o nutrem são por definição ambivalentes. (Idem: 55)

Essas dinâmicas, por sua vez, estão presentes em diferentes aspectos da vida social e não podem ser analisadas somente pelo seu viés mais evidente, o econômico. A intensificação da internacionalização da economia e das finanças e a mudança da divisão internacional do trabalho não são os únicos desenvolvimentos que caracterizam a globalização. Os processos em curso descritos acima produzem novas lógicas também

nas esferas política, social e cultural. A literatura de referência utilizada aponta algumas delas que serão analisadas mais detalhadamente a seguir: o fluxo de pessoas que se intensifica, particularmente o movimento migratório do sul para o norte; e mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estado, a individualização e fragmentação social, a desterritorialização, a redefinição do espaço — “encolhimento espacial” — o local, nacional e global cada vez mais interdependentes e interconectados, e, por fim, o surgimento de novas formas de cidadania, nova fontes de identidade.

Dito isso, é importante salientar também que a globalização não é um processo uniforme. Ainda segundo as análises de Laïdi,

O pertencimento a um mesmo mundo desdobra-se em processos de distanciamento econômico e cultural sem precedentes. A simultaneidade planetária traduz-se, finalmente, em uma mundialização dos particularismos. Portanto, para pensar de maneira rigorosa a globalização, é conveniente evitar três obstáculos: vê-la sob o ângulo exclusivo de um processo de homogeneização (a síndrome McWorld – ou McDonald’s, como símbolo da empresa global); reter dela somente os fatores de heterogeneidade; e compreender a dialética da globalização e da fragmentação recorrendo a fórmulas de efeito, fundadas, por exemplo, na oposição McWorld versus Jihad. (Laïdi apud Gómez, 2000: 55-56).

Quais são as novas lógicas que se produzem a partir destes processos? Como a globalização é vivida e sentida no mundo social, político, econômico? O foco neste momento será apontar as transformações, os processos que estão na base da construção do conceito de sociedade civil global. Interdependência, redefinição do papel dos Estados no sistema internacional, o surgimentos de novas fontes e padrões de identidade e o crescimento da participação dos atores não-estatais, os chamados “novos atores”, no cenário internacional.

O crescimento e a intensificação da interconexão global e da integração das economias também gera novas lógicas que aceleram o fluxos — econômicos, de informações, de pessoas — e desorganizam processos políticos tradicionais de bases territoriais e nacionais. O “encolhimento do mundo” por meio do processo que Harvey (2001) vai chamar de “compressão do espaço-tempo”. Aqui os processos de crescimento e modernização dos meios de transporte e comunicação e a velocidade cada vez maior com que essas comunicações e “conexões” entre pessoas, grupos e Estados acontece são decisivos para este processo de “encolhimento”. O surgimento da Internet, chamado

“boom .com” que surge e ganha força ao longo da década de 1990 é central para esta revolução na comunicação.

Outro impacto refere-se ao cenário de crescente, complexa e instável interdependência entre os Estados, instituições internacionais, organizações não-governamentais, corporações financeiras e as diversas outras associações que constituem o sistema global. Ainda que existam diferenças quanto à intensidade e as conseqüências desta interdependência, grande parte da literatura em ciência política e em relações internacionais tende a concordar que vivemos em um mundo cada vez mais conectado entre si. Alguns autores apontam para uma interdependência que reduz ao máximo a marca das fronteiras nacionais e unifica espaços (Castells, 1999a e 1999b; Held e MacGrew, 2000a e 200b), outros para uma interdependência que acaba por homogeneizar cada vez mais valores e padrões de consumo, e ainda certas leituras que diluem e relativizam ao máximo o impacto desta interdependência (Halliday, 2001). Mas de uma maneira ou de outra as diferentes perspectivas concordam que vivemos em um período no qual nossas vidas são cada vez mais influenciadas ou afetadas por fatores e/ou acontecimentos que estão além das fronteiras dos nossos próprios Estados. O que esta interdependência vai gerar, como ela é vivida ou como ela se concretiza em cada sociedade, e como cada espaço, região e indivíduo reage a este fenômeno, isto é passível de inúmeras controvérsias, mas que esta interdependência está em curso poucos deixam de reconhecer.

A insegurança representa, também, uma dinâmica vivida em tempos de globalização, inerente a este processo de crescente interdependência. Insegurança aqui não é entendida apenas pelas formas clássicas estudadas pelas relações internacionais — guerra x paz, conflitos internacionais, atos de intervenção em outros Estados, risco de uma guerra nuclear, crises em tomadas de decisão em política externa — mas num sentido mais amplo, a partir da noção de risco. A estes riscos “clássicos” estudados pelas relações internacionais, somam-se hoje riscos de caráter econômico, social, político, ambiental, sanitário dos mais diversos tipos: crises financeiras, aprofundamento da desigualdade entre pobres e ricos, catástrofes ambientais, epidemias, agravamento da fome no mundo, crescimento do crime organizado internacional — tráfico de drogas e armas —, entre outros. Uma diversidade de incertezas e inseguranças que não estão mais ligadas somente a questões militares e tampouco podem ser controladas somente pela ação dos Estados nacionais. Faz-se necessário reconhecer que parte destes riscos não são

tão recentes assim. No entanto esta crescente interdependência aumenta o potencial multiplicador dos mesmos e a mudança na velocidade com que informações, fatos e imagens são enviados e recebidos ao redor do globo, faz com que nos sintamos mais vulneráveis a certas incertezas.

Outro processo em curso diz respeito à reconfiguração do poder político dos Estados nacionais e a redefinição do seu papel no sistema internacional. O Estado segue sendo um ator essencial de regulação econômica, de representação política e de solidariedade social, mas sua atuação ganha novos formatos, novos contornos, suas estruturas internas e funções se internacionalizam (Castells, 1999b). A capacidade de controle dos Estados sobre os diferentes processos econômicos, políticos e sociais perde força com a crescente interdependência da economia e dos mercados financeiros, com um sistema global cada vez mais interconectado e com a intensificação dos fluxos globais de capital, de produção, de comércio, de informação, de comunicação. Muitas atividades e processos passam a ser globais em seu núcleo e o Estado perde seu poder de controle total sobre a operação desses processos.

Nesse sentido, sob as condições de uma globalização, que se intensifica e se acelera a cada dia, conceitos como soberania, território nacional, identidade nacional e cidadania são rediscutidos e ressignificados. O estudo das relações internacionais tem sido pautado tradicionalmente por uma concepção estadocêntrica na qual os Estados apresentam papel central na organização e nos processo de decisão no sistema internacional. As relações internacionais são, dessa maneira, observadas e analisadas até hoje a partir dos pilares que constituem o sistema internacional de Estados — territorialidade, soberania, autonomia e legalidade. No entanto, as transformações que se acirram “em tempos de globalização” vêm desafiando os pilares da política moderna, originalmente ordenada e delimitada pelo Estado-nação, e consequentemente introduzindo novos elementos para o estudo das relações internacionais.

Nas palavras de Falk e Kaldor, referências no debate sobre a sociedade civil global,

Os Estados certamente irão desempenhar um papel, com Estados principais exercendo considerável influência; mas um futuro estatista será modificado por forças do mercado de diversos tipos e pelas lutas democratizantes de povos e de suas associações e movimentos em âmbitos local, nacional, regional e global (Falk, 1999: 12).

[...] a discussão sobre a sociedade civil global deve ser entendida em termos do que se pode chamar de aprofundamento e alargamento, de um distanciamento de

abordagens centradas no Estado, combinando maior preocupação com o *empowerment* do indivíduo e autonomia pessoal, assim como a reestruturação das relações políticas e sociais em diferentes campos (Kaldor: 2003a: 6).

Na política contemporânea, segundo Castells, as mais importantes funções e atividades são globais na sua essência. No entanto, o trabalho, os trabalhadores e a vida cotidiana seguem sendo locais, regionais e nacionais (1999b). O que poderíamos dizer, portanto, da cultura e da afirmação de identidades frente a este cenário de globalização exacerbada na qual, ao mesmo tempo em que o “global” passa a ser parâmetro para a produção, a política e as relações sociais, vivemos mergulhados em um contexto de individualização, fragmentação e desorganização? Este processo pelo qual passamos une ou desagrega as sociedades e a relação entre os indivíduos? Não será que apesar desta fragmentação iminente — principalmente em termos de Estado-nação, referência que tem guiado a pesquisa e a análise nas ciências sociais desde o início da modernidade —, não surgem novas formas ou fontes de construção de identidade? O Estado-nação precisa seguir sendo o nosso referencial central de organização das relações sociais e sem ele nos sentimos “desenraizados” e “desorganizados”, ou podemos encontrar novas formas e novas lógicas de agrupamento e “enraizamento”, no sentido de algo em comum que nos identifique e não de um território que nos une e nos acolhe?

Muitas análises apontam para os impactos dos processos de globalização nos fundamentos da democracia e da cidadania (Gómez, 2000; Castells, 1999b; Held, McGrew *et al*, 1999 e Held, 1995). Um primeiro desdobramento diz respeito ao estabelecimento de novos padrões de construção de identidade, “a identidade nacional e mais uma entre as tantas identidades que os povos hoje constroem” (Gómez, 2000: 66). A intensificação dos processos de globalização aumenta de maneira significativa a inter-relação entre as esferas nacional e mundial e, ao mesmo tempo em que impulsiona o fortalecimento de movimentos locais e nacionais, mostra-se capaz de provocar identidades em âmbito internacional e extraterritorialmente. Nesse sentido, alguns autores chamam a atenção para o surgimento de “novas identidades”, a constituição de um espaço político global e multidimensional, a formação de uma cidadania global e o redesenho da democracia para além das fronteiras nacionais (Held, 1995 e 1998; Falk, 1999; Vieira, 2001; Teixeira, 2001).

A globalização apresenta conseqüências também no dia-a-dia das pessoas, não somente nas estruturas macroeconômicas e macropolíticas. Essas dinâmicas, analisadas

anteriormente — unificadoras de um lado e segregadoras de outro — são vividas pelas pessoas, muitas vezes, de maneira semelhante. As pessoas nem sempre identificam uma fonte comum a estas experiências pelas quais estão passando, mas captam certas semelhanças, o que por vezes pode servir de fonte de identidade entre elas.

Appadurai acrescenta um elemento a esta reflexão:

Se a imaginação é caracterizada por fluxos disjuntivos que geram problemas agudos de bem-estar social, uma força positiva que encoraja uma política emancipatória da globalização é o papel da imaginação na vida social. Imaginação não é mais uma questão de gênio individual, escapismo da vida ordinária, ou apenas uma dimensão da estética. É uma faculdade que informa as vidas diárias de pessoas comuns de diversas maneiras: permite que pessoas considerem a migração, resistam à violência do Estado, busquem a equidade social e formulem novas formas de associação e colaboração civil, frequentemente para além das fronteiras. Essa visão do papel da imaginação como um fato popular, social e coletivo na era da globalização reconhece o seu caráter explícito. De um lado, é na e através da imaginação que cidadãos modernos são disciplinados e controlados — por Estados, mercados, e outros interesses poderosos. Mas é também a possibilidade por meio da qual padrões coletivos de disputa e novos arranjos para a vida coletiva emergem (Appadurai, 2001: 5).

De acordo com muitas análises, e, também, com a intensificação do processo de globalização, o sistema de Estados deixa de ser a única estrutura na ordem mundial e abre espaço para uma atuação cada vez maior das instituições internacionais e da sociedade civil. Nesse sentido, estaríamos vivenciando a emergência de uma nova ordem mundial de cooperação crescente entre os Estados e de uma convergência de valores e interesses. No entanto,

Isso não significa que o global atinja a cada pessoa, lugar e esfera de atividades da mesma maneira; que o lugar, a distância e o limite territorial cessaram de ser importantes; que a ascensão dos fenômenos de supraterritorialidade anunciem o fim do Estado-nação, ou mesmo ainda, que a globalização esteja encaminhando-se da direção de uma comunidade mundial com prosperidade, democracia e paz perpétua (Gómez 2000: 57).

O contexto pós-Guerra Fria no qual se forma a idéia de sociedade civil global, segundo Kaldor, representou também a ampliação dos espaços comunitários e de cooperação. De um lado o fim do conflito global — o desmantelamento dos blocos e o fim do uso das ideologias para suprimir vozes críticas e diálogos no âmbito internacional — abriu novos espaços de participação e atuação política distintos dos “corredores da diplomacia”, nos quais indivíduos e grupos poderiam participar de processos de

negociação e interação entre Estados e instituições internacionais e, de outro, os movimentos e grupos que lutavam por paz e democracia durante a Guerra Fria puderam aproveitar desta nova abertura, assim como das novas formas pelas quais a linguagem da sociedade civil global legitimava suas atividades.

Novos atores passam a ganhar mais espaço no cenário internacional. Se parte desses processos alteraram as atribuições e o papel dos Estados nacionais, ator importante no sistema internacional, também surgem outros atores não-estatais, reivindicando novos espaços públicos de participação internacional, antes concentrados no ator central, o Estado-nação (Coronado, 2003). Grupos de mulheres, ambientalistas, indígenas, associações locais, movimentos sociais, sindicatos, grupos religiosos, organizações não-governamentais dos mais diferentes perfis, passam a ganhar visibilidade internacional e a demandar participação e atuação nesse “espaço público mundial” que aos poucos passa a ser ocupado também por estes “novos atores”, os atores não-estatais.⁵

As ambivalências e os paradoxos da globalização também precisam ser enfatizados. Estas dinâmicas que compõem a globalização, assim como seus efeitos, também são contraditórias. Ao mesmo tempo em que algumas coisas se globalizam e se internacionalizam outras se localizam; ao mesmo tempo em que se fortalecem espaços de discussão de valores éticos universais (maior atenção da opinião pública mundial para temas como direitos humanos, justiça social, meio ambiente), fortalecimentos de movimentos globais (emergência de uma sociedade civil global), assiste-se, também, ao crescimento da desigualdade e da exclusão social.

A forma como estes processos atingem regiões, povos e nações também são distintas e desiguais. Este novo cenário internacional, apontado por muitas análises como um dos produtos destas transformações, deve ser observado também à luz da desigualdade e da hierarquia existente entre Estados. A desigualdade no sistema internacional de Estados e dentro deles deve ser levada em consideração quando se trata da análise das novas lógicas criadas pela globalização (Hurrell e Woods, 1995). Como nos alerta Beck, “para muitos espaços experimentais extra-europeus, a globalização não

⁵ Esta dinâmica de maior visibilidade internacional e crescente participação dos chamados “novos atores” no cenário internacional é melhor analisada a seguir no tópico “revolução associativa global”, ainda neste capítulo.

faz senão edulcorar uma nova forma de exploração e de imperialismo, ou seja, a ditadura do mercado mundial” (Beck, 2003a: 10).

Quanto às interpretações acerca das transformações impulsionadas pelos processos de globalização, ainda que possamos agrupá-las e sintetizá-las, como o fizemos muito brevemente, a intensidade com que elas se desenvolvem e suas implicações para o Estado-nação e a ordem mundial estão longe de representar um consenso na literatura sobre o tema. No que diz respeito às rupturas e continuidades, identifica-se na literatura sobre a globalização dois grupos que alguns autores convencionaram chamar de “céticos” e “globalistas” — ou “transformacionistas” (Held e McGrew, 2000a e 2000b; Gómez, 2000 e Vieira, 2001). Os globalistas, em linhas gerais, defendem o surgimento de uma nova ordem mundial pós-Westphalia menos estadocêntrica, marcada pela crescente cooperação internacional e pela “necessidade normativa e possibilidade histórica de ampliar a democracia para além fronteiras” (Held *apud* Gómez, 2000: 61). Já os céticos, não pactuam com o cenário de ruptura defendido pelos anteriores e não concordam com a diminuição do poder e da autoridade do Estado. Este cenário de “ruptura”, de emergência de uma nova ordem mundial, segundo os céticos é um mito, uma vez que muitos dos processos apresentados como símbolo deste “novo mundo” estão em curso desde o início do século XX. A interdependência econômica seria um deles, afirmam os “céticos”.

Uma vez feitos os breves apontamentos acerca da globalização, faz-se oportuno discorrer pontualmente sobre suas particularidades nos dias atuais. Iniciamos este capítulo afirmando que vivemos em “tempos de globalização” e, como vimos anteriormente, os processos que caracterizam a globalização apresentam diferentes periodizações. Dinâmicas como a individualização e ao mesmo tempo a interdependência das atividades humanas e o crescimento dos fluxos de pessoas – migrações e imigrações – não se iniciaram apenas recentemente. A internacionalização da economia, por sua vez, é um processo inerente à expansão do capitalismo, portanto, o que diferenciaria os tempos atuais de globalização de momentos anteriores? Para muitos autores a diferença está na intensidade das dinâmicas e das transformações (Held e McGrew, 2000a e 2000b; Giddens, 1991; Gómez, 2000). Posição esta defendida pelos “transformacionistas”, como afirma Gómez, com relação a esta questão,

[...] a ênfase recai na multiplicação e variedade sem precedentes de fenômenos supraterritoriais, dentre os quais se destacam a emergência de novas formas

desterritorializadas de organização econômica e política e a explosão e difusão de identidades culturais diversas (religiosas, de classe capitalista transnacional, de solidariedade racial, de gênero, de cultura jovem, de preferências sexuais e identidades supra-estatais no plano regional) [...] (2000: 60)

Poderíamos observar, portanto, essas particularidades dos processos de globalização contemporâneos a partir das seguintes dimensões: a) extensão das redes globais; b) intensidade da interconectividade global e c) velocidade e intensidade das transformações e dos fluxos globais. Dinâmicas como a individualização, fragmentação social, desterritorialização, redefinição do espaço “encolhimento espacial”, representam transformações que se acentuam com os processos de globalização, uma vez que eles passam a imprimir uma nova velocidade aos fatos e às transformações em si, tornando-as ainda mais dinâmicas. Nenhum desses movimentos começou do dia para a noite, e também não podem ser entendidos apenas a partir da análise da globalização. Ela não é a responsável pelo desencadeamento destes processos, mas faz sim, nos tempos atuais, com que eles se intensifiquem.

O renascimento da idéia de sociedade civil⁶

O conceito de sociedade civil, recuperado no contexto dos processos de (re)democratização do Leste Europeu e da América Latina nos anos 70 e 80 e reimportado pelos europeus ocidentais e norte-americanos a partir de então, é, como se sabe, tão velho quanto a própria ciência política, sendo-lhe inscritas em seus muitos anos de vida e por diferentes tradições teóricas conotações diversas e nem sempre conciliáveis (Costa, 2002: 37).

O conceito de sociedade civil, de diversas formas e com diferentes definições, invade o vocabulário político contemporâneo. Em nome da sociedade civil ou na tentativa de redefinir esta idéia uma grande diversidade de termos é empregada, inúmeras relações se estabelecem com o conceito de Estado, aproximando-se ou, muitas vezes, definindo-se em oposição a ele. Este não é um conceito novo para a ciência política, mas apresenta novos contornos a partir de seu “renascimento” no contexto dos processos de

⁶ Quando falarmos em “renascimento” da sociedade civil, expressão utilizada por muitos autores, estamos nos referindo ao ressurgimento das análises sobre a sociedade civil, sua (re)conceituação, e, conseqüentemente, (re)definição de sua relação com o Estado; e à emergência de um maior número de atores que passam a falar sobre a sociedade civil e em seu nome. Sobre os autores que mais têm alimentado as análises sobre o renascimento da sociedade civil ver: Cohen; Arato, 1992.

redemocratização do Leste Europeu e da América Latina. Pretende-se aqui apresentar brevemente as origens do conceito de sociedade civil — algumas de suas matrizes teóricas elaboradas no século XIX e início do século XX — e a maneira como ele tem sido utilizado e analisado nos dias de hoje, com o objetivo de demonstrar outro processo que caracteriza o contexto no qual o conceito de sociedade civil global vem sendo construído.

O termo surge originalmente como a tradução para o latim do conceito aristotélico de *konomia politike*, a partir do qual a sociedade civil correspondia a uma “comunidade pública ético-política” de iguais (Costa, 2002). Ao longo da História o conceito ganhou diferentes definições a partir dos trabalhos de Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci e, contemporaneamente, Cohen e Arato, Charles Taylor, Michael Walzer, Norberto Bobbio e Jurgen Habermas. O conceito esteve ativamente presente na teoria política do final do século XVIII até meados do século XIX - 1750-1850⁷ e depois volta ao debate político com a elaboração marxista de Gramsci, no início do século XX e mais recentemente com as análises de Cohen e Arato e suas formulações sobre a “nova sociedade civil”. Observaremos rapidamente a seguir as definições de Hegel, Marx e Gramsci. Da primeira derivam, no sentido que retomam alguns elementos, mas constroem um pensamento em outra direção, as elaborações de Marx e Gramsci que marcam a orientação contemporânea do debate (Restrepo, 1990).

Hegel, em *Filosofia do direito* (1821) é o primeiro autor moderno a empregar o termo sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) e estabelecer sua diferença com relação ao Estado. Para o filósofo, cada uma das estruturas — Estado e sociedade civil — tem sua esfera de ação. A ação do homem articula-se em três níveis: família, sociedade civil e Estado. Entre a família e o Estado encontra-se um conjunto de instituições, o sistema de necessidades e as corporações. Para Hegel, toda a ação humana é movida por interesses voltados à realização de bens específicos. Sem interesses não haveria ação. “O que caracteriza e diferencia a sociedade civil e o Estado é a natureza, particular ou geral, do interesse que move os homens à ação ou do bem que buscam por meio dela” (Restrepo, 1990: 64). A sociedade civil representa, portanto, a esfera composta pelas ações que derivam de interesses particulares, enquanto o Estado é visto como o espaço onde se

⁷ Sobre este debates ver o trabalho de Keane “Despotism and Democracy: The Origins and Development of the Distinction Between Civil Society and the State 1750-1850”, in John Keane (ed.) *Civil Society and the States: New European Perspectives* (London, 1988), p.35-71.

encontram as ações que obedecem ao interesses coletivos. “A ação que conduz das necessidades à sua satisfação gera um fluxo de nexos recíprocos entre os homens e cria um nível específico de interação e comunicação: a sociedade civil” (Idem: 65). Nesse sentido, como os indivíduos e instituições privadas agem na sociedade civil segundo seus interesses próprios, “a superação dessas limitações seria alcançada no e pelo Estado, que assume na dialética hegeliana um papel preponderante, um ‘espírito absoluto’ que organiza a existência real dos homens” (Vieira, 1998: 52).

Já para Marx, a sociedade civil não representa um conjunto de estruturas intermediárias entre a família e o Estado, mas sim um sistema de necessidades — a economia capitalista da sociedade burguesa (Vieira, 1998). Diferentemente de Hegel, o conceito de sociedade civil corresponde à instância econômica da atividade social. Para Marx, a base econômica, material modela tanto a religião e a filosofia quanto as expressões culturais e as instituições. Aqui, “a sociedade civil não aparece associada a qualquer possibilidade de aglutinação de uma nova eticidade. Na ordem capitalista, a sociedade civil constitui a um só tempo a fonte e a expressão do domínio da burguesia” (Costa, 2002: 39).

Após as definições de Hegel e Marx, Gramsci é o primeiro autor a introduzir no debate a idéia de sociedade civil enquanto lugar da organização da cultura. “Tanto em Marx como em Gramsci a sociedade civil – e não mais o Estado, como em Hegel – representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico. De modo que, em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural, enquanto em Gramsci é superestrutural” (Bobbio, 1994: 33). Segundo Gramsci, a disputa entre as classes pela hegemonia acontece principalmente no espaço da sociedade civil, completando-se no plano da sociedade política. Aqui hegemonia não corresponde à idéia de força, domínio, imposição, mas é entendida como “direção intelectual e moral”. Essa direção deve ser exercida no campo das idéias e da cultura, manifestando assim a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, uma vez que não há direção política sem consenso. A noção em Gramsci é de “Estado ampliado”, o Estado é composto pela sociedade civil e pela sociedade política.

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser

dirigente já antes de conquistar do poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (Gramsci, 2002 :62-63).

Na concepção de Gramsci a sociedade civil é vista, portanto, como um “espaço onde são construídos projetos globais de sociedade, articulam-se capacidades de direção ético-política, disputa-se o poder e a dominação. Um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas” (Nogueira, 2003a: 224)

Como afirma Cox, há uma clara divisão entre o significado de ‘sociedade civil’ nos trabalhos dos teóricos dos séculos XVIII e XIX e na maneira como o termo é largamente entendido hoje. A partir das primeiras concepções, sociedade civil é um outro termo para designar as relações de poder sociais que emanam da economia. Já o conceito Gramsciano parte do entendimento de Marx e Hegel e elabora a concepção marxista ao incluir a dimensão ética e ideológica na superestrutura e não só na base econômica. Já as conceituações que surgem a partir das oposições ao totalitarismo e ao autoritarismo no Leste Europeu e na América Latina, nas décadas de 1970 e 1980, marcam, em alguma medida, um distanciamento do conceito na sua relação com o Estado e o mercado. Este momento, como veremos a seguir, é caracterizado como o *renascimento da sociedade civil* (Cox, 1999: 10).

Por que estas análises voltam à tona nesse período? Estes conceitos, *velhas imagens* se aplicam às questões políticas e sociais contemporâneas? Quais são as novas questões, *novas visões*, que se apresentam a este debate hoje (Keane, 1998)?

O renascimento do conceito

Inicialmente, o conceito ressurgiu no Leste Europeu, nos anos 70, como crítica ao Estado totalitário e defesa radical da sociedade civil como uma importante esfera de busca e representação da ordem social e política democrática (Keane, 1998). Na América Latina igualmente, em meados dos anos 80, o debate sobre a sociedade civil é retomado, ligado fortemente às ações de resistência contra os regimes militares. Além dos processos de democratização da América Latina e da Europa Oriental, este “renascimento” do debate também foi impulsionado pelo surgimento dos chamados “novos movimentos

sociais”. Já no início da década de 90, inserido neste contexto de revisão e redefinição de conceitos, surgem as primeiras análises a respeito de uma emergente sociedade civil global ou internacional. Acerca deste momento, nas palavras de Kaldor, uma das autoras mais influentes no debate atual sobre a idéia de sociedade civil global, “o que havia de novo sobre esse conceito, em comparação com concepções anteriores de sociedade civil, era tanto a demanda por uma extensão radical dos direitos políticos e individuais — a demanda por autonomia, auto-gestão ou controle sobre a vida — quanto o conteúdo global do conceito” (Kaldor, 2003a: 76).

Esse processo recente de retomada do debate sobre a idéia de sociedade civil recupera as diferentes correntes teóricas clássicas (Costa, 2002 e Vieira, 1996).⁸ As novas abordagens presentes nas ciências sociais “pressupõem algo como o modelo tripartite gramsciano da sociedade civil, ao mesmo tempo que preservam aspectos chave da crítica marxiana à sociedade burguesa” (Cohen e Arato *apud* Costa, 2002: 44). As análises de autores como John Keane, Cohen e Arato, Michael Walzer, Charles Taylor e Habermas são alguns dos exemplos dessas novas abordagens em torno do conceito.

Guardadas as diferentes contribuições destes autores, o extenso trabalho de Cohen e Arato é apontado como o grande responsável pelo que se passou a chamar de modelo da “nova sociedade civil” (Gurza Lavalle, 1999). O conceito, na perspectiva desses autores, deve necessariamente se diferenciar da economia. Apenas desta forma a sociedade civil pode se tornar o centro de uma teoria social e política crítica nas sociedades em que a economia de mercado já desenvolveu ou está em processo de desenvolver sua própria lógica autônoma. Dessa maneira, apenas uma reconstrução com base num modelo tripartite, que distingue a sociedade civil tanto do Estado quanto da economia, tem possibilidade de assumir o papel de oposição democrática desempenhado por estes conceitos nos regimes autoritários, bem como de renovar seu potencial crítico nas democracias liberais (Cohen e Arato, 2002). A sociedade civil caracteriza-se, portanto, segundo esta concepção, como a esfera da interação social entre a economia e o Estado. No entanto, ela não engloba toda a vida social fora do Estado e da economia, é preciso distinguir a sociedade civil tanto de uma sociedade política de partidos e

⁸ Gurza Lavalle discorda desta afirmação. Para ele o modelo sobre a nova sociedade civil, que ele atribui às análises de Cohen e Arato, “não se insere propriamente como continuação da perspectiva analítica de qualquer um desses grandes pensadores, e embora seu pertencimento de origem remeta ao marxismo, trata-se de uma nova reformulação francamente distanciada de seus predecessores” (Gurza Lavalle, 1999: 123).

organizações políticas, quanto de uma sociedade econômica – empresas, cooperativas, redes de produção, etc.

Nós entendemos “sociedade civil” como a esfera de interação entre o Estado e a economia, composta, acima de tudo, pela esfera íntima (especialmente a família), a esfera das associações (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública. A sociedade civil moderna é criada por meio de formas de auto-constituição e auto-mobilização. É institucionalizada e generalizada por meio das leis e, especialmente, direitos subjetivos, que estabilizam diferenças sociais (Cohen e Arato, 2002: vi).

Para Cohen e Arato, trata-se, acima de tudo, da noção de um projeto político. “O que é preciso é uma concepção da sociedade civil que possa refletir na essência das novas identidades coletivas e articular os termos dentro dos quais os projetos baseados em tais identidades podem contribuir para a emergência de sociedades mais livres e democráticas” (Cohen e Arato *apud* Gurza Lavalle, 1999: 134). O que há de novo nesta reformulação do conceito? Conforme nos apresenta Gurza Lavalle,

Até a aparição do novo modelo, o campo das formulações teóricas sobre a sociedade civil, povoado por bastos argumentos, manteve sua unidade e sua continuidade alicerçada numa premissa fundamental, a saber, o caráter absolutamente constitutivo do vínculo entre a sociedade e o Estado – equacionado como a introdução da sociedade civil como conceito que cristaliza a mediação entre ambos. [...] Poder-se-ia dizer, de forma muito esquemática e correndo os riscos de toda simplificação, que a sociedade civil apresentou-se, então, como o momento *do* Estado, *no* Estado ou *anterior* ao Estado – seja na forma de fase inferior, seja na forma de fundamento estrutural - o que fez com que ela – a sociedade civil – não pudesse ser concebida como um momento independente da constituição do perfil político do Estado. Nesses termos, o modelo da nova sociedade civil caracteriza-se pelo abandono da premissa fundamental sobre o caráter internamente constitutivo do vínculo entre a sociedade e o Estado, restabelecendo apenas uma relação de oposição externa entre eles (Gurza Lavalle, 1999: 130).

Nesse sentido, o modelo da nova sociedade civil abandona tal premissa e se define como um momento oposto ao Estado.

A idéia de sociedade civil na virada do milênio e suas formas contemporâneas

Inseridos, portanto, nesse contexto de ressurreição e reconstrução do conceito, os mais diversos atores ao redor do mundo - organizações sociais, fundações, partidos políticos, governantes, jornalistas, acadêmicos - começam a analisar e difundir o que

muitos autores irão chamar de “a linguagem da sociedade civil” (Keane, 1998). O termo passa a ser adotado nas mais diversas concepções possíveis e se multiplicam as vozes que vêm a público falar “em nome da sociedade civil” ou adotar este espaço social em seus discursos como um “ator” claramente definido e constituído. A utilização do termo se multiplica, designando desde empreendimentos cívicos, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos até movimentos sociais e redes civis transnacionais (Cohen, 2003). A sociedade civil passa a ser vista ao mesmo tempo como “uma esfera não-estatal, antiestatal, pós-estatal e até supra-estatal” (Gómez apud Ramos, 2005: 75)

No entanto, é importante destacar que esta “linguagem da sociedade civil” não diz respeito apenas a uma difusão de discursos. As diversas utilizações e conceituações do termo representam diferentes interesses políticos, carregam distintas mensagens, e sua análise, muitas vezes, faz-se devido a inúmeras motivações. Sejam elas descritivas, na busca por interpretações empírico-analíticas desta “nova realidade” e das transformações no mundo político e social, sejam elas estratégicas, na busca por um eixo de orientação da ação política ou por justificativas para a implementação de determinadas políticas. Muitos discursos contemporâneos sobre a sociedade civil, contaminados pelas transformações do final do século XX, apresentam uma análise que demoniza o Estado e reconhece na esfera da chamada sociedade civil a “solução”, a harmonia, a cooperação, a solidariedade, *“the Myth of Collective Harmony”* (Keane, 1998). Os diferentes discursos que podem ser encontrados no debate político contemporâneo estão inseridos também em contextos sociais, políticos e culturais muito distintos. A idéia de sociedade civil global é um vertente importante dessa “nova linguagem” que passa a ser construída nos anos 90.

Para compreendermos melhor estas “formas contemporâneas” do conceito, recorreremos aos modelos – “idéias” nas palavras do autor – apresentados por Marco Aurélio Nogueira.⁹ Faz-se necessário observar estas “formas contemporâneas” pela sua relação direta com o nosso objeto principal: a idéia de sociedade civil global. Acredita-se que as diferentes perspectivas acerca da sociedade civil se constroem com grande influência deste contexto atual do debate, ao mesmo tempo em que reproduz, nas suas diferentes vertentes, os modelos contemporâneos de sociedade civil.

⁹ Pretende-se apenas fazer uma referência às reflexões apresentadas pelo autor, para maiores informações acerca deste debate ver Nogueira 2003a e 2003b.

Na busca por uma melhor compreensão da questão da sociedade civil nessa virada de século — neste contexto de disseminação das linguagens sobre a sociedade civil e certa confusão de conceitos — o autor retoma o conceito gramsciano de sociedade civil, chama a atenção para as distorções e usos equivocados do pensamento de Gramsci nos dias de hoje e apresenta o que ele vai chamar de “três idéias de sociedade civil” que vêm sendo adotadas e reproduzidas na linguagem política contemporânea. 1) a sociedade civil democrático-radical, que corresponderia ao conceito gramsciano, mas que hoje não é a noção mais presente nesta “panacéia de utilizações do conceito”, e duas outras idéias, muito presentes na linguagem política contemporânea e que se contrapõem à primeira 2) a sociedade civil liberal; e 3) a sociedade civil social, que pode ser vista como uma extensão crítica do conceito de Gramsci, mas nem sempre se diferencia da sociedade civil liberal (Nogueira, 2003a e 2003b). O autor, portanto, parte do conceito gramsciano de sociedade civil para dialogar com as demais idéias de sociedade civil que, na sua concepção, procuram se afirmar no panorama político e cultural. É importante adotar como referência, neste momento, estas “formas contemporâneas” apresentadas pelo autor, porque elas nos ilustram com clareza as idéias e debates por trás do conceito de sociedade civil global que vem se construindo nos últimos anos.

A *sociedade civil democrático-radical* refere-se ao conceito gramsciano de sociedade civil, onde se aplicaria a equação sociedade política + sociedade civil = Estado. Nas palavras de Nogueira,

Tal concepção era vista por Gramsci como revestida de uma categórica novidade, que a distinguiu tanto do entendimento de Hegel, quanto do sentido dado à palavra pelos católicos (que viam a sociedade civil como sinônimo de sociedade política ou Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja). A sociedade civil era entendida por Gramsci “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado”. Justamente por isto, trata-se de um espaço dedicado a promover a articulação e a unificação dos interesses, a politizar ações e consciências e a superar tendências corporativas ou concorrenciais. Seus personagens típicos são atores do campo estatal em sentido amplo, que se dedicam a organizar hegemonias e a conquistar o Estado. (2003a: 223)

Veremos que o conceito gramsciano está presente, em alguma medida, na construção do conceito de sociedade civil global, a partir de uma de suas perspectivas — analisada no capítulo a seguir —, no entanto, o termo surge na década de 1990 influenciado mais fortemente pelas outras idéias sistematizadas e apresentadas por Nogueira — a “sociedade civil liberal” e a “sociedade civil social”. Em outras palavras a

idéia de sociedade civil global que passa a ser construída nesse momento, e que mais se dissemina na linguagem política contemporânea, aparece seja como uma idéia associada ao mercado e oposta ao Estado, seja como uma esfera isolada dos âmbitos do Estado e do mercado.

A idéia da *sociedade civil liberal* está muito presente no debate político contemporâneo e tem tido grande influência. Nesta concepção, “a sociedade civil é externa ao Estado — uma instância pré-estatal ou infra-estatal —, e nela se busca compensar a lógica das burocracias públicas e do mercado com a lógica do associativismo sociocultural. Um espaço a partir do qual se pode ferir e hostilizar os governos, mas de onde não se estruturam governos alternativos ou movimentos de recomposição social. Nele pode existir *oposição*, mas não *contestação*” (Nogueira, 2003b: 192).

Muitos dos discursos sobre a sociedade civil — e conseqüentemente da idéia de sociedade civil global — difundidos pelos meios de comunicação e amplamente adotados pelas organizações internacionais seguem esta idéia identificada pelo autor. Está por trás desta visão deste atores a idéia de que estamos, desde o final da Guerra Fria e do fim do socialismo real, num período em que desapareceram as clivagens políticas profundas e os diferentes padrões de transformação social, o que Boaventura dos Santos chama de “as características da globalização dominante ou hegemônica” (2002). A sociedade civil, segundo esta visão, é entendida como um mecanismo para facilitar a reforma do mercado e introduzir a democracia, em que os principais atores são as organizações não-governamentais. Em muitos casos, poderíamos substituir a palavra “sociedade civil” por “organizações não-governamentais”. Este discurso atribui uma centralidade e uma importância tão grande ao papel desempenhado por estas organizações que o restante da rede de atores que compõem a sociedade civil parece irrelevante. “Na ausência de um Estado-global, um exército de ONGs desempenha as funções necessárias para estabilizar o caminho da globalização econômica” (Kaldor, 2003b: 9). Nesse sentido, aplicar-se-ia a equação: sociedade civil = organizações não governamentais.¹⁰ Ou ainda, seguindo o modelo proposto por Nogueira, sociedade civil + Mercado ≠ Estado. Assim como ocorre

¹⁰ Ver informações na página do Banco Mundial sobre as diretrizes para consultas com a sociedade civil, *Consultations with Civil Society*, disponível em: <http://web.worldbank.org/> e o relatório de 2004 da Organização Mundial do Comércio “*The Future of the WTO: addressing institutional challenges in the new millenium*”, disponível em: http://www.wto.org/english/thewto_e/10anniv_e/future_wto_e.htm

com as mais recentes formulações sobre a “nova sociedade civil”¹¹, este discurso desconstrói o vínculo orgânico entre a sociedade civil e o Estado e passa a identificar o que seria esta sociedade civil global como uma categoria neutra, delimitada, de associações não-estatais e não-econômicas de base voluntária, onde se encontram os únicos espaços de participação e possibilidades de resistência às desigualdades produzidas e reproduzidas no sistema internacional. Uma tentativa de “‘negativizar’ o Estado e ‘positivizar’ a sociedade civil” (Nogueira, 2003b: 189).

Nos termos do Banco Mundial, representativas do discurso adotado por muitas organizações internacionais, a sociedade civil é a “arena na qual pessoas se reúnem na busca por interesses comuns – sem visar o lucro nem o exercício do poder político, mas porque elas se preocupam com algo o suficiente para se envolver numa ação coletiva” (2000: 5). Este discurso reconhece que desta sociedade civil, “global” ou não, surgem oposições que são negociadas, e até incorporadas nas agendas de discussão ao longo do caminho, mas estas não representam de fato contestações, embates políticos, transformações sociais.

Quanto à idéia da *sociedade civil social*, como nos apresenta Nogueira, ela pode ser vista como uma variante da idéia democrático-radical, mas nem sempre se distingue da sociedade civil liberal. Aqui encontramos, como veremos no capítulo seguinte, grandes semelhanças com as visões mais fortemente disseminadas sobre a sociedade civil global.

Na sociedade civil social está a noção de que a sociedade civil é um campo alternativo ao Estado e ao mercado. Nela residem as iniciativas e experiências de resistência ao Estado e ao mercado, composta por movimentos que se auto-organizam e se autolimitam. Dessa forma, aplica-se a equação sociedade civil – sociedade política ≠ Estado ≠ Mercado, como nos aponta Nogueira. A sociedade civil é vista, portanto, como uma esfera além do Estado e do mercado. “Um espaço de onde se busca extrair, dos governos, elementos para cercear o mercado e liberar energias sociais autônomas. Nele, age-se para contestar o poder e o sistema, mas não para articular capacidades de direção ético-política ou fundar novos Estados” (Nogueira, 2003a: 226).

¹¹ Sobre este debate ver também Gurza Lavalle, 1999 e 2003.

Quanto à visão sobre o Estado a partir deste modelo de sociedade civil, aqui poderia se aplicar o conceito de Estado cosmopolita, de bases supranacionais e voltado para a proteção dos direitos de cidadania.

A “revolução associativa global”

Os analistas sobre esta fase de emergência de redes mundiais de contestação (sempre denominada “sociedade civil”) notam, em sua grande maioria, que não é o fato de haver um protesto no nível internacional que é novo, mas sim a afirmação de que todas as ações internacionais de protesto têm a ver com a globalização. (Ruano-Borbalan, 2002: 6)

Na década de 90, a idéia de sociedade civil global passa a ganhar um “lastro” empírico. Estimativas recentes apontam para a existência de 50 mil organizações não governamentais sem fins lucrativos operando em nível internacional, sendo que 90% delas surgiram nas últimas duas décadas (Keane, 2003).¹² O crescimento desta atuação internacional também fica mais claro em fóruns como as Reuniões de Cúpula promovidas pelas Nações Unidas ao longo da década de 90, que se caracterizaram não só pela participação cada vez mais numerosa de representantes de organizações sociais, mas também pelo tipo de atuação e, para alguns, pela interferência nas decisões finais que estes atores passaram a ter.¹³ Se observarmos, ainda, as reuniões e fóruns onde estes atores têm debatido questões internacionais e planejado sua atuação, os genericamente denominados “eventos paralelos”, também identificamos um aumento significativo. De dois eventos por ano que aconteceram entre 1980-90, passaram a ser registrados trinta por ano no período de 1990-2001.¹⁴

Em meio a este contexto, muitos autores apontam para uma “revolução associativa”, uma revolução no papel que atores da sociedade civil passam a desempenhar no sistema internacional, seja pressionando seus governos localmente,

¹² Diferentes estimativas e metodologias de pesquisa sobre esta questão podem ser encontradas em Vieira, 2002; Keane, 2003; nos relatórios anuais editados, desde 2001, pelo “*Centre for the Study of Global Governance*” *London School of Economics*, organizados por Anheier, Glasius e Kaldor, disponíveis em: <http://www.lse.ac.uk/Depts/global/>.

¹³ Informações mais detalhadas sobre a atuação destas organizações em cada Conferência e a avaliação sobre a influência destas nas resoluções finais ver Lindgren Alves, 2001.

¹⁴ Fonte: Anheier, H., Glasius, M. e Kaldor, M. (eds) *Global Civil Society 2002*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

buscando influenciá-los em sua atuação internacional, seja agindo diretamente em fóruns internacionais e na formulação da agenda de organismos multilaterais (Falk, 1999 e 1998; Kaldor, 2003a; Keane, 2003; Vieira, 2001; Sikkink e Keck, 1998).

Para uma melhor análise sobre este cenário — contexto —, optou-se por dividi-lo em três momentos, todos eles marcados por este crescimento cada vez maior do número de organizações não-governamentais internacionais e de organizações de bases locais que passam a ter uma atuação internacional. 1) a realização das Conferências Mundiais das Nações Unidas, na década de 90, e a mudança na participação da sociedade civil, tanto no que diz respeito ao número de organizações quanto ao perfil delas; 2) o período de maior visibilidade da atuação destes atores, com as manifestações de Seattle (1999) e Gênova (2000), e o surgimento do conceito de “movimentos anti-globalização”; e por fim 3) já no início dos anos 2000 e 2001, quando se iniciam os debates sobre o movimento altermundialista, no contexto pós-Seattle e de realização da primeira edição do Fórum Social Mundial. Nasce o sentido de *alter* — “um outro mundo é possível” — uma outra globalização é possível.

A evolução deste contexto, que este trabalho optou por apresentar em três fases, leva a uma confusão de conceitos quando se trata do debate sobre sociedade civil global. As mais diversas análises sobre o tema, das mais midiáticas até as mais teóricas, apresentam diferentes termos e conceitos quando fazem referência aos atores que compoariam esta “nova esfera”. Por vezes, até mesmo igualando alguns desses conceitos à própria idéia de sociedade civil global. Organizações não-governamentais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, atores sociais, movimentos globais, redes civis transnacionais, movimentos anti-globalização e movimento altermundialista são alguns dos exemplos.

Não se propõe aqui definir cada um desses conceitos, mas sim localizar e analisar os diferentes momentos nos quais eles são incorporados ao debate sobre a chamada “internacionalização dos atores sociais” e, dessa maneira, identificar como cada um deles aparece na construção da idéia de uma sociedade civil global. Isto também não significa dizer que estes conceitos só se diferem entre si pela simples cronologia ou ordem em que os mesmos são incorporados às análises políticas. Eles possuem definições distintas que constituem hoje objeto de diversas análises nos diferentes campos das ciências sociais.

1º momento: a década das Conferências

A década de 90 foi marcada realmente por um grande envolvimento das ONGs em diversas atividades da ONU, principalmente no âmbito das grandes conferências mundiais. Apesar das disputas, negociações e avanços aquém do esperado em determinadas temáticas, este envolvimento foi visto como decisivo na construção de agendas alternativas para lidar com as desigualdades do mundo contemporâneo e influenciar as práticas e políticas adotadas pelos Estados (Lindgren Alves, 2001; Teixeira, 2001; Vieira, 2001 e Falk, 1999). As ONGs “ampliaram o entendimento público das questões, aguçaram a elaboração de políticas públicas, encorajaram esforços internacionais mais ajustados para lidar com questões de ‘bens públicos globais’ e diminuíram a lacuna entre a retórica política e a ação governamental”, afirmam as Nações Unidas em recente relatório (UN Background paper 2003).¹⁵ Boutros Boutros-Ghali, o então Secretário Geral da ONU, declarou no início da década de 90: “as ONGs são uma força básica de participação popular no mundo de hoje” e que, portanto, a participação destas em organizações internacionais garantiria de certa forma legitimidade política às organizações (UN Background paper 2003: 5).

Apesar da participação deste tipo de organizações no Sistema das Nações Unidas já vir crescendo desde os anos 80, foi realmente a partir do resultado das Conferências Mundiais da década de 90 que este cenário começou a se intensificar. Nos anos 70 e 80 o ECOSOC — Conselho Econômico e Social da ONU — registrava em média de 20 a 30 novos pedidos de credenciamento por parte das ONGs, entre 1998 e 1999 este número já havia passado para 200 e entre os anos 2000 e 2001 o Conselho registrou mais de 500 novos pedidos (UN Background paper, 2003).

Pode-se afirmar que esta nova fase na relação da sociedade civil com as Nações Unidas inicia-se com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, a chamada Eco-92. O crescimento no número de ONGs participantes,

15 A organização adota uma definição bastante ampla e inclusiva de sociedade civil. Esta categoria compreende além dos grupos tradicionalmente reconhecidos como parte da sociedade civil (sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações e rede civis, etc), a iniciativa privada, os meios de comunicação, os parlamentares e as autoridades locais. Esta definição aparece em diversos documentos adotados pelas Nações Unidas, mas pode ser encontrada de uma maneira mais resumida nos documentos preparados para o “Painel de Pessoas Eminentíssimas do Secretário-Geral sobre as relações das Nações Unidas com a Sociedade Civil”. Este painel foi instituído pelo Secretário Geral em Fevereiro de 2003 e é presidido pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: www.un.org/reform/panel.htm

principalmente em relação às Conferências promovidas pela ONU nos anos anteriores, foi significativo. Conforme a tabela I, a seguir, enquanto a conferência realizada em Nairobi, em 1985, registrou a participação de 185 organizações, na Eco-92 foram confirmadas 1378 organizações. A agenda 21¹⁶, por exemplo, um importante resultado da Conferência, é apontada por muitos especialistas como um resultado da participação e da pressão das organizações ali presentes (Vieira, 2001 e Lindgren Alves, 2001), além da declaração em si reconhecer a importância da sociedade civil como um ator essencial se o desejo for um desenvolvimento sustentável.

Outro dado importante que podemos destacar desta tabela é o crescimento no número de eventos paralelos organizados por ONGs na Conferência de Beijing.

Tabela II - Participação das ONGs nas Principais Conferências Mundiais da ONU¹⁷

Ano	Local	Tema da Conferência	Novas ONGs credenciadas	Participantes nos Fóruns Paralelos das ONGs
1968	Teerã	Direitos Humanos	57	Nenhum
1972	Estocolmo	Ambiente Humano ¹⁸	>300	Desconhecido
1975	Cidade do México	Ano Internacional da Mulher	114	6000
1985	Nairobi	Final da Década da Mulher	163	13.500
1992	Rio de Janeiro	Desenvolvimento e Meio Ambiente	1378	18.000
1993	Viena	Direitos Humanos	841	1000
1994	Cairo	População e Desenvolvimento	934	Desconhecido
1995	Copenhague	Desenvolvimento Social	1138	30.000
1995	Beijing	4ª Conferência Mundial sobre a Mulher	2600	300.000
2001	Durban	Racismo	1290	15.000

¹⁶ Contendo 40 capítulos, a Agenda 21 Global (Agenda de Desenvolvimento Sustentável) foi construída de forma consensuada, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Eco-92 Além da Agenda 21, resultaram desse mesmo processo quatro outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. O programa de implementação da Agenda 21 e os compromissos para com a carta de princípios do Rio foram fortemente reafirmados durante a Cúpula de Joanesburgo, ou Rio + 10, em 2002.

¹⁷ Destaque para as Conferências realizadas na década de 90

¹⁸ “Ambiente Humano” é a tradução do título oficial da Conferência “*Human Environment*”, que aconteceu em Estocolmo em 1972, por vezes denominada de 1ª. Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente ou simplesmente de Estocolmo-72.

2002	Monterrei	Financiamento para o Desenvolvimento	107	?
2002	Joanesburgo	Desenvolvimento Sustentável	737	35,000

Fonte: UN Background Paper for the Secretary-General's Panel of Eminent Persons on United Nations Relations with Civil Society. *UN System and Civil Society – An Inventory and Analysis of Practices*, Maio de 2003.

Outra influência da Eco-92, em termos da participação da sociedade civil, foi o envolvimento das organizações nas sessões de preparação das Conferências, as chamadas *Prep-Coms*, que normalmente se dão até 2 anos antes da realização dos encontros. A significativa participação da sociedade civil no processo de preparação da Eco-92, fez com que este mesmo modelo se repetisse na demais Conferências da década de 90. Ainda que a maior parte do tempo de debates com as organizações tenha sido dedicado à definição da própria participação das mesmas ao invés do conteúdo do encontro. As discussões sobre as regras de participação do que a ONU definia por “sociedade civil” eram muito intensas, “o tema das ONGs era também ilustrativo das diferenças entre os Estados-membros quanto à prioridades políticas e valores culturais” (UN Background paper, 2003: 10).

Um exemplo das percepções deste novo contexto por parte dos Estados e de suas estruturas diplomáticas, em 1994 uma carta endereçada a dirigentes de ONGs brasileiras que estavam sendo chamados para um encontro com funcionários do Itamaraty dizia:

[...] o encontro se justifica em vista da crescente participação das ONGs na preparação das conferências internacionais, com o estabelecimento de formas sistemáticas de diálogo entre as organizações e o Itamaraty. Isto ocorreu na Rio-92 e nas conferências sobre populações, mulher, desenvolvimento social, etc. Os resultados têm sido positivos e a tendência é a de que o diálogo tenha sentido de permanência. A situação reflete o fato de que as ONGs, em diversas áreas, se tornam verdadeiros ‘atores’ no processo internacional e contribuem decisivamente para a definição de linhas da agenda internacional (Oliveira, 1999: 71).

Esta nova fase de relacionamento das Nações Unidas com a chamada sociedade civil pode ser observada também na crescente presença de organizações nas seções informais de negociação, momentos nos quais as resoluções finais eram detalhadas e debatidas ponto a ponto e na presença, também cada vez maior, de representantes destas organizações como convidados nas delegações oficiais dos Estados membros.

Para muitos analistas, o maior envolvimento da sociedade civil com as atividades oficiais da ONU atraiu a atenção da mídia internacional, levou os governos a se dedicarem mais atentamente ao debate público sobre algumas questões que antes eram deixadas de lado, e contribuiu em grande medida com o monitoramento local e internacional do cumprimento dos acordos feitos nas reuniões de cúpula. Muitas organizações não-governamentais ou centros de pesquisa, por exemplo, publicaram relatórios e estudos de monitoramento das metas estabelecidas em cada Conferência.¹⁹ Este “monitoramento” da sociedade civil, no entanto, nem sempre pode ser feito, encontrando obstáculos desde os locais, impostos pelos governos, passando pelas condições financeiras desfavoráveis de muitas organizações em manter este trabalho, até os obstáculos formais da própria ONU que não garante espaços institucionais para que este acompanhamento seja feito. O que também não significa dizer que, uma vez reconhecidos os avanços desta crescente participação da chamada sociedade civil, a eficácia e a influência dos atores que a compõem na agenda política internacional não tenha que ser relativizada.²⁰ Os compromissos assumidos pelos Estados nestas conferências são meramente declaratórios e dependem de uma vontade política dos governos e de uma pressão constante da sociedade civil. Esta participação, no entanto, continuou ativa nas demais conferências, mesmo com as decepções com os resultados dos encontros de monitoramento e com o pequeno avanço no que diz respeito ao cumprimento por parte dos Estados-membros das medidas aprovadas nas resoluções.

Esta euforia da década de 90 foi substituída, no início do século XXI, por uma sensação de desapontamento por parte daqueles que acreditavam ter alcançado progressos significativos no campo da governança democrática e do fortalecimento da participação cidadã na esfera global. Na medida em que foram se realizando os encontros de monitoramento das grandes conferências mundiais, muitas organizações sentiram-se frustradas com os obstáculos e barreiras a uma participação mais concreta no processo decisório de políticas e na implementação dos programas acordados.

¹⁹ Poderíamos citar alguns exemplos como: o informe anual do *Social Watch*, disponível em: www.socialwatch.org e o “Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”, publicado pela FASE (Brasil), Brasília, 2000. disponível em: www.agende.org.br/docs/File/convencoes/pidesc/docs/contra-informe.pdf; entre outros.

²⁰ O papel e o perfil das organizações não-governamentais e dos demais atores que compõem o que a ONU define por “sociedade civil” também deve ser mais intensamente discutido. Existem poucos estudos sobre a atuação dessas organizações no cenário internacional e certamente ainda há um vasto campo de pesquisa e muitas questões a serem aprofundadas. Uma definição mais ampla do papel dessas organizações, a avaliação de sua atuação, a avaliação do grau de cooperação e da política de alianças por elas adotadas estão entre as questões que merecem atenção.

Além disso, o contexto político internacional atual, marcado por uma superpotência conservadora que desrespeita determinados processos multilaterais e tratados internacionais; e a crise que vive a ONU hoje são fatores importantes que também devem ser considerados na análise das perspectivas da atuação das organizações não-governamentais e do seu papel na governança global contemporânea.

2º momento: as resistências à globalização neoliberal

No final dos anos 90, com as manifestações públicas nos encontros da OCDE de 1998, por ocasião do Acordo Multilateral de Investimentos - AMI²¹, e nas reuniões ministeriais da OMC, em Seattle em 1999 e em Gênova em 2000, crescem as análises sobre os movimentos de resistência à globalização. Como no início foi chamado, o movimento social “anti-globalização” tem sua origem no final da década de 90, com o crescimento e a intensificação de diferentes manifestações de protesto e resistência às políticas econômicas de caráter neoliberal, identificada com organismos como a OCDE, OMC e os Fóruns Econômicos Mundiais.²²

Trata-se de um momento de maior publicidade e visibilidade para a atuação de grupos que já vinham construindo suas agendas de debate sobre a democracia, a cidadania e a justiça social em tempos de globalização (Gómez, 2001 e George, 2002). “Agora nós somos vistos também como quem tem algo a dizer”, afirmam os envolvidos com estas ações.

As manifestações de Seattle nesse sentido desempenharam um papel muito importante. Se a atuação desses grupos foi realmente o fator que bloqueou as negociações da reunião ministerial da OMC, isto é uma questão ainda muito controversa (Halliday, 2001; Kaldor, 2000; Gómez, 2001 e 2004a; Gill, 2000), no entanto, o que podemos afirmar, e o que interessa a este trabalho observar, é o papel destes eventos — Seattle 1999, Gênova 2000 e outros — na sensibilização da opinião pública para o fato

²¹ Este acordo vinha, desde 1997, sendo negociado em segredo no âmbito da Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico – OCDE e dizia respeito à proteção dos investimentos estrangeiros em detrimento da capacidade regulatória dos Estados. Diferentes análises sobre o Acordo e os temas em negociação ver: "Investimento direto externo: a quem interessa a liberalização global?", *Jornal do Brasil* de 10/10/1996; "O novo manifesto do Capitalismo Mundial", *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 1998; "Hierarquia de violências", *Jornal O Globo* de 13/02/98; e o artigo de Maria da Conceição Tavares “Acordo de Investimentos, Privatização e Cidadania”, *Folha de São Paulo* de 01/03/98.

²² Para alguns autores, já nesse momento se desenhavam os contornos do “movimento altermundialista”, discutido mais adiante.

de que o debate sobre a globalização não se dá apenas nas reuniões ministeriais e nos corredores oficiais da diplomacia, mas também na atuação e reflexão feita por grupos de cidadãos e pela sociedade civil. A noção de que este conceito, para muitos abstrato, “a tal da globalização”, está presente também no nosso dia-dia e não se limita apenas à realidade de governantes e dirigentes de empresas multinacionais, ou representantes de organizações multilaterais. Uma revista norte-americana ao analisar as manifestações logo após Seattle, declara: “uma das lições mais importantes de Seattle é a de que hoje existem duas visões sobre a globalização, uma liderada pelo comércio, outra pelo ativismo social [...]”²³

Como bem aponta Gómez,

[...] foi o momento culminante de um árduo processo de convergências progressivas e precárias entre numerosas redes, organizações, movimentos e mobilizações, alimentadas tanto pelas experiências setoriais das lutas passadas quanto pelas novas iniciativas [...] de contestação política aberta à governança global neoliberal e ao seu núcleo institucional visível. De todos os modos, é a partir do impulso cristizador de Seattle que se inaugura uma fase acelerada de protestos, campanhas e fóruns em diversas cidades do mundo, demonstrando, em um curto espaço de tempo, a presença política de um movimento social em plena expansão” (Gómez *apud* Ramos, 2005: 166).

Estes movimentos, por sua vez, ainda que formem uma frente embrionária e pequena de resistência e oposição, são parte constitutiva do próprio fenômeno da globalização (Gómez, 2001). Eles são fruto da própria transformação na organização das relações sociais, típicas dos “tempos de globalização”, que dá origem a novos fluxos e redes de atividade e exercício de poder que ultrapassam as fronteiras nacionais (Held *et al.*, 1999).

Para muitos que falam em nome do movimento, passamos agora também para uma fase na qual grupos e atores sociais vêm mostrar que os problemas tem raízes também globais e internacionais e não somente locais. O combate à globalização neoliberal busca cumprir essa função. “A ironia do rótulo ‘antiglobalização’ criado pela mídia é que nós, nesse movimento, estamos transformando a globalização em uma realidade, com mais sucesso talvez do que o mais multinacional dos executivos corporativos ou o mais incansável dos viajantes” (Klein, 2003: 11). A globalização, entendida aqui como um fenômeno mais amplo, fez com que pudéssemos identificar

²³ Tradução de um trecho do editorial da revista *Newsweek* publicado em 13/12/1999.

causas e efeitos de processos que pensávamos serem locais. As falhas dos modelos econômicos, os riscos ambientais, a exclusão social de milhares de pessoas não pode ser mais identificada apenas com questões locais.

Os movimentos que no início haviam sido rotulados como “anti-globalização” apresentavam suas agendas, participavam do debate político e se manifestavam para demonstrar insatisfação com os rumos tomados pela globalização neoliberal. As palavras de Naomi Klein ao relatar as manifestações de resistência à globalização que vinham ocorrendo desde 1998 evidenciam esta característica:

Quando os manifestantes gritam sobre os males da globalização, a maioria não está pedindo a volta a um nacionalismo estreito, mas sim que as fronteiras da globalização sejam expandidas, que o comércio seja ligado aos direitos trabalhistas, à proteção ambiental e à democracia. [...] Não está havendo uma luta entre globalizadores e protecionistas, mas entre duas visões radicalmente diferentes da globalização (2003: 31-32).

3º momento: por uma outra globalização

Como vimos anteriormente, os contornos do que viria a ser denominado “movimento altermundialista”, ou o “movimento social global contra-hegemônico”²⁴, já vinha se formando desde as primeiras manifestações públicas de resistência em 1998. Os movimentos “anti-globalização” aos poucos foram redefinindo sua identidade e passam a ser reconhecidos nas análises políticas, e pela opinião pública, como forças políticas com propostas de mudanças. Soma-se a este cenário a realização do Fórum Social Mundial. Com ele, acrescenta-se ao debate o sentido de *alter*. Estamos reunidos aqui, afirmavam os grupos no I FSM, para mostrar que “um outro mundo é possível”. Para apresentar caminhos que podem nos conduzir a uma outra globalização.

Isso não significa dizer que o movimento surge somente a partir do FSM. Outros processos e eventos pontuais anteriores ao Fórum, que não deixa de ser um marco nesta questão, evidenciam isso. São eles: a formação da ATTAC²⁵ em 1998, a realização da Conferência Internacional sobre Alternativas à Globalização com mais de 100 grupos representando 31 países, também em 1998, a reunião de grupos sob o rótulo de “Davos

²⁴ Estes conceitos podem ser encontrados em Gómez, 2001 e 2004a e McDonald, 2006.

²⁵ Associação pela Taxação das Transações Financeiras para o Auxílio dos Cidadãos – criada com o intuito de defender e estimular o controle democrático dos mercados financeiros e de suas instituições. Para maiores informações sobre a organização ver <http://www.attac.org/indexfla.htm>

Alternativo” que, em 1999, durante uma reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos, realizam uma manifestação pública chamando a atenção para propostas e agendas alternativas à globalização neoliberal²⁶. A batalha de Seattle é vista, por muitos autores, como o marco fundador do “movimento altermundialista” (Gómez, 2004; Ramos, 2005; George, 2001).

Como afirma Gómez, inaugura-se, portanto, a partir das manifestações como as de Seattle que se multiplicam e se intensificam na segunda metade da década de 90, uma nova cartografia política do ativismo transnacional (2004a). Um ativismo plural, heterogêneo, de natureza eminentemente global, “formado por velhos e novos movimentos sociais, ONGs, redes de ação cívica e grupos políticos e sociais com as mais diversas concepções, interesses, sinais de identidade e recursos organizacionais” (Idem: 322)²⁷.

Este “novo sujeito coletivo” passa a oferecer um novo espaço de participação para as pessoas e grupos que, como vimos no contexto apresentado no início deste capítulo, sentem-se “desenraizados”, para os quais as formas políticas tradicionais de atuação ligadas ao território e ao Estado-nação não eram mais suficientes, não traziam mais respostas eficazes para o enfrentamento das novas lógicas dos “tempos de globalização”.

A construção de uma idéia

O meu argumento é de que houve realmente novas idéias nas revoluções de 1989 e elas podem ser resumidas no conceito de sociedade civil global (Kaldor, 2003: 76).

Alimentadas por esses desenvolvimentos, menções à sociedade civil global tornaram-se popular entre cidadãos, banqueiros, diplomatas, ONGs, políticos etc. (Keane: 2003:2).

Como vimos ao longo deste capítulo, com as transformações que ocorriam no sistema internacional nos anos que marcaram o final da Guerra Fria, surgem as mais diversas análises que buscavam prever o “futuro das relações internacionais”. Leituras

²⁶ Análises mais detalhadas sobre alguns destes eventos pode ser encontrada em Vieira, 2001.

²⁷ Para mais informações sobre movimentos e iniciativas de articulação mundial com este perfil ver Amin; Houtart, 2003; Houtart; Polet, 2002 e Aguiton, 2002.

que apontavam para um fortalecimento de novos atores no cenário internacional; para a configuração de um sistema de governança global descentralizado, que passaria a funcionar a partir de diferentes níveis; para o surgimento de uma política global e um espaço público internacional de maior interdependência e, como consequência quase que inevitável da intensificação dos processos de globalização, para uma maior transnacionalização e desterritorialização das relações sociais contemporâneas. Esta diversidade de leituras formava um arcabouço de interpretações sobre a ordem internacional que levaria mais adiante à construção da idéia de uma sociedade civil global.

A estas prospecções acrescentava-se a constatação de um aumento significativo do número de organizações não-governamentais, movimentos sociais e redes de organizações civis em todo o mundo, que passam a operar tanto nos âmbitos local e nacional, como também regional e global. Acompanhado de uma intensificação na interação, seja marcada pelo confronto ou pela negociação, entre os atores da sociedade civil e os atores governamentais no cenário internacional, a partir de temas e agendas que antes estavam limitados às relações entre os Estados como meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, direitos humanos, comércio internacional, etc.

Este protagonismo dos atores não-estatais cresce em meio a um cenário de transformações e ressignificação da democracia e do conceito de cidadania. Nesse sentido, como vimos anteriormente, alguns autores chamam a atenção para o surgimento de novas fontes e padrões de identidade e para o redesenho da democracia para além das fronteiras nacionais (Held & McGrew, 2000a; Falk, 1999; Vieira, 2001; Teixeira, 2001).

A sociedade civil situa-se num determinado território, no qual desenvolve suas relações e constrói seus espaços públicos para expressão e participação de seus atores. Com a globalização, torna-se pertinente indagar sobre as tendências à superação desses limites, estendendo-se a ação para espaços também globais, o que conformaria uma sociedade civil global (Teixeira 2001: 55).

Inserida, portanto, em um contexto de intensificação dos processos de globalização, “renascimento” da idéia de sociedade civil e de uma transformação nas formas mais recentes de associativismo “além fronteiras” – a chamada “revolução associativa global” - a idéia de sociedade civil global vai aos poucos se construindo e ganhando espaço no debate político contemporâneo.

Três perspectivas em torno do conceito de sociedade civil global

Ao mesmo tempo em que somos favoráveis ao desejo de mapear os contornos dessa transformação global, estamos preocupados em reconhecer que as formas pelas quais compreendemos, enquadramos e discutimos a sociedade civil global moldam o que esta será ou poderá se tornar.

(Amoore, 2004: 91)

A idéia de sociedade civil global surge, conforme analisado previamente, como uma espécie de produto deste novo contexto. Um “produto” que passa a ser analisado e descrito a partir de diferentes visões de mundo e distintos projetos. Os debates sobre este novo espaço de ação política, como veremos ao longo deste capítulo, são compostos por interpretações acerca das conseqüências da globalização nas formas contemporâneas de ação política e refletem as diferentes abordagens teóricas no campo de estudo das relações internacionais.

Segundo Chris Brown (2001), crítico à utilização do termo, a idéia de sociedade civil global, nos seus mais distintos contornos, surge a partir da premissa central de que existe hoje uma economia globalizada na qual este novo ator se fixa e opera suas atividades. A maioria das visões e análises parte dos seguintes pressupostos: a existência de uma extensa rede de organizações inter-governamentais que proporciona as bases para uma governança global; a existência de grupos de pressão informais, não-governamentais e transnacionais em áreas como meio ambiente e direitos humanos; o crescimento de tendências globais “inter-culturais” de consumo e lazer; e a existência de um tipo de base normativa a estes processos originária, em grande parte, do regime internacional dos direitos humanos.

A sociedade civil continua no imaginário das pessoas ligada à idéia de cooperação, solidariedade, integração social e como elemento essencial para a democracia, como em muitas das definições clássicas revistas no capítulo anterior, mas na virada do milênio, em tempos de globalização intensa, trata-se de uma idéia reproduzida num novo contexto. Um contexto no qual o alvo da integração e da democratização não é apenas o Estado nacional, mas o sistema internacional e uma

política global emergente. “O discurso da sociedade civil globalizou-se” (Cohen, 2003: 419).

Soma-se a este novo quadro de análise o fato de, para muitos autores, principalmente entre os defensores da idéia de sociedade civil global, os espaços políticos nacionais no mundo contemporâneo deixarem de ser referência primordial para a ação dos atores sociais. A globalização e a natureza transnacional dos riscos (Beck, 2002) enfraquecem a capacidade dos Estados nacionais de controlar processos sociais, políticos e econômicos, ao menos não como antes, e por conseqüência a sociedade política nacional vai deixando aos poucos de ser um campo de referência para os atores sociais. No sentido de que deixam de representar um campo onde possam se desenvolver ações que realmente influenciem nos processos políticos contemporâneos. Processos cada vez mais complexos, descentralizados, interdependentes, influenciados por uma diversificada gama de atores. Frente a este mesmo contexto, outras análises apontam para o fortalecimento de movimentos nacionais que muitas vezes “internacionalizam” sua agenda política e sua atuação para se fortalecerem internamente e ganharem legitimidade no âmbito local. Para alguns movimentos, sua atuação em fóruns internacionais e regionais fortalece sua imagem perante a população de seus Estados de origem, assim como perante os próprios Estados com os quais interagem. Este mesmo “cenário de transformações” propício à emergência da idéia de sociedade civil global, como vimos no capítulo anterior, é dinâmico e nos últimos anos, com os impactos dos atentados de 11 de setembro de 2001 e o acirramento de alguns conflitos regionais, apresenta avanços e retrocessos neste contexto de maior cooperação, apontado pelos defensores da sociedade civil global. Ainda que as leituras sobre a eficácia política e o poder transformador desta suposta “nova esfera” apresentem hoje inúmeras variações, de uma maneira geral, até os proponentes mais otimistas concordam que a construção desta idéia não significa dizer que as ações, atividades ou atores que fazem parte dela representem o fim do poder e da autoridade dos Estados nacionais, nem de autoridades constituídas nacionalmente (Germain e Kenny, 2005).

As tentativas de conceituação de uma emergente sociedade civil global, apesar de muito presentes no debate político atual, são recentes e apresentam um forte caráter empírico-descritivo. A partir dos dados analisados no capítulo anterior, que apontam para um crescimento de um novo tipo de associação e de ação política no cenário internacional, é possível identificar que grande parte das análises acaba reconhecendo à

emergência de uma esfera supranacional de participação como se fosse uma consequência natural deste novo quadro, sem observar todo o processo de forma mais detalhada e crítica (Baker e Chandler, 2005). Diferentes veículos de mídia, por exemplo, após acompanharem acontecimentos como as manifestações em Seattle (2000), ou os encontros do Fórum Social Mundial, celebram o surgimento de uma sociedade civil global sem analisar os diversos elementos que compõem um processo como este. Aos poucos foi se criando um imaginário de que acontecimentos deste tipo comprovariam por si só a existência de uma esfera supranacional de participação e a perspectiva de extensão da democracia para além das fronteiras nacionais. Influenciados por este cenário, não só a mídia, mas muitas análises produzidas na ciência política e nas relações internacionais, passam a adotar o mesmo caminho. Isto não significa dizer que não existam análises mais detalhadas sobre todo este processo, em concordância ou não com o caráter emancipatório destas manifestações, e é isto que este trabalho buscará mostrar: a diversidade das análises sobre as formas contemporâneas de ação social e política nas relações internacionais, o que muitos autores convencionaram chamar de “sociedade civil global”.

Os primeiros textos no campo de estudo das relações internacionais que começam a delinear este debate surgem no início da década de 1990 com as análises de Lipschutz (1992), Shaw (1992 e 1994), Falk (1995) e Held (1991).²⁸ Estes últimos, apesar de publicarem os primeiros trabalhos fazendo referência à idéia de uma “sociedade civil global” apenas neste momento, já adotavam o conceito nos anos finais da Guerra Fria.²⁹ Naquele momento, a idéia de “sociedade civil global” já era apontada como o caminho por excelência de transformação e reconfiguração das relações internacionais e de uma ordem mundial na qual os Estados nacionais deixam de ocupar o papel central (Lipschutz, 1992).

Nos anos que se seguem, surgem ainda com mais freqüência análises sobre a sociedade civil nos estudos em política internacional e economia política internacional.

²⁸ Segundo Lipschutz (1992), poderíamos afirmar que, em alguma medida, um grande número de teóricos das relações internacionais já vinha abordando há algum tempo a noção de uma “sociedade civil global”. Hedley Bull em seu conhecido estudo sobre o sistema e a ordem internacional – *A Sociedade Anárquica* (1977) – faz especulações sobre a noção de um “novo medievalismo” e James N. Rosenau já falava sobre os “*sovereignty-free actors*” (1990) e a partir deste período só tem crescido o número de trabalhos na área que utilizam e analisam o conceito.

²⁹ Sobre estes debates ver o relatório do Projeto “*The Global Civilization: Challenges for Democracy, Sovereignty and Security Project-GCP*” (Falk 1995), iniciado em 1987, cujo comitê científico era composto, dentre outros especialistas, por Richard Falk e David Held.

Estudos influenciados pelos mais diversos debates teóricos no campo de estudo das relações internacionais — transnacionalista, marxista, teoria crítica. Os próprios autores que iniciaram o debate no início dos anos 1990 passam a rever suas posições e a dialogar com as demais leituras que vão se desenhando ao longo dos anos.³⁰

Vale a pena destacar alguns trabalhos que representam, no campo das relações internacionais, diferentes momentos de incorporação da temática aos estudos e pesquisas da disciplina. São eles:

1. A coletânea editada por Keohane e Nye em 1972 – não utiliza o termo como tal, não se dedica ao debate sobre a idéia de sociedade civil, mas já delinea certa pesquisa empírica em torno da atuação dos atores não-estatais – os “atores transnacionais”.
2. Livro de Linklater *Men and Citizens in the Theory of International Relations*, de 1982.
3. 1987: Início do projeto *The Global Civilization: Challenges for Democracy, Sovereignty and Security Project (GCP)* - 1987, cujo comitê científico era composto por Richard Falk, David Held, Vandana Shiva, R.B.J. Walker, Juan Somavia, entre outros. Reuniam-se em workshops para discutir sobre as transformações na ex-URSS e as conseqüências para a ordem internacional.
4. Lançamento do periódico *Alternatives: Social Transformation and Humane Governance* cujas edições de 1991 (spring) e 1994 (spring) dedicam-se especialmente ao tema.
5. Artigos de Ronnie Lipshutz e Martin Shaw no periódico internacional *Millenium: Journal of International Studies* (Londres) – edições de 1992 e 1994.

³⁰ Se adotarmos a bibliografia analisada neste trabalho como uma amostra dos estudos produzidos sobre o tema – publicações que tratam especificamente da análise do conceito de “sociedade civil global” – e a colocarmos em uma linha do tempo, apenas como um exercício para relacionar a produção acadêmica com o contexto, veremos que os trabalhos se concentram nos anos de 1994, 1998, 2000 e 2004. Não foram levantados todos os documentos sobre o tema em questão, tampouco se pretende com isso concluir que os autores analisados são os únicos que analisam estas questões. Pretende-se apenas indicar que parte das análises sobre esta questão, pelo menos no campo das relações internacionais, acompanha o contexto apresentado no capítulo anterior. O conceito de sociedade civil global vai se construindo e, conseqüentemente, ganhando espaço nos estudos acadêmicos e vice-versa, à medida que os fatos, eventos e transformações políticas se iniciam.

6. Livro de Keck e Sikkink *Activists Beyond Borders: Advocacy networks in international politics*, publicado em 1998, que se tornou referência no debate sobre redes transnacionais.
7. Anuário *Global Civil Society* editado, desde 2001, pelo *Centre for the Study of Global Governance* da *London School of Economics and Political Science* (Londres). Tornou-se uma referência no debate sobre a “sociedade civil global”.

Encontraremos muitas vezes na literatura autores como Richard Falk, Mary Kaldor e David Held identificados como os “teóricos da sociedade civil global” (Chandler, 2004, Baker, 2005, Kenny & Germain, 2005, Keane, 2003 e Cohen, 2003); conseqüentemente, as críticas feitas ao próprio conceito são frequentemente críticas à maneira pela qual estes autores têm definido a “sociedade civil global” (Brown, 2001; Halliday, 2000 e 2001, Costa, 2005; Sasson, 2005; Amooore & Langley, 2003; Hurrell & Woods, 1998). Nas palavras de Cohen,

Nessas circunstâncias, não é de admirar que os teóricos da democracia depositem mais uma vez suas esperanças na sociedade civil para gerar solidariedade, tornar públicas as grandes questões e democratizar a ordem mundial emergente. Esses teóricos acreditam que uma sociedade civil em escala global poderia compensar o déficit democrático da nova ordem mundial (Cohen, 2003: 421).

A maneira, portanto, como o conceito vem sendo amplamente utilizado por diversos atores - organizações internacionais, veículos de mídia, chefes de Estado, políticos, governantes, ativistas, representantes de movimentos sociais - apresenta grande influência das perspectivas adotadas por Falk, Kaldor e Held. Razão pela qual, neste trabalho, optou-se apresentá-las conjuntamente – o que vamos chamar de “enfoques cosmopolitas”, sem deixar de examiná-las separadamente, destacando suas diferenças. Quando optamos por dar mais atenção a estes enfoques, estamos afirmando, em alguma medida, que, na literatura de relações internacionais, é a partir destas perspectivas que se criou o “discurso” e o “imaginário” de uma sociedade civil global emergente. Trata-se também da visão, sobre este tema específico, mais difundida, comentada e criticada.

Este capítulo analisará, portanto, tanto estas perspectivas como as de outros que apresentam abordagens alternativas sobre o debate acerca da sociedade civil global, ou como alguns preferem chamar “a sociedade civil em tempos de globalização”. Aquelas

que chamamos de abordagens alternativas serão apresentadas neste trabalho a partir das análises de Alejandro Colás, para a perspectiva de inspiração marxista, e Robert Cox, para a perspectiva “neogramsciana”. Isso não significa dizer que tais abordagens se resumam exclusivamente ao trabalho destes autores, tampouco que esta divisão atribua um rótulo definitivo ao trabalho destes autores. Esta classificação terá sempre certa limitação dada a diversidade e as diferenças existentes entre os autores vinculados a uma mesma abordagem. No entanto, propõe-se tal divisão como um primeiro caminho a ser percorrido na interpretação do vasto material produzido sobre o tema. Tratar de temas como o conceito de sociedade civil, relacioná-lo com o estudo de relações internacionais e ainda localizar este debate no contexto da globalização poderia ser feito de diversas maneiras, seguindo inúmeros caminhos. Este trabalho, tomando como base algumas análises já feitas na literatura de relações internacionais, representa apenas um dentre muitos caminhos possíveis.

Assim, é importante lembrar que o objetivo deste trabalho não é descobrir se a sociedade civil global existe enquanto esfera delimitada ou não, sequer mensurá-la, tampouco adotar este ou aquele modelo para descrevê-la, mas sim identificar as diversas formas pelas quais a literatura em relações internacionais tem analisado este fenômeno. Mais especificamente, mostrar como os autores que vêm analisando e, muitas vezes, questionando e redefinindo o campo de estudo das relações internacionais têm observado e caracterizado este debate. Encontraremos perspectivas fundadas na teoria da democracia cosmopolita, muitas vezes identificadas como as “defensoras da sociedade civil global” — tanto enquanto um conceito a ser melhor descrito e definido, como enquanto uma idéia a ser promovida —, perspectivas que por vezes falam em nome dos próprios movimentos que formariam este novo espaço de ação política, perspectivas de matriz marxista, de matriz gramsciana, até aquelas mais críticas da utilização do conceito. Ou seja, diversas maneiras, também, pelas quais o conceito de sociedade civil tem sido incorporado aos estudos internacionais.

Com o objetivo de orientar esta análise, pretende-se responder às seguintes questões:

1. Como é definido o **conceito de sociedade civil** em cada uma das perspectivas sobre a sociedade civil global? Ou seja, como se expressa a relação Estado – sociedade no interior de cada uma destas visões?

2. Como é analisada a **globalização**? Do que se trata, afinal? Após situar o debate que existe em torno da globalização é preciso compreender como os diferentes autores que trabalham com a idéia de uma sociedade civil global analisam este processo. Objeto cada vez mais presente na análise social e política contemporânea, a globalização apresenta distintas e complexas interpretações e dificilmente é apresentada pelos analistas com uma única definição. Como vimos anteriormente, a globalização imprime novas lógicas e novos significados a indivíduos e sociedades (Ianni, 2002), e a idéia de “sociedade civil global” nasce exatamente neste contexto. Portanto, um trabalho que pretende analisar seus diferentes significados não poderia deixar de observar a maneira como a globalização é descrita e compreendida pelos diferentes autores.

3. E por fim, como estas visões lidam com as **transformações na ordem mundial**? Elas mantêm o foco da análise no papel dos Estados nacionais, atribuem um papel cada vez mais relevante às estruturas do mercado ou buscam descrever e analisar uma forma alternativa de organização das relações internacionais? Estes diferentes focos não são necessariamente excludentes, mas é possível identificar a predominância de algum destes olhares em cada uma das perspectivas?

Como são muitas as maneiras de se organizar este debate,³¹ a partir destas questões norteadoras será possível captar com mais clareza as diferentes contribuições que cada perspectiva traz para o estudo das relações internacionais contemporâneas.

Antes de seguirmos adiante no exame das diferentes abordagens, é importante discorrermos rapidamente sobre a escolha dos autores para tal tarefa. O primeiro critério diz respeito ao campo de estudo. Optou-se por analisar o trabalho de autores que fazem uma reflexão sobre as relações internacionais. Uma vez delimitado o campo de pesquisa, o recorte mais relevante diz respeito à escolha por autores que analisam especificamente o tema da sociedade civil global. Estamos falando de autores que têm se dedicado sistematicamente à análise destas questões, que têm participado ativamente do debate de uma forma geral e, mais especificamente, que vêm, assim, trilhando os diferentes caminhos de elaboração do conceito de sociedade civil global nos debates da área de relações internacionais.

³¹ Para diferentes formas de sistematização deste debate, ver Baker; Chandler, 2005; Kenny, 2005; Pouligny, 2005; Ramos, 2005; Chandler, 2004; Amoore, 2004; Kaldor, 2003 e Colás, 2002.

Alguns enfoques cosmopolitas

São muitas as análises que, no campo de estudo das relações internacionais e da economia política internacional, identificam um projeto político em formação e focam sua observação no potencial transformador dos atores que compõem o que elas irão chamar de “sociedade civil global” (Kaldor, 1999; Falk, 1998, 1999 e 2005; Chandhoke, 2002; Lipshutz, 1992; Vieira, 2002; Shaw, 1992). No entanto, existem diferenças importantes entre elas, como veremos a seguir, quanto ao perfil dos atores, à visão sobre a relação Estado-sociedade e à concepção de sociedade civil. Poderíamos afirmar que estas perspectivas sobre a sociedade civil global estão intimamente ligadas às novas formulações sobre o conceito de sociedade civil, apresentadas no capítulo anterior, e por vezes se aproximam mais da perspectiva liberal, por vezes das formulações pautadas numa maior valorização da política. São variações do discurso mais amplo sobre a “sociedade civil global como projeto político” que serão analisadas mais detalhadamente a seguir, a partir dos trabalhos de Richard Falk e Mary Kaldor.

A perspectiva adotada por Kaldor, concentra-se mais no debate sobre a construção de uma política global e no papel que este novo espaço de ação política - a sociedade civil global - desempenharia numa arena das relações internacionais agora “sob nova direção”. Estados que agora compartilham a direção da cena com outros atores - diferentes forças e organismos nos níveis nacional, regional e internacional (Held, 1998); *novos personagens* assumindo papéis ainda secundários, mas cada vez de maior destaque - os chamados atores da sociedade civil; *novo cenário* - cada vez mais dinâmico devido à revolução nos sistemas de informação e comunicação e os efeitos dos processos de globalização sobre a nossa relação com o espaço e com o tempo; e um *novo roteiro* - o mundo pós-Guerra Fria. Já o percurso desenvolvido por Falk, apesar de adotar como pano de fundo a mesma mudança na configuração das relações internacionais, conduz a análise mais em direção às novas formas de participação e ação dos atores sociais e ao processo que ele vai chamar de construção de uma “globalização por baixo”. É importante ressaltar que esta nova arena das relações internacionais é a base para a construção de ambas as perspectivas, apesar das diferentes ferramentas empregadas por cada uma delas para observar este cenário. Para a visão mais ampla da sociedade civil global como um projeto político, a palavra “novo” é de extrema importância.

O que seria exatamente este “novo”? A que transformações na dinâmica política das nações e no sistema internacional estaríamos nos referindo? Uma característica importante deste cenário são as novas possibilidades de conexão e comunicação entre diferentes grupos e atores ao redor do mundo e a oportunidade destes exercerem pressão e dirigirem suas demandas não somente aos Estados dos quais fazem parte, mas também a organizações internacionais e outras nações. Este novo momento do cenário político internacional permite também que cidadãos e grupos sociais participem da cena internacional juntamente com os Estados e as organizações internacionais.³² Segundo Kaldor:

O fim dos conflitos globais permite a internalização das relações internacionais e a participação de grupos de cidadãos em nível internacional, juntamente com os Estados e organizações internacionais – para a política, em outras palavras, barganha social em lugar da diplomacia ou a guerra (2003: 13).

De um lado, o Estado perde centralidade na arena internacional mas, de outro, abrem-se novas possibilidades de emancipação política, assim como novos riscos e também muita insegurança (Kaldor, 2002). O que não significa dizer que o Estado tenha perdido importância, nem que as referências nacionais tenham deixado completamente de existir. Não se trata aqui do “fim do Estado-nação”, mas sim de um Estado que se transforma, que ganha novos contornos e características, que se adapta ao novo contexto. Nesse sentido, poderíamos recorrer ao conceito de Estado-rede trabalhado por Castells (2004). Este “novo Estado” se redefine a partir de três mecanismos centrais: a) ao se associar com outros Estados formando redes de Estados, como é o caso da União Européia, do Mercosul, da ASEAN. Alianças que certamente variam quanto ao grau de institucionalização e de compartilhamento real de soberania; b) ao fazer alianças com instituições internacionais e organizações supranacionais para lidar com questões globais cujas causas e efeitos ultrapassam suas fronteiras territoriais; e, por fim, na busca por legitimidade, c) ao descentralizar poder e recursos e convocar novos atores para os processos de tomada de decisão, por exemplo, autoridades regionais, governos locais e organizações não-governamentais.

³² Para Lipshutz (1992), este arranjo não é totalmente novo, mas é difícil precisar a sua origem. Assim como a análise feita sobre o processo de globalização, este rearranjo de interações política que está por trás da idéia de “sociedade civil global” não seria absolutamente novo, mas se intensificaria, à medida que vem aumentando sua visibilidade e seu impacto nas estruturas políticas internacionais ao longo das últimas décadas, em especial a partir da década de 1990.

No entanto, ainda que reconheça o papel do Estado, este “novo” Estado que busca se adaptar a um novo contexto, segundo esta abordagem, a emergente sociedade civil global representa um campo alternativo ao Estado e ao mercado. Nos moldes da idéia de “sociedade civil social”, apresentada no capítulo anterior (Nogueira, 2003), aqui o que se destaca é uma suposta autonomia com relação ao Estado e ao Mercado, um espaço composto pelos “novos movimentos sociais”³³ que se auto-organizam e se auto-delimitam. Se construíssemos uma equação, nos moldes das anteriores, sua expressão, segundo esta visão, seria: sociedade civil global \neq Estado \neq Mercado. A política está presente, os autores que defendem esta abordagem reconhecem que os espaços de conflitos e luta de interesses fazem parte desta emergente sociedade civil global. No entanto não representam pontos centrais à sua formação enquanto espaço político. Seu papel e sua centralidade estão na autonomia, em representar um espaço alternativo ao Estado e ao mercado. Recorrendo às conclusões apontadas por Gómez ao analisar esta questão,

[...] igual ao que acontece com o difundido ‘novo modelo’ de sociedade civil para uso doméstico, frequentemente se transporta ao plano da política mundial uma noção de sociedade civil global purificada do contexto econômico, político e cultural dominante, convertendo, dessa maneira, uma vida associativa transnacional que nela se desenvolve através das novas tecnologias de comunicação, em expressão e símbolo de agentes autônomos e inequívocos de democracia global (2001: 175).

Segundo Costa, falta, também, à sociedade civil global a dimensão cultural/defensiva. Uma lacuna à noção de sociedade civil global em si diz respeito ao que ele define como “o ancoramento no mundo da vida, aquela característica que assegura precisamente o caráter democrático/democratizante da sociedade civil” (2005: 45).

Nesse sentido, tal abordagem é muito criticada também pelo fato de não adotar uma visão histórico-social sobre a sociedade civil e sobre os atores que a compõem, capaz de identificar suas origens e interesses (Colás, 2002 e 2005).

Voltando à questão dos movimentos que, segundo esta visão, fortaleceram a idéia de sociedade civil global teríamos ainda: a crescente atuação das organizações não-governamentais e os chamados novos movimentos sociais, na arena internacional; a

³³O debate sobre esta questão está muito presente na literatura em ciência política e sociologia. Para análises críticas a respeito do debate em torno dos “novos movimentos sociais” e da “nova sociedade civil” ver Gurza Lavalle, 1999; Gurza Lavalle; Castelo; Bichir, 2004; Nogueira, 2003 e Costa, 2002.

mobilização da sociedade, principalmente na Europa dos últimos anos de Guerra Fria, por maior democratização e auto-determinação dos povos; e, por fim, no período imediato ao final da Guerra Fria, o crescimento, conforme apresentado no capítulo I, dos movimentos anti-globalização e dos movimentos por justiça global sob a bandeira da promoção dos direitos humanos. No entanto, seguindo a análise de Falk,

Se a cidadania global, enquanto expressão de um ideal, se equipara mecanicamente à atual realidade geopolítica, então ela é uma noção puramente sentimental e levemente absurda; em contraste se a cidadania global é concebida como um projeto político, associado à possibilidade de uma futura comunidade política de alcance global, então ela assume um caráter político de longo prazo mais constitutivo e desafiador (*apud* Gómez, 2000: 72).

A utilização dos termos sociedade civil “transnacional” ou “internacional”, segundo Falk, ainda estaria intimamente ligada à lógica dos Estados nacionais, por isso a utilização do termo “global”. Ele representaria com mais precisão o novo contexto de formação de identidades e interconexões globais. Poderíamos também substituir o termo “sociedade civil global”, como veremos a seguir, por “globalização por baixo”.

Falar de sociedade civil global significa, segundo esta perspectiva, falar sobre uma idéia política que representa um fenômeno real, ainda que suas fronteiras variem conforme as diferentes definições e visões, e que seu formato e direção estejam em constante transformação e redefinição. Trata-se também de um projeto político inserido em uma ordem cosmopolita regida pelo direito humanitário e pelos direitos humanos, onde se avistam os contornos de uma esfera pública global em formação.³⁴ Esta “nova esfera” não surge como uma estrutura, mas como um conjunto de atores transnacionais (associações civis, organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações voluntárias) que buscam redefinir as regras do jogo no sistema internacional (alternativas à governança global, democratização das relações internacionais) e influenciar os processos de tomada de decisão. O aspecto normativo focado nas formas como essa sociedade civil pode influenciar a política e a governança global é central, também, a esta visão.

³⁴ Costa (2005) apresenta as diferentes teses da democracia cosmopolita e mostra como a “aposta numa sociedade civil global” está no centro deste projeto teórico. Tudo isto para apontar, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, o que na sua visão seriam os equívocos e problemas conceituais de tal abordagem. Segundo o autor, as teses da democracia cosmopolita, politicamente, “transforma[m] o imperativo categórico de ordem cosmopolita em materialidade empírica e o dever ser da justiça além fronteiras no ser generalizado de pessoas e Estados nacionais altruístas” (Idem: 35-36).

A sociedade civil global representaria, também, um dos diferentes níveis do sistema atual de governança global que ganha força com a intensificação dos processos de globalização.³⁵ Fortalece-se a partir de um movimento duplo de reação a estes processos e interação com eles (Anheier *et al*, 2001; Vieira, 2002 e Kaldor, 2003a).

Outra idéia subjacente é a de que estes atores, redes e comunidades que formariam a chamada sociedade civil global apresentam códigos, normas, valores próprios de conduta. Uma identidade coletiva faz com que estes atores se reúnam. Esta identidade muitas vezes tem sua origem na agenda política defendida e trabalhada por este atores, no enfrentamento do Estado, no que muitos autores chamavam, no final da década de 1990 de “anti-globalização”,³⁶ nomenclatura posteriormente contestada pelos próprios movimentos e seus representantes.

Quanto às análises sobre uma nova maneira de organização das relações internacionais, ainda que os proponentes da “sociedade civil global como um projeto político” tenham relativizado, em debates recentes, suas posições quanto ao poder transformador deste processo, para eles, é inerente à própria idéia de sociedade civil global a configuração de uma ordem internacional que não seja pautada somente pelas forças do mercado, tampouco somente pelos interesses dos Estados nacionais. Ainda que esta nova configuração seja “um projeto a ser concretizado” (Kaldor, 2003a e 2005; Falk, 1999 e 2005). Nesse sentido, para os chamados “teóricos da sociedade civil global”, “o formato e a orientação de uma nova ordem mundial irão surgir ao longo da próxima década como resultado de uma intensa disputa política entre diversos atores e forças sociais” (Falk, 1999: 12).

Estes “enfoques cosmopolitas” sobre a idéia de sociedade civil global apresentam certas variações e nuances que merecem destaque. Propõe-se observá-las mais

³⁵ Lipshutz (2005), em recente artigo no qual revê suas análises sobre a “sociedade civil global”, afirma que o conceito só poderá ser melhor compreendido e analisado a partir de uma relação dialética entre os modos de governança global em desenvolvimento no mundo hoje e o fato da regulação dos Estados e instituições internacionais sobre o sistema de mercado global estar cada vez mais enfraquecida. “Para compreender a sociedade civil global e suas políticas, resumindo, é necessário que consideremos como atores 'globais' são produzidos num campo caracterizado por formas difusas de poder, e por que a sociedade civil global deve ser reconhecida como um produto da globalização neo-liberal, e não como algo distinto desta ou que se oponha a ela” (2005: 750).

³⁶Heartfield (2005) em trabalho recém publicado em um volume que discute os contornos do debate contemporâneo sobre a sociedade civil global, apresenta uma cronologia denominada “movimento anti-capitalista” e relaciona a atuação desse movimento com o debate em torno do conceito de sociedade civil global.

atentamente a seguir, a partir de um detalhamento das análises de Richard Falk e Mary Kaldor.

Segundo alguns autores, na literatura de relações internacionais, o debate normativo que tem trabalhado com o conceito de sociedade civil global divide-se em dois grupos: 1) os chamados pós-liberais, críticos, pós-modernos, radicais ou “teóricos subalternos”, cujo foco está na análise do potencial dos novos movimentos sociais e das resistências descentralizadas ao poder em construir uma sociedade civil global de “baixo para cima”; 2) o outro grupo estaria representado pelos cosmopolitas liberais cujo foco da análise está no direito internacional, na idéia de uma democracia cosmopolita e nos pilares de uma governança global que num contexto de uma nova ordem internacional ocorreria em diferentes níveis (Chandler, 2004; Amore e Langley, 2004)

O modelo da “globalização por baixo”

Já em tempos de final da Guerra Fria (1986-1989), Richard Falk ensaiava conceituações e caracterizações de um contexto político propício à emergência de uma “sociedade civil global”, termo que muitos autores passariam a adotar anos mais tarde. Como resultado de um projeto mais amplo de pesquisa que buscava discutir o “futuro das relações internacionais”, que se iniciara em 1987 — *The Global Civilization: Challenges for Democracy, Sovereignty and Security Project (GCP)*³⁷ — foi publicado um relatório anos mais tarde (Falk, 1995) com reflexões sobre o conceito de “governança humana” e referências à idéia de “sociedade civil global”, um dos pilares desta nova noção de governança sobre a qual se propunha debater. Responsável pela edição e pelo conteúdo deste relatório, Richard Falk já apresentava naquele momento suas análises sobre este novo espaço, ou nova forma de ação política e o marco a partir do qual ele desenvolveria este debate: “globalização por cima” *versus* “globalização por baixo”.

A emergência da sociedade civil global tem sido por enquanto um processo incerto e desigual, e não tem sido extraordinariamente relevante junto ao espectro mais amplo da **globalização por cima**. Nesse sentido, a existência de forças sociais transnacionais dedicadas à proteção do meio ambiente e aos

³⁷ Este projeto, iniciado em 1987, foi coordenado pelo *World Models Project* e por um Comitê Científico composto por Richard Falk, David Held, Vandana Shiva, R.B.J. Walker, Juan Somavia, entre outros. O projeto promovia reuniões do Comitê Científico, responsável por estabelecer uma agenda de pesquisa e promover o debate sobre o conceito de “governança humana”, e *workshops* para discutir as transformações na União Soviética e as conseqüências para a ordem internacional.

direitos humanos mostra (demonstra) uma linha mais forte de atuação e influência, tanto desafiando como fortalecendo forças estatais, criando um modelo positivo. Subjacente à análise sobre a globalização está a convicção de que um conteúdo normativo só pode ser introduzido às operações do mercado global por meio dos esforços auto-conscientes e dedicados destas forças sociais associadas à **globalização por baixo** (Falk, 1995: 181, grifo nosso).

As forças sociais que se opõem aos comportamentos e padrões associados ao fenômeno da globalização econômica e das forças do mercado global — globalização por cima — formam o que o autor vai chamar de “globalização por baixo”. O papel histórico desta esfera será desafiar e transformar os efeitos negativos da “globalização por cima”, ao se apresentar como um espaço político alternativo, que não seja pautado necessariamente pelos olhares do mercado nem do Estado, no qual resistências e diálogos sobre os caminhos dos processos de globalização em curso poderão se produzir e reproduzir (Falk, 1998). A noção de “sociedade civil global” aqui apresentada não pode ser compreendida fora deste marco. Isto não significa dizer que o mundo está dividido entre o bem (forças sociais) e o mal (forças de mercado), muito menos que estas esferas “globalização por cima” e “globalização por baixo” sejam lineares e homogêneas. No entanto, o objetivo do autor é destacar e analisar distintos processos em curso (impulsionados e liderados por diferentes forças — Estados nacionais, estruturas do mercado, estruturas sociais, entre outras) e a interação entre eles (ação e reação) que acabam por definir o que comumente chamamos de globalização.

Nas palavras de Falk, “sociedade civil global diz respeito a um campo de ação e pensamento composto por iniciativas individuais e coletivas de perfil voluntário e não-lucrativo, tanto junto ao Estado como transnacionalmente” (1999: 138). Estas iniciativas, por sua vez, apresentam um perfil global e surgem, em parte, como respostas a certas tendências globais adversas. O que o autor entende por “tendências adversas” irá incentivar e pautar a atuação e, conseqüentemente, o perfil desta sociedade civil global nos diversos momentos de seu desenvolvimento. O diagnóstico, assim como o fazem grande parte das demais perspectivas, é o de que “com o final da Guerra Fria surge uma disposição incontável de debater e refletir sobre o futuro da ordem mundial” (idem: 11).

Ao revisar sua análise, o autor apresenta o que ele chama de diferentes estágios do desenvolvimento da sociedade civil global até os dias de hoje e faz projeções sobre o futuro desta “nova realidade política” (Falk, 2005), principalmente, após os

acontecimentos de 11 de Setembro de 2001.³⁸ Momentos nos quais, segundo o autor, a sociedade civil passa a ultrapassar as fronteiras nacionais nas suas ações e mobilizações e começa a adquirir um caráter global. Esta internacionalização da sociedade civil apresenta três momentos que não são estanques, mas complementares.

O primeiro momento compreenderia as ações das organizações não-governamentais e de movimentos populares em determinados temas e agendas específicas, como meio ambiente e direitos humanos. Movimentos da década de 1990, como vimos anteriormente, identificados como “os novos movimentos sociais”. Como aponta Falk, desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que aconteceu em Estocolmo, em 1972, já se organizavam reuniões paralelas formadas por ativistas ligados ou não a organizações não-governamentais, uma mobilização ainda embrionária, mas que depois ganharia força e maior publicidade a partir das Conferências organizadas pela ONU na década de 1990, conforme analisado no capítulo I. O que começa a ficar claro já nesse período, afirma o autor, é a pressão exercida por uma sociedade civil local, mas já com características de ação global, diante de seus próprios governos, e também estruturas intergovernamentais, por ações no campo do meio ambiente, das questões de igualdade de gênero, de políticas econômicas, sociais e culturais, e dos direitos humanos na sua concepção mais ampla. Naquele momento,

[...] o principal impacto da sociedade civil global foi alterar de alguma maneira o debate sobre a política global; encorajar governos a fazerem mais por sua própria conta para resolver problemas geralmente reconhecidos por oferecerem desafios sociais urgentes; e pressionar governos a buscar mais atentamente objetivos que eles mesmos já haviam afirmado por suas próprias iniciativas políticas [...] (Falk, 2005: 72).

No entanto, para Falk, a questão ambiental ocupa uma posição central no rol de fatores que darão origem à “sociedade civil global”. A crescente preocupação com a degradação do meio ambiente, uma causa que ultrapassa fronteiras nacionais, impulsionará a conexão cada vez maior de movimentos e ações que antes se inter-relacionavam apenas em seu escopo de atuação, fosse nacional, local ou regional. E é esta mesma rede de ativistas, cada vez mais transnacional, que vai impulsionar a atuação dos Estados nacionais e sensibilizar a opinião pública mundial para a agenda ambiental.³⁹

³⁸ O impacto dos acontecimentos de 11 de setembro na atuação da chamada “sociedade civil global” passou a ser muito analisado pelos estudiosos deste processo. Outras análises sobre este debate podem ser encontradas, por exemplo, em Kaldor, 2003a e Glasius e Kaldor, 2002.

³⁹ Sobre esta perspectiva, ver também Vieira, 2002.

Em um segundo momento, a “sociedade civil global” passa a ser caracterizada, também, pelos processos de mobilização por democratização. Um tipo de ação que ganhou força no final da Guerra Fria, principalmente, sob a bandeira de oposição a regimes e governos totalitários. Neste momento, as mobilizações que aconteciam, principalmente, nos países do leste europeu influenciaram mais à diante movimentos pela democratização em diversos países da Ásia e da África. O que demonstrava, segundo o autor, a crescente pressão e influência transnacional exercida pelos atores da sociedade civil já naquela época (Falk, 2005).

O terceiro e último momento de desenvolvimento da sociedade civil global inicia-se logo após o final da Guerra Fria e se define a partir da atuação de dois movimentos paralelos: as ações sob a bandeira da anti-globalização⁴⁰ e os movimentos por justiça global. Nas palavras de Baker:

Atores da sociedade civil neste período mobilizavam-se pela crescente evidência de que corporações multinacionais e bancos internacionais estavam escapando da autoridade regulatória de Estados soberanos e moldando a política global, visando lucros em detrimento do bem-estar humano (Baker e Chandler, 2005: 9).

Estes movimentos, por sua vez, ganham força, visibilidade e novos aliados a partir dos fóruns e encontros internacionais que começam a se organizar a partir de 2000. Mobilizações como os Fóruns Sociais Mundiais que passam a aglutinar as diversas agendas políticas presentes desde a primeira fase de formação da “sociedade civil global”.

Frente a este cenário, que apresenta variações desde o período da Guerra Fria até os dias de hoje, assistimos, portanto, ao surgimento de um contra-projeto identificado como “o fortalecimento de uma sociedade civil global” que passaria a lidar com uma agenda internacional diversificada. Segundo esta perspectiva, a emergência desta nova esfera é um processo real em curso, baseado em fatos e manifestações concretas, e não simplesmente uma construção de linguagem para descrever uma tendência ainda muito nebulosa, indefinida e abstrata. No entanto, segundo o autor, a única dúvida que resta é a de se realmente as forças envolvidas com este espaço público em formação serão capazes de exercer influência suficiente para serem reconhecidas como um contra-projeto, em vez

⁴⁰ James Heartfield (2005) vai contextualizar o papel do movimento que ele chamará de “anti-capitalista” no desenvolvimento da “sociedade civil global”. Segundo ele, as principais manifestações datam do final da década de 1990.

de meras tendências à serviço de forças políticas do Norte com pouca relevância para as realidades no Sul (Falk, 2005).

Apesar de, em alguma medida, esta visão “demonizar” as forças do Estado e do mercado e “romantizar” o que representaria uma emergente sociedade civil global, o autor identifica os perigos em adotar tal postura e reconhece que as forças ligadas a este espaço em formação também podem representar ideais anti-democráticos, fascistas e autoritários. Em seus trabalhos recentes, ele apresenta uma reflexão menos idealista e “homogeneizadora” e reconhece mais profundamente o caráter dinâmico e contraditório dos processos políticos e sociais que possam vir a delinear esta sociedade civil global. (Falk, 2005).

Falk acredita, também, que a atuação da sociedade civil global esteja, em alguns momentos, intimamente ligada à atuação do Estado, o que impossibilitaria definir, analisar e observar este “novo ator” fora de sua relação com os Estados. Este Estado precisaria repensar o seu formato e sua maneira de interação com uma nova realidade, mas “continua sendo o instrumento de tomada de decisão que mais afeta as vidas das pessoas e o primeiro elo com instituições regionais e globais” (1999: 150).

No que diz respeito ao papel da sociedade civil global, em recente trabalho que discute os limites e as perspectivas deste novo espaço político, Falk apresenta uma revisão de suas reflexões e uma posição mais moderada quanto ao poder transformador deste “novo ator”. Após dialogar mais diretamente com outras abordagens o autor faz uma espécie de revisão das suas análises.

[...] há evidências suficientes para insistir na identidade e no papel da sociedade civil global; o mesmo não acontece ainda com relação a uma real mudança nas relações de poder que nos permita apresentar uma ordem mundial que de fato tenha se transformado. O projeto de transformação da democracia global e da governança humana continuam por ser alcançados por meio de ações sociais e políticas de grande magnitude (2005: 71).

Voltando ao debate realidade política x tendência global, segundo Falk, o que hoje se coloca como uma realidade é o novo contexto político em que vivemos, em que as relações sociais, políticas e identitárias se dão a partir de outros padrões que não só o territorial, e nele assistimos a um crescente processo de fortalecimento das atividades e atores transnacionais. Este processo seria, portanto, uma realidade; já a constituição da

sociedade civil global como um agente transformador, uma tendência mergulhada nesta realidade.

Ainda que Falk apresente estas ressalvas, os enfoques cosmopolitas da sociedade civil global como um todo, não só a abordagem deste autor, são muito criticados também por compreenderem a existência de hierarquias e desigualdades entre os diversos atores que comporiam este espaço como um dado, sem observá-las historicamente e sem levar em consideração os diferentes contextos locais e regionais (Colás, 2002 e 2005). A sociedade civil global é vista como um “bloco” composto por forças sociais transnacionais, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Pode-se afirmar que as desigualdades e hierarquias existentes no sistema internacional, por que não dizer na vida política e social em geral — entre os diferentes Estados, estruturas políticas, indivíduos —, não se reproduzem na sociedade civil global? (Hurrell e Woods, 1995; Halliday, 2001). Falk e Kaldor não afirmam que estas desigualdades não existam, mas simplesmente não irão analisá-las profundamente por não julgarem este fato central à formação da sociedade civil global. Fundamental para analisar este processo é a nova configuração da política internacional e todos os outros “novos” cenários e padrões discutidos anteriormente.

O projeto da democracia cosmopolita como ponto central

“O que há de novo sobre o conceito de sociedade civil desde 1989 é a globalização” (Kaldor, 2003a: 1). O ponto central da análise de Mary Kaldor⁴¹ é o papel da globalização na construção da sociedade civil global. Uma idéia política que surge das “revoluções de 89” (Idem). A interpretação que orienta esta maneira de analisar o processo é a de que a sociedade civil global começa a se formar porque se criam

⁴¹ A autora é uma das referências no debate sobre a idéia de sociedade civil global. Identificada com a construção da abordagem central (ou “visão dominante” como alguns autores preferem chamar) acerca do conceito, Kaldor representa um grupo de autores que tem pautado o debate sobre a sociedade civil global nos últimos anos. Além de muitos trabalhos dedicados exclusivamente à reflexão sobre o tema e construção do conceito em si, ela coordena, ao lado de David Held, o *Centre for the Study of Global Governance*, criado em 1992 e sediado na London School of Economics (Londres), que publica um relatório anual, desde 2001 – *Global Civil Society* – dedicado exclusivamente ao debate sobre a idéia de sociedade civil global, nos seus aspectos teóricos e empíricos. O relatório reúne artigos que buscam apresentar as questões teóricas subjacentes ao debate, relatos de experiências em diversos países que ilustrariam as atividades que se desenvolvem na “sociedade civil global”, assim como propõe um mapeamento deste espaço emergente chamado sociedade civil global. Uma tentativa de mensurar este processo em curso — perfil dos atores e das organizações, levantamento dos temas trabalhados etc. Para maiores informações sobre o centro de pesquisa e seus relatórios ver: <http://www.lse.ac.uk/Depts/global/>

condições para tal processo, fruto das transformações produzidas pela globalização. Apesar de já termos analisado mais detalhadamente estas transformações no capítulo I, é importante retomarmos apenas alguns pontos, essenciais à compreensão desta abordagem sobre a sociedade civil global e definidores dos contornos da tese da democracia cosmopolita construída por Held e McGrew.⁴²

A partir dos trabalhos de Held, o projeto teórico cosmopolita demanda uma transferência da análise sobre ação política, a democracia, e o conceito de comunidade, da esfera nacional para a esfera internacional, mais precisamente para uma esfera global onde as fronteiras nacionais tornam-se mais fluidas. A democracia cosmopolita parte, nesta abordagem, dos seguintes elementos: 1) o *locus* do poder político não está mais nos governos nacionais – idéia de que o poder está dividido entre diversas forças e organismos nas esferas nacional, regional e internacional; 2) a idéia de comunidade política não pode mais ser restringida somente às fronteiras dos Estados nacionais – o que não significa afirmar que não existam mais comunidades políticas nacionais, mas sim que elas, no mundo contemporâneo, articulam-se a partir de complexos processos econômicos, culturais e políticos que acabam por redefini-las, cada vez com um dinamismo maior; e por último 3) trata-se de um período no qual a soberania do Estado nacional está em transformação, o que não significa afirmar o fim dos Estados, conforme apresentado no início da análise sobre a visão em questão.

A visão de mundo cosmopolita está de acordo com a democracia, mas parte da democracia em um sentido particular; ela argumenta que ao mesmo tempo em que a história da democracia liberal está associada a uma única forma política — o Estado-Nação territorial —, precisamos, atualmente, explorar os princípios em diferentes níveis: local, nacional, regional, global. Assim, o cosmopolitismo não está interessado em, digamos, um conceito único de autoridade descendente em um determinado espaço; ao contrário, ele preocupa-se com o renascimento da autoridade legítima e do poder legítimo em múltiplos níveis. Ele trata da difusão do poder público para aqueles que são intensamente afetados pelas questões e processos locais e, ainda, da extensão do poder público para níveis superiores onde, no intuito de ser inclusivo, deve-se aceitar públicos e comunidades políticas mais amplos, pois questões como dívida mundial, aquecimento global, instabilidade do sistema financeiro internacional, são globais em seu escopo. Essas questões não podem ser

⁴² A literatura sobre as teses da democracia cosmopolita é vasta e o projeto teórico em si pode ser interpretado e definido de diversas maneiras a partir das análises de Beck, Giddens, Höffe, Schuman, Habermas, Held e McGrew. No âmbito deste trabalho, serão destacadas as abordagens de Held e McGrew por apresentarem forte influência nas perspectivas mais disseminadas e adotadas da idéia de sociedade civil global. Uma breve revisão sobre os diferentes debates acerca da democracia cosmopolita pode ser vista em Costa, 2005.

resolvidas localmente. Para uma abordagem inclusiva dessas questões, é necessário agir globalmente (Held, 2004: 4).

A aposta em uma sociedade civil global emergente, composta pelos novos atores sociais — organizações não-governamentais, movimento ambientalista, de mulheres, humanitário — e operando nos cenários políticos internacionais — conferências internacionais, cúpulas da ONU, grandes manifestações públicas, Fórum Social Mundial, entre outros — apresenta-se, neste marco teórico, como um dos elementos centrais do projeto cosmopolita. Uma aposta que, segundo seus apoiadores, expressa um fenômeno real, ainda que sua forma e perfil estejam em debate e constante redefinição. Por trás desta perspectiva comparece também a idéia de uma “cidadania em vários níveis” (Held, 2005: 197). Uma cidadania fundada não exclusivamente na ligação a uma comunidade territorial, mas a partir de regras e princípios gerais — democracia e direitos humanos — por meio dos quais cada um se beneficiaria de liberdades e de possibilidades iguais de participação.

Outro ponto central é a busca por um projeto político. Segundo Kaldor, apesar das diferenças entre as visões sobre a sociedade civil global, todas apresentam um caráter normativo e descritivo, tanto nas análises dos pesquisadores que buscam definir o conceito, como dos ativistas que, muitas vezes, ao relatar suas experiências também buscam conceituar o fenômeno do qual eles se dizem protagonistas. "Escritores e ativistas estão ambos descrevendo um 'projeto político, ou seja, um objetivo, e ao mesmo tempo uma realidade existente que pode não ser compatível com o objetivo'" (2003a: 11)

A sociedade civil global, segundo esta visão, significa também uma emancipação política, a extensão da democracia e o *empowerment* de indivíduos. O caminho para uma globalização ética pautada por redes transnacionais de cidadãos (Kaldor, 2003a e Held, 1998). Para Mary Kaldor e outros autores como Jean Cohen, a busca por definir o que seria a sociedade civil global não é somente uma tentativa de entender o mundo hoje, mas também um “projeto emancipatório contemporâneo” (Kaldor, 2003a; Cohen, 2003). Num momento em que a democracia clássica está enfraquecida sob as condições da globalização, seu papel deve ser visto como uma nova forma de política global paralela e suplementar à democracia formal no plano nacional (Kaldor, 2003a e Held, 1998).

[...] o que mudou foram as oportunidades para interação com outros grupos afins em diferentes partes do mundo, e para considerar demandas não apenas para o Estado, mas para instituições globais e outros Estados. De um lado, a

sociedade civil global está num processo de auxiliar a constituição e a se **constituir por um sistema global de regras**, apoiado por coincidentes autoridades inter-governamentais, governamentais e globais. Em outras palavras, uma nova forma de política, que chamamos de sociedade civil, é ao mesmo tempo um resultado e **um agente da interconectividade global**. De outro lado, novas formas de violência que restringem, suprimem e atacam a sociedade civil, e também transbordam as fronteiras de tal forma que se torna impossível conter a guerra da ilegalidade territorialmente (Kaldor, 2003a: 2, grifo nosso).

Quanto à relação Estado-sociedade na análise de Mary Kaldor, embora a autora reconheça a importância do papel do Estado na dinâmica global, a sociedade civil aparece como uma esfera que está além das relações de poder que caracterizam o Estado ou o mercado, o que também representa um marca central da visão dominante sobre as sociedade civil global como um todo aqui analisada. Para a autora, os novos entendimentos sobre a sociedade civil representam tanto um afastamento do Estado, como um deslocamento em direção a regras e instituições globais. Trata-se de uma nova forma de política que representa ao mesmo tempo um produto e um agente deste processo de crescente interconectividade global. A autora retoma em suas análises os diferentes significados atribuídos à sociedade civil ao longo da história, reconhece que este é um conceito em constante debate e redefinição e, no entanto, atribui a esta esfera um caráter “civilizatório” e de emancipação política. A sociedade civil representaria o espaço do “bem”, onde residem práticas democráticas e se reproduzem iniciativas de “valorização dos indivíduos”. Aplicando as análises de Nogueira sobre as idéias contemporâneas de sociedade civil neste caso, teríamos “uma idéia de sociedade civil em si, isto é, como esfera própria, autônoma diante do Estado e a ele tendencialmente oposta, uma instância homogênea e integrada por intenções comuns, que se comporiam espontaneamente” (2003b: 195). Para Mary Kaldor, o contexto pós-Guerra Fria levou ao que ela chama de “domesticação” dos movimentos sociais pré-1989. Os sucessores destes movimentos seriam, segundo ela, as organizações não-governamentais. “A crescente preponderância das ONGs, juntamente com a ascensão de movimentos nacionalistas e religiosos e o declínio de muitas outras antigas associações civis, como os sindicatos, dificultaram o entusiasmo inicial em relação à linguagem da sociedade civil, ao menos entre os ativistas” (Kaldor, 2003b: 79).

A partir desta concepção, portanto, Kaldor sugere que a discussão sobre a sociedade civil global seja entendida a partir de um afastamento das abordagens centradas no Estado, com base nas teses da democracia cosmopolita, associada a um

maior interesse pela auto-organização que acontece fora das arenas políticas formais e pela extensão da participação e da autonomia. No relatório anual *Global Civil Society Yearbook*,⁴³ Mary Kaldor apresenta a iniciativa como “uma esfera de idéias, valores, instituições, organizações, redes e indivíduos localizada entre a família, o Estado e o mercado, e operando além dos confins das sociedades, políticas e economias nacionais” (2005: 2).⁴⁴

De forma geral, a crítica feita à concepção de sociedade civil global a partir desta perspectiva é a própria crítica feita às teses da democracia cosmopolita. Como aponta Costa, tanto a aposta numa sociedade civil global como numa ética universal dos direitos humanos — elementos recorrentes nas teses sobre a democracia cosmopolita — pressupõem “uma anterioridade ontológica e histórica às chamadas sociedades do Atlântico Norte na produção da ordem cosmopolita, como se estas detivessem o monopólio de produção dos ingredientes considerados básicos para a democracia mundial”. Premissa que, segundo o autor, seria “empiricamente infundada e politicamente inoportuna” (2005: 36). A noção de sociedade civil global, pautada nesses termos, legitimaria uma espécie de “hierarquia moral” no mundo contemporâneo, “segundo a qual, instituições, valores e formas culturais de vida vigentes nas sociedades situadas na região do Atlântico Norte constituem modelos de aplicação geral” (Costa, 2005: 56).

A ação das organizações e dos movimentos sociais transnacionais visa, em geral, ao combate ao particularismo de uma ordem social racista, sexista ou opressora das minorias étnicas, sem que isso implique que as relações de gênero, ‘raciais’ ou entre diferentes etnias vigentes nos países em que movimentos sociais avançaram mais constituam modelos válidos para todas as partes. Nesse sentido preciso, não se trata de uma sociedade civil global, uma vez que não há nem deve haver a reprodução ampliada no restante do mundo dos repertórios de tradições e experiências coletivas presentes no hemisfério norte. O que se tem é o apelo em estender para as diversas regiões o esforço de superação dos *particularismos*, preservando, no melhor dos casos, as *particularidades* dos contextos regionais diversos (Costa, 2005: 57).

⁴³ Organizado por Mary Kaldor e outro pesquisadores e publicado pelo “Centro de Estudos sobre a Governança Global” da *London School of Economics*, desde 2001, disponível no endereço: <http://www.lse.ac.uk/Depts/global/>.

⁴⁴ O Centro de Estudos sobre a Governança Global apresenta a seguinte definição sobre o conceito de sociedade civil global em sua página na internet: “É um conceito altamente contestado, para o qual muitos significados foram propostos, mas nenhum consenso foi alcançado. Nós definimos sociedade civil global, exclusivamente para propósitos operacionais descritivos, como uma esfera de pessoas, eventos, organizações, redes — e valores e idéias que representam — que existe entre a família, o Estado e o mercado, e que opera além dos confinamentos das sociedades nacionais, em uma arena transnacional. O conceito descreve uma realidade emergente de ação civil global e conectividade”.

Uma perspectiva marxista: a análise de Alejandro Colás

Esta perspectiva sobre a “sociedade civil global” parte do referencial teórico marxista, no qual a sociedade civil é vista como um fenômeno produzido historicamente, diretamente relacionado com a emergência do capitalismo. Ao questionar a abordagem anterior pela sua “missão” de promover a idéia de sociedade civil global como uma categoria ética e normativa que deve ser adotada por todos, a análise de autores como Alejandro Colás busca estabelecer um estudo sócio-histórico sobre os atores não-estatais nas relações internacionais. Optou-se por apresentar sua análise neste momento do trabalho exatamente pelo fato desta dialogar com a leitura anterior e ser uma espécie de “ponte” para a compreensão da perspectiva “neogramsciana” exposta a seguir. O autor adota, em certa medida, o conceito gramsciano de sociedade civil, mas ao longo do trabalho acaba se aproximando mais de uma análise já denominada em outros trabalhos de “marxismo político”⁴⁵ (Ramos, 2005). Colás publica seu trabalho sobre a “sociedade civil internacional” (2002) em um momento em que diferentes leituras sobre o tema já estavam em pauta. Dessa maneira, ele constrói uma leitura distinta das demais, mas em constante diálogo e estabelecendo com elas comparações e críticas.

Colás propõe, portanto, diferentemente da abordagem anterior, uma perspectiva histórica e sociológica para analisar o conceito de sociedade civil global. Uma perspectiva que por princípio deve localizar na história e nas estruturas sociais a interação entre os atores estatais e não-estatais e enfatizar a análise do aspecto de “*construção mútua*” inerente à ação e ao desenvolvimento destes atores. Este foco na observação das relações históricas entre agentes do Estado e da sociedade civil, segundo Colás, possibilita-nos transcender a dicotomia entre atores estatais e não estatais sem, no entanto, eliminar ou ignorar as diferenças existentes entre eles (Colás, 2002). Em outras palavras, trata-se de uma abordagem que busca explicar a relação entre a ação humana e

⁴⁵ Como aponta Cox (1999), uma das contribuições recentes do “marxismo político” desenvolvida por Wood mostra-se muito crítica à afirmação de que a sociedade civil pode desempenhar um papel emancipatório. Segundo ele, “a sociedade civil mantém sua identidade original com a ordem burguesa. Originou-se da distinção conceitual presente na ideologia burguesa entre política e economia, criando a ilusão de que a economia, o conjunto da sociedade, não era uma arena política, ou seja, de relações de poder, [...] Sua acusação contra o apelo atual à sociedade civil pelos ‘novos movimentos sociais’ e pelo pós-modernismo, é que ele obstrui a realidade da dominação de classes e fragmenta a oposição à ordem burguesa em uma variedade de lutas distintas, perpetuando, assim, a dominação capitalista” (Cox, 1999: 8). Para um detalhamento sobre este debate ver Wood, E.M (1995), *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

as estruturas sociais como uma produção que se constrói ao longo do tempo. Como estas são vistas como produtos históricos, a possibilidade de reconhecermos tais estruturas está diretamente relacionada à nossa capacidade de identificar as lógicas específicas aos processos. Este olhar exige que sejamos capazes de explicar o nosso próprio mundo social por meio da relação histórica entre as estruturas e os processos. Só poderemos compreendê-lo se identificarmos as mudanças e continuidades nas estruturas e processos da vida social ao longo do tempo (Colás, 2002).

Dito isto, se nos pautarmos pela matriz teórica marxista, como nos convida o autor, teremos, também, que adotar como foco da observação sobre estas transformações nas formas de ação política no mundo contemporâneo a questão da luta de classes, a principal forma de ação nos processos históricos. Esta visão — compreensão das transformações histórico-sociais a partir de uma perspectiva de classe — como veremos no capítulo a seguir, estará fortemente presente em uma das correntes de estudo das relações internacionais.

Retomando o conceito de sociedade civil em Marx, como bem aponta Restrepo,

A noção de sociedade civil em Marx é, ao mesmo tempo, o conceito de sua existência ilusória, de sua não existência real. Acima de tudo, Marx estabelece nela uma distinção e uma relação dialética entre dois níveis: os meios de produção e as relações sociais de produção. Os meios de produção seriam a garantia do progresso histórico, o único resgatável para o futuro de uma sociedade. Seu desenvolvimento desempenharia um papel de ilustração crítica e emancipadora frente às relações sociais de exploração (1990: 70).

Como característica marcante deste olhar, o autor propõe uma análise mais detalhada sobre um tema que, na última década, vem ganhando espaço nos debates teóricos em relações internacionais, qual seja, o da sociedade civil. Com relação ao conceito de sociedade civil, ele busca construir uma análise que explique as ações e as formas de organização sócio-políticas internacionais hoje e seus impactos sobre as relações internacionais, diferentemente do que, segundo ele, têm feito a maioria das leituras sobre esta questão. O termo sociedade civil é utilizado aqui para descrever o domínio social onde se passa a ação política coletiva moderna. O conceito deve ser entendido como um espaço social em construção e em transformação ao longo da história. “Sociedade civil não é uma esfera dada, mas uma esfera sociológica concreta que é feita e desfeita pela ação humana coletiva, e que é suscetível às mesmas forças históricas e sociais que operam a partir de outras partes de nossa vida social” (Colás,

2002: 26). Para o autor, o próprio conceito de sociedade civil apresenta inúmeras características internacionais na sua gênese e no seu desenvolvimento. Portanto, falar em sociedade civil internacional hoje, apesar de apresentar algumas especificidades e formas adquiridas no contexto atual (organizações não-governamentais internacionais, organizações humanitárias, entre outras), não deveria ser tão “inovador” assim. Essas novas formas e concretizações da “sociedade civil internacional”, identificadas nos últimos anos, fazem parte de uma esfera que vem se formando desde o século XVIII, desde o início do Estado moderno. A idéia de sociedade civil global em si “ênfatiza a especificidade histórica da subjetividade política moderna” (Idem: 23), o que significaria observar os movimentos sociais desde sua origem, pelo menos desde o início do século XVIII, e comparar as características dos movimentos considerados “pré-modernos” e daqueles identificados com a modernidade.

A partir desta concepção de sociedade civil, Colás parte de três elementos centrais para analisar e contribuir com a construção de um entendimento sobre o que viria a ser a “sociedade civil internacional”. Primeiramente, a relação constitutiva da sociedade civil com a construção do sistema de Estados moderno. Não podemos analisar a origem nem o desenvolvimento da noção de sociedade civil — ou da categoria “sociedade civil internacional” — sem relacioná-la com o processo de desenvolvimento do capitalismo e com a formação do Estado moderno. Sendo assim, o paradigma do “novo” da globalização como determinante para a emergência da “sociedade civil global” adotado pelas abordagens anteriores, não se aplicaria neste caso. Colás recusa a idéia de que a sociedade civil seja um espaço de ação política que apenas recentemente tenha mostrado sinais de “interação com o global”. Para ele, este processo de “globalização da sociedade civil”,⁴⁶ que vem sendo anunciado e promovido como uma tendência que surge no final do século XX, não é novo e vem se desenrolando ao longo dos últimos três séculos, como um resultado do impacto da “Era das Revoluções”. O autor não propõe apenas uma periodização alternativa que reconheça e incorpore os antecedentes do que buscamos conceituar como “sociedade civil global” nos dias de hoje, “trata-se de uma alegação mais substantiva sobre uma sociedade civil global vista como um domínio político e sócio-econômico ligado estruturalmente ao desdobramento histórico da modernidade” (Colás, 2005: 20), uma esfera intimamente relacionada com o sistema de Estados e com a reprodução do capitalismo. Para Colás, a idéia de sociedade civil global não pode ser

⁴⁶ Expressão utilizada por Cohen (2003).

vista como um espaço autônomo, definido e delimitado, como defendem autores como Falk, Lipschutz, Shaw e Kaldor. Ao contrário, deve ser vista como uma esfera intimamente ligada aos Estados nacionais. Não podemos ignorar a relação orgânica entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, o autor aproxima-se muito das leituras “neogramscianas” sobre a sociedade civil global.

Um segundo elemento central é a constatação de que a expansão da sociedade civil internacional apresenta uma relação direta com a expansão do capitalismo. Segundo o autor, as formas de ação política modernas nascem historicamente das transformações sócio-econômicas impulsionadas pelo capitalismo. A maioria das formas de ação política que caracterizam a sociedade civil moderna — tenham elas perfil liberal, nacionalista ou socialista — surge das relações de classe possíveis somente no capitalismo (Colás, 2002). Esta relação direta com a expansão do capitalismo evidencia, mais uma vez, o caráter internacional intrínseco à sociedade civil como um componente central à própria compreensão dos atores que a integram. Nas palavras do autor:

[...] a sociedade civil internacional representa um espaço político que vem sendo construído ao longo dos últimos 300 anos por meio da atividade internacional dos movimentos sociais modernos. Ao sustentarem e propagarem ideologias universais; ao fornecerem exemplos de como a ação coletiva pode ser politicamente significativa através do mundo; e, principalmente, ao se organizarem internacionalmente, os movimentos sociais modernos têm expandido por décadas as fronteiras da ação política para além do território do Estado nacional (Idem: 58).

Esta expansão, por sua vez, não se fez, necessariamente, de forma homogênea ao redor do mundo. O que faz com que, paradoxalmente, ainda que estejamos falando de padrões e motivações universais, referimo-nos também a características e especificidades locais. Quando falamos em “sociedade civil global”, não significa afirmar que assistimos a uma reprodução homogênea de programas políticos, mas sim à adoção de certas formas de engajamento político passíveis de comparações. Segundo Colás, portanto, “o que sustenta a existência da sociedade civil internacional não é uma harmonia universal abstrata de interesses, mas uma unidade identificável nos mecanismos de protesto social e político” (2002: 174), que ele vai chamar de “ação política e social moderna”. Este processo de “globalização da sociedade civil” além de não ser novo, desenvolve-se de maneira heterogênea, o que nos impossibilita falar em um único espaço chamado “sociedade civil global” no qual se constroem as relações políticas contemporâneas.

Finalmente, um terceiro elemento central à compreensão deste “novo” espaço político aqui discutido diz respeito à sua composição. Seus principais atores seriam os movimentos sociais modernos. Principais no sentido de que são eles os responsáveis por moldar o perfil e o conteúdo desta “sociedade civil internacional”. Estes movimentos, por sua vez, representariam uma forma específica de organização que se define a partir de quatro componentes básicos: uma ideologia universal; uma política aberta de associação; uma visão secular da ação política e social; e uma crença na mídia impressa e em novas formas de mobilização como manifestações públicas, paralisações, entre outras (Colás, 2002).

Mais cético quanto à homogeneidade de valores e harmonia interna desta sociedade civil “globalizada”, Colás atribui a esta “nova esfera”, portanto, uma relação direta com as contestações de forças hegemônicas e contra-hegemônicas.⁴⁷ O que é esta sociedade civil global então? Partindo das três premissas apresentadas anteriormente, ela deve ser entendida como: “um espaço político e sócio-econômico criado internacionalmente e no interior dos Estados devido à expansão das relações capitalistas de produção, no qual movimentos sociais modernos buscam seus objetivos políticos” (Idem: 50).

A sociedade civil global é vista, portanto, como uma arena composta por antagonismos sociais e políticos inerentes às relações sociais capitalistas. Sendo assim, quanto mais distante estiver o conceito de sociedade civil global de uma relação necessária com a idéia de “civildade”, “pluralidade” ou “democracia”, mais perto estaremos de uma compreensão real de todo o potencial explicativo do conceito, assim como de suas limitações éticas e políticas (Colás, 2005).

Em suma, segundo o autor,

[...] a história da sociedade civil global não é de uma gradual separação e contestação do sistema interestatal, como é frequentemente sugerido, mas é, ao contrário, um processo de destruição criativa que envolve tanto a transgressão das fronteiras existentes, quanto sua re-legitimação por meio do protesto político. [...] este é um processo limitado pela estrutura dual do mundo moderno: o sistema de Estados e o modo de produção capitalista (2005: 22).

⁴⁷ Sobre este debate, ver Herz e Hoffman, 2004.

Uma perspectiva neogramsciana: a contribuição do pensamento de Robert Cox

Robert Cox é considerado parte de um grupo de autores que incorpora, desde meados da década de 1980, as análises de Gramsci ao estudo das relações internacionais.⁴⁸ Nesse sentido, seu trabalho vem sendo utilizado para construir um arcabouço teórico não só para a idéia de uma sociedade civil global, como para a reflexão sobre uma forma de hegemonia dependente das forças sociais transnacionais. Esta releitura das relações internacionais, chamada por muitos autores de perspectiva neogramsciana⁴⁹ da economia política global, não utiliza somente os trabalhos de Gramsci, mas também de Marx, Braudel e Polanyi (Ramos, 2006).

Mas até que ponto os conceitos centrais de Gramsci podem ser “internacionalizados” ou “globalizados” e, conseqüentemente, incorporados ao estudo das relações internacionais? Para os neogramscianos, como são conhecidos, utilizar esta perspectiva para estudar as relações internacionais contemporâneas significa conseguir ir além das limitações das análises positivistas adotadas neste campo de estudo por tantos anos. Trata-se da adoção de uma metodologia entendida como “uma leitura inovadora do materialismo histórico em conjunto com um entendimento flexível e fundamentalmente historicista de classe social, das instituições e do poder das idéias” (Germain e Kenny, 1998: 6). Este maior comprometimento e preocupação com os aspectos históricos superariam o determinismo inerente à maioria das abordagens estruturalistas que dominam o campo de estudo das relações internacionais.

Assim como Gramsci, que construiu seu trabalho e sua reflexão sobre a sociedade civil em um diálogo direto com a sua época e com o contexto sócio-político no qual estava inserido, devemos observar este cenário de transformações — na virada do milênio — e analisar o conceito de sociedade civil global a partir de uma observação das variações históricas que têm alterado as leituras sobre este campo chamado sociedade civil até os dias de hoje.

⁴⁸ Sobre este debate e uma visão mais detalhada sobre os diferentes autores que utilizam as análises de Gramsci no estudo das relações internacionais ver; Germain e Kenny, 1998; e Ramos, 2005 e 2006.

⁴⁹ Como bem aponta Ramos (2006), este novo olhar para o estudo das relações internacionais pode ser encontrado na literatura com outros “rótulos” ou denominações como, por exemplo, “marxismo aberto”, “historicismo coxiano”, materialismo histórico transnacional”, “escola italiana das relações internacionais”, “escola neogramsciana”, entre outros.

Uma abordagem neogramsciana⁵⁰ sobre a idéia de sociedade civil global, ou a “sociedade civil na virada do milênio”, expressão utilizada por Cox, significa não só enfatizar o papel constitutivo da ideologia neoliberal na construção da hegemonia global, como determinar e localizar o espaço no qual esta disputa ideológica está sendo travada. A sociedade civil global representaria, segundo esta perspectiva, a formação social central no qual o poder se exerce nos dias de hoje. Diferentemente das primeiras abordagens apresentadas anteriormente, a sociedade civil é em si um campo de relações de poder, cujas forças relacionam-se, em apoio ou oposição, com poderes no Estado e do mercado (Cox, 1999). Aqui, aplica-se o conceito de sociedade civil a partir das análises de Gramsci, entendida, portanto, como um espaço de construção de hegemonia e de consenso, um espaço onde são produzidos projetos amplos de sociedade. O espaço por excelência da ação política, da articulação e, diferentemente das leituras apresentadas anteriormente, um espaço que não pode ser entendido fora do campo do Estado.

Gramsci considerava a sociedade civil não apenas como o campo da hegemonia que sustentava o *status quo* do capitalismo, mas também o campo no qual ocorrem as transformações culturais, no qual a contra-hegemonia das forças emancipatórias podem se constituir. A sociedade civil não é apenas um agrupamento de atores, ou seja, grupos sociais autônomos. É também o campo de contestação das idéias em que os significados inter-subjetivos sobre os quais é baseado o senso de 'realidade' das pessoas podem transformar-se e novos conceitos da ordem natural da sociedade podem emergir (Cox, 1999:10).

Cox, portanto, ao aplicar e trazer as análises de Gramsci para o estudo das relações internacionais, define a sociedade civil e, conseqüentemente, o que seria esta sociedade civil “globalizada”, na virada do milênio:

[...] a sociedade civil é o campo no qual os desfavorecidos pela globalização da economia mundial podem fortalecer seus protestos e buscar alternativas. Isso pode ocorrer por meio de grupos comunitários locais que refletem a diversidade de culturas e o desenvolvimento das práticas sociais em todo o mundo [...]. Ainda mais ambígua é a visão da 'sociedade civil global', na qual esses movimentos sociais constituem, conjuntamente, uma base para uma ordem mundial alternativa (Idem).

⁵⁰ A perspectiva “neogramsciana” (ou “modelo neogramsciano”) aqui apresentada como uma das abordagens possíveis sobre a “sociedade civil globalizada” já foi identificada em trabalhos anteriores, ver Baker, 2005; Germain e Kenny, 1998 e Ramos, 2005 e 2006. No estudo que Ramos (2005) desenvolve como parte do seu trabalho de mestrado, esta abordagem é detalhadamente analisada. Ele vai justamente apresentar as diversas análises internacionais de matriz gramsciana, retomar a trajetória de construção do conceito de sociedade civil e concluir propondo uma perspectiva neogramsciana para a análise da “sociedade civil em tempos de globalização”.

Algumas análises identificam tal abordagem como “a construção de uma política da sociedade civil global” (Baker, 2005), uma vez que esta passa a ser vista como um espaço de contestações, de articulação de interesses e vontades e de produção de consenso no sentido gramsciano. Mas, tudo isto tratado politicamente. Como nos alerta Nogueira, “Gramsci não via grande vantagem na agregação pela agregação, na agregação em função de interesses restritos: sua ênfase repousava na superação política desta disposição espontânea dos indivíduos e grupos sociais” (2003a: 222). E o mesmo deve acontecer se aplicarmos este conceito à análise da “sociedade civil global”. Para a perspectiva neogramsciana discutida aqui, a maneira como observamos, interpretamos e, conseqüentemente, construímos a idéia de sociedade civil global deve necessariamente partir das premissas apontadas anteriormente. Na visão gramsciana, a sociedade civil é o *locus* da transformação. Ela “representa o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico” (Bobbio, 1994: 33). A revolução — a transformação — tem que acontecer primeiramente na sociedade civil, para depois atingir as estruturas do Estado (Cox, 1999). Aqui a sociedade civil global é vista não como um projeto normativo a se promover, mas como uma arena de conflitos, composta por relações de forças hegemônicas e contra-hegemônicas.

Se, portanto, a partir do conceito gramsciano, a sociedade civil é vista como uma esfera ligada organicamente ao Estado, como poderíamos conceber uma sociedade civil global sem a existência de um Estado global? Para Cox, esta abordagem é viável a partir de uma tendência que acredita estar em curso: a emergência de uma estrutura internacional de autoridade política, a “internacionalização do Estado”. Esta embrionária estrutura de Estado internacional estaria composta, principalmente, pelas agências governamentais das principais economias industrializadas e por agências multilaterais, como o FMI e o secretariado do G-7 (Germain e Kenny, 1998). “Eles [os neogramscianos] caracterizam esta ‘internacionalização do Estado’ não como uma estrutura institucionalizada nitidamente demarcada, mas como um processo fluido de formação de consenso” (Idem: 17).

Quanto à análise sobre a globalização e as transformações na ordem internacional, Cox, diferentemente da abordagem utilizada por Colás, identifica a globalização como um momento de ruptura histórica, e chama a atenção para uma análise da “sociedade civil na virada do milênio” a partir da concepção gramsciana de “relações de forças”.

O primeiro nível seria a relação de *forças sociais*. Segundo ele, o mundo vive hoje pautado por uma divisão central entre os beneficiários da globalização, ou aqueles que de fato fazem parte da economia mundial, e aqueles que são prejudicados pela globalização econômica ou excluídos desta economia mundial. "As antigas categorias relativas à produção não estão totalmente superadas; mas o esquema de categorias de pessoas relevantes à problemática da mudança social precisa ser repensado" (Cox, 1999: 26).

O segundo nível, a relação de *forças políticas*, abordaria a questão da conscientização. Neste nível, segundo Cox, enfrentamos hoje o desafio de construir um elo entre os diferentes grupos prejudicados pela globalização econômica e, dessa maneira, desenvolver uma consciência comum sobre as causas deste processo, assim como desenhar uma estratégia que submeta a economia mundial a um regime de equidade social (Cox, 1999). Significaria construir um "bloco histórico contra-hegemônico que seria capaz de confrontar esta forma hegemônica de globalização em uma longa guerra de posicionamento" (Idem: 26). Nesse sentido, o desafio que se apresentaria hoje aos intelectuais orgânicos, conceito estratégico no pensamento de Gramsci, é a capacidade que devem desenvolver para agir simultaneamente nos âmbitos local, regional e global.

Já para Stephen Gill, outro autor identificado com a "escola gramsciana" das relações internacionais, este "novo da globalização" cria condições e gera contradições que levam a novas formas de organização política. "A ação coletiva democrática global hoje não pode ser entendida como uma forma singular de identidade. É mais plural e heterogênea, assim como democrática e inclusiva" (1995: 156) e os movimentos e protestos em Seattle, em 2000, comprovariam esta característica. Quando falamos na "emergente sociedade civil global", referimo-nos a um conjunto de forças sociais e políticas em movimento. O que o autor vai chamar de "o Príncipe pós-moderno", um conjunto de perspectivas de novas formas de organização política, plural e diferenciado, e ao mesmo tempo ligado ao universalismo e à construção de uma nova forma de globalismo (1995). Em suma, estes movimentos irão criar o que Gramsci chamava de "um organismo, um elemento complexo da sociedade", que começa a apontar na direção da realização da vontade coletiva.

Para os neogramscianos, também há uma lacuna entre o "espaço" que o Estado deixou de ocupar na regulação política das relações internacionais e o pequeno

desenvolvimento da sociedade civil no sentido de ocupar este espaço. É nesta “lacuna” que, segundo Cox, surgem as manifestações populistas e os movimentos autoritários, fascistas e xenófobos, o que ele vai chamar de *covert world*.⁵¹

O espaço político entre a autoridade constituída e as pessoas é o terreno sobre o qual a sociedade pode ser construída. Uma sociedade civil fraca e reduzida confere rédeas livres à política excludente e ao poder encoberto. Uma sociedade civil participativa e aberta torna a autoridade política mais *accountable* e reduz o escopo da política excludente e da atividade encoberta (Cox, 1999: 15).

Paralelo a estas atividades que se alimentam e ao mesmo tempo sustentam as estruturas de poder com as quais estão ligadas, um outro espaço de resistência e de protesto se fortalece por meio, também, de movimentos da sociedade civil que buscam transformar as estruturas de poder estabelecidas.

Quanto ao papel destes novos atores na organização das relações internacionais e na configuração de uma nova ordem internacional, as múltiplas e diversas forças políticas que formariam este “Príncipe pós-moderno” “combinam tanto forças defensivas como estratégias que pensam no futuro. Ao invés de se dedicar à desconstrução, elas buscam desenvolver uma política universal e global de (re)construção radical” (idem: 150).

Partindo desta visão sobre a sociedade civil “globalizada” ou a sociedade civil na virada do século XX, um dos pontos centrais, segundo Cox (1999), é a busca por uma resposta à seguinte questão: como formar a base social para uma nova autoridade política? Em resposta a esta questão Cox relembra,

Maquiavel conclui relutantemente que seus contemporâneos eram muito corruptos para fazê-lo por conta própria, e voltou-se ao Príncipe para prover a iniciativa; Gramsci vislumbrava o Partido Comunista como o Príncipe Moderno. No final do século XX, emerge a visão de um Príncipe coletivo 'pós-moderno', constituído por meio de uma coordenação de movimentos populares. A viabilidade desse projeto dependeria do ressurgimento da sociedade civil (Idem: 15).

Segundo Cox, esta transformação se dará, também no âmbito internacional, a partir da sociedade civil. Pouco pode ser alcançado em termos de mudanças estruturais por meio do sistema de Estados como ele existe hoje. Este sistema precisa ser reconstruído com base em uma sociedade civil forte, “que poderia emergir apenas por meio de uma longa guerra de posição” (Cox, 1999).

⁵¹ *Covert* poderia ser traduzido por: encoberto, escondido.

As demonstrações de resistência das últimas décadas representam uma demanda por pluralismo, pela possibilidade das sociedades seguirem diferentes caminhos e modelos para o seu desenvolvimento. “A alternativa à globalização não é um 'choque' de civilizações, cada uma defendendo sua suposta integridade cultural essencial diante da subversão estrangeira; [...] A alternativa é a evolução contínua de civilizações coexistentes, reagindo e emprestando umas das outras” (Cox, 2002: 43).

A sociedade civil e o debate teórico em relações internacionais

A sociedade civil tem ocupado espaço crescente nos debates contemporâneos em relações internacionais. Nos capítulos anteriores, foram analisados o contexto no qual surge o conceito de sociedade civil global e as diferentes formas de compreendê-lo – mais especificamente três perspectivas acerca do conceito e dos processos subjacentes à idéia de uma sociedade civil global em formação. Faz-se oportuno, neste momento, observar mais de perto algumas trajetórias do debate teórico em relações internacionais e, dessa maneira, apresentar ao leitor deste trabalho os caminhos encontrados na disciplina para o debate acerca da sociedade civil.

O conceito de sociedade civil global vem sendo empregado tanto para descrever novas formas de atuação e participação de atores não-estatais na política internacional, como para propor um projeto político normativo de mudança global — uma fonte, no âmbito internacional, de promoção de valores coletivos e de mudança social. As perspectivas analisadas anteriormente mostram, de um lado, as premissas daqueles que são promotores ao mesmo tempo de um conceito e de uma idéia. Em outras palavras, aqueles que propõem uma nova definição para uma sociedade civil que “se globaliza”, ao mesmo tempo chamam a atenção para a necessidade de mobilização de forças sociais e políticas no fortalecimento dos atores não-estatais na política internacional — a promoção da democracia além fronteiras. Aqui a noção de sociedade civil global é vista, com nuances evidentemente entre as diferentes análises, mais do que como uma idéia, mas como um ideal. De outro lado, encontram-se leituras alternativas acerca deste debate e da idéia de sociedade civil incorporada aos estudos da política internacional.

O conceito e suas variações vêm sendo utilizados em trabalhos e artigos no campo das relações internacionais desde o início da década de 1990.⁵² Os primeiros trabalhos de Lipshutz (1992) e Shaw (1992 e 1994), por exemplo, apresentam uma leitura

⁵² O que não significa afirmar que no campo das relações internacionais o estudo sobre a sociedade civil só se faz presente a partir de 1990. A partir das reflexões de Keohane e Nye na década de 1970, os atores não-estatais já passam a fazer parte dos estudos em RI, mas é apenas na década de 1990 que o conceito de sociedade civil global passa a ser empregado e, conseqüentemente, construído nas análises da disciplina.

fortemente influenciada pela idéias transnacionalistas da década de 1970. Para os “teóricos da sociedade civil global”, trata-se do surgimento de algo inédito, radicalmente novo. Um conjunto de trabalhos vê hoje no desenvolvimento de redes transnacionais de ativistas e de organizações não-governamentais e na emergência de “uma esfera pública transnacional” um processo que marcará uma evolução fundamental das condições de ação coletiva. O que pode, num primeiro momento, parecer uma generalização empírica de um fenômeno muito mais complexo e heterogêneo.

Como também é possível identificar no capítulo anterior, um outro grupo de análises de origem marxista parte da idéia de que o fortalecimento dos movimentos globais reflete o surgimento de uma nova questão social, provocada pelas rupturas da globalização, e estão intimamente ligados à história dos movimentos sociais. Para muitos destes autores, críticos à utilização do conceito de “sociedade civil global”, adotar este conceito significa aceitar que o mundo em que vivemos hoje está organizado a partir dos fundamentos da democracia cosmopolita. O termo em si apareceria como um “símbolo” de uma concepção de mundo mais ampla, que passaria a nortear nossas análises.

Dito isso, este capítulo argumenta que a recente trajetória — muito heterogênea e ainda pouco analisada — do debate sobre a sociedade civil global traduz e se desenvolve influenciada pelas diferentes abordagens do debate teórico em relações internacionais. Ela reflete, de um lado, uma busca por compreensões não estadocêntricas da política internacional e das mudanças globais e por uma maior atenção e valorização do papel dos atores não-estatais. E, de outro, uma retomada da questão normativa, da noção de que qualquer teoria ou produção de conhecimento tem uma orientação política, um objetivo. Junto com diversos outros temas e agendas que passam a fazer parte do estudo das relações internacionais contemporâneas, o debate sobre a sociedade civil global, nas suas mais diferentes formas — tentativas de definição do conceito, compreensão das mudanças processos subjacentes à idéia em si, busca por análises empíricas sobre ação e a influência deste atores — enfatiza, e retoma, a questão normativa e ética no estudo da política internacional.

Portanto, com o objetivo de observar esta inter-relação, pretende-se desenvolver no presente capítulo um paralelo das discussões até então sistematizadas neste trabalho com parte da trajetória do debate metodológico e epistemológico no campo de estudo das relações internacionais. Não se propõe aqui, de maneira alguma, uma discussão detalhada acerca deste campo de estudo, nem mesmo uma nova classificação para seus debates

teóricos,⁵³ mas sim apontar de que maneira determinadas perspectivas que ganham espaço na disciplina no pós-Guerra Fria incorporam o debate sobre a sociedade civil. Sendo assim, analisaremos algumas das contribuições da literatura recente sobre a democracia cosmopolita, a teoria crítica e o pós-modernismo.

Apesar das diferenças entre elas, todas essas abordagens, de uma maneira geral, buscam interpretar e compreender as transformações globais, incorporam, como já foi dito, os atores não-estatais como objeto de suas análises, bem como retomam a questão normativa na análise sobre política internacional e apresentam uma preocupação com a questão da emancipação, apesar das diferentes interpretações acerca da forma como esta emancipação pode ser alcançada. Diante disso, e uma vez que a sociedade civil global é vista pelos debates teóricos recentes tanto como um novo ator quanto como um agente emancipatório, é importante observarmos como essas perspectivas analisam as mudanças globais e como elas lidam com a questão da emancipação.

As análises transnacionalistas e os contornos da democracia cosmopolita

No campo das relações internacionais, o estudo sobre os atores não-estatais ganha força a partir da década de 1970 com os primeiros trabalhos de Robert Keohane e Joseph Nye sobre a interdependência ou transnacionalismo. Isto não significa dizer que o estudo sobre a relação entre os Estados deixa de ser central, muito menos que o papel do Estado perde relevância, mas o que os autores vão chamar de relações transnacionais e a maneira como outros atores irão afetar a relação entre os Estados ganha importância a partir desta perspectiva.

Uma área de pesquisa dominada até então pelo paradigma estadocêntrico passa, com a perspectiva transnacionalista, a perceber a necessidade de incorporação de outros atores ao estudo da política internacional. Nesse momento ainda não se adotava nem se discutia a idéia de sociedade civil, como passa a ser feito nos debates posteriores. As análises eram direcionadas para atores identificados muitas vezes na literatura em ciência

⁵³ O debate teórico no campo de estudo das relações internacionais é muito mais amplo do que as perspectivas apresentadas neste capítulo. Para diferentes sistematizações a respeito dos debates teóricos na área ver Nogueira e Messari, 2005; Brown e Ainley, 2005; Baylis e Smith, 2003; Smouts, 2004; Halliday, 1999; Braillard, 1990.

política como parte da sociedade civil, mas o conceito em si não era, ainda, objeto de análise destes debates que surgem na década de 1970. Os transnacionalistas, com sua afirmação de que “os Estados não são de forma alguma os únicos atores na política mundial” (Keohane e Nye, 1971: x), chamavam a atenção para a análise dos chamados atores não-estatais ou não-governamentais — empresas e corporações multinacionais, sindicatos, movimentos ligados à igreja — e para a sua capacidade em interferirem em processos internacionais. Uma vez constatada essa interferência, estas entidades passariam a ser reconhecidas como atores na arena internacional — atores transnacionais — e “competidores” dos Estados nacionais (Idem).

Para os transnacionalistas, “a existência de múltiplos atores transnacionais era em si uma característica positiva da política mundial” (Colás, 2002: 5). Se transferirmos esta reflexão para os dias de hoje e para o nosso objeto de estudo, podemos afirmar que muitas das teorizações recentes acerca da sociedade civil global, e do seu papel no cenário político contemporâneo, apresentam traços da perspectiva transnacionalista. Seja na atenção dada à recente inserção das organizações não-governamentais na arena internacional, e foco das análises na atuação destas organizações em detrimento de outros atores da sociedade civil, seja no reconhecimento da ausência de hierarquia entre os atores no sistema internacional; ou ainda nas reflexões de caráter normativo pautadas pelos ideais pluralistas e liberais.

O debate racionalista sempre esteve presente no campo de estudo das relações internacionais e, nos anos 1980, ganha novos contornos que vão ocupar o centro das atenções dos pesquisadores da área por mais vinte anos, o chamado debate “neo-neo” que contrapunha novas formulações sobre as teorias realista e liberal. Ainda neste período, mais no final dos anos 1980, começam a surgir perspectivas alternativas que buscam desafiar as visões clássicas das relações internacionais. A teoria crítica, e também os debates “pós” — pós-moderno, pós-estruturalista e pós-colonialista — passam a questionar as abordagens positivistas e racionalistas das relações internacionais e desenhar novos caminhos para a pesquisa na área e para a compreensão da própria disciplina.⁵⁴

Antes de observarmos mais detalhadamente as contribuições da teoria crítica para a reflexão sobre os atores não-estatais, faz-se oportuno discorrermos primeiramente sobre alguns pontos das análises da democracia cosmopolita. A partir das teses da democracia

⁵⁴ Cf. nota 53 para uma referência das diferentes sistematizações sobre estes debates.

cosmopolita elabora-se a idéia de sociedade civil global tal como ela é vista e entendida mais amplamente nos dias de hoje.⁵⁵ No contexto do pós-Guerra Fria, no qual a idéia de que as relações internacionais poderiam ser conduzidas pelo ideais da democracia e do Estado de direito ganha força; desenvolvem-se os contornos deste debate⁵⁶ com o objetivo de fornecer argumentos teóricos a favor da expansão da democracia, tanto nos âmbitos nacional e local, como no nível regional e global. Buscaremos observar aqui os pressupostos da democracia cosmopolita, o papel da idéia de sociedade civil global nesse modelo analítico, assim como algumas das críticas que se apresentam tanto ao modelo em si, como às maneiras como a sociedade civil é definida e incorporada à análise da política internacional, como previamente discutido no capítulo II a partir das contribuições de Falk e Kaldor.

A idéia central por trás do projeto da democracia cosmopolita, visto também como uma forma de governar o mundo para além das fronteiras dos Estados nacionais, é a busca paralela pela “globalização” da democracia e pela democratização da globalização (Archibugi, 2004). Segundo seus proponentes, as democracias nacionais têm pouco controle do mercado global e uma influência limitada sobre as corporações transnacionais que acabam, em grande medida, por definir rumos de políticas financeiras, econômicas e de emprego. A única perspectiva de “futuro da democracia” é expandi-la para além das fronteiras nacionais, promover a democratização das organizações internacionais e fazer com que as corporações transnacionais se responsabilizem por decisões e políticas que venham a prejudicar as populações.

Segundo este modelo, a ordem global é composta por múltiplas redes de poder — organizações internacionais, corporações transnacionais, mercados globais, associações civis, crime organizado, movimentos fundamentalistas, instituições reguladoras, entre outras — e o objeto da democracia cosmopolita se constrói exatamente a partir destas redes e dos diferentes sistemas de poder que constituem as interconexões entre diferentes grupos e nações (Held, 1995).

Nas palavras de Held,

⁵⁵ Segundo Richard Falk: "Aqueles que enfatizam a sociedade civil global estão frequentemente motivados por uma visão cosmopolita da democracia global, enquanto aqueles que se abstêm em utilizar essa terminologia estão frequentemente associados a uma geopolítica realista indiferente à democratização que ocorre além das fronteiras dos Estados, de tal maneira a nem mesmo mencionar a ascensão de forças sociais não-estatais, transnacionais, em suas descrições da estrutura política global" (2005: 70).

⁵⁶ Cf. nota 42, sobre a vasta literatura e os diferentes debates acerca da democracia cosmopolita. Seguindo a mesma justificativa do capítulo anterior, utilizaremos neste momento como condutor para a nossa análise o trabalho de David Held.

Atualmente, qualquer tentativa de estabelecer uma posição do que poderia ser chamado de 'utopismo implantado' deve partir tanto de onde estamos — o padrão existente de processos e relações políticas — como de uma análise do que seriam princípios e formas políticas desejáveis. Se a utopia deve ser implantada, ela deve ser vinculada a padrões e movimentos como eles são. Mas se esse contexto de implantação não é simplesmente afirmado a partir das formas e padrões criados por grupos e movimentos passados, este deve ser avaliado de acordo com padrões, critérios e princípios. Estes, como foi argumentado, partem de uma teoria da democracia cosmopolita que introduz em seu cerne o princípio de autonomia. Argumentar em favor de uma teoria significa localizar o teórico político como seu defensor, buscando construir uma interpretação da política contra posições opostas de igual força. Enquanto não há garantias nesse ativismo, a própria indeterminação desse estado de coisas cria a possibilidade de um novo entendimento político (Held, 1995: 286).

O projeto da democracia cosmopolita parte, portanto, destes pressupostos e só pode ser completo se puder concretizar-se nos quatros níveis: local, nacional, regional e global.

Para construir tais propostas, os contornos da democracia cosmopolita partem de algumas hipóteses que têm relação direta com a idéia de sociedade civil global.⁵⁷ Primeiramente, a democracia tem que ser vista como um processo, e não somente como um conjunto de normas e procedimentos; e a democracia global não é apenas o fortalecimento da democracia em cada Estado nacional, mas sim o fortalecimento de estruturas democráticas em nível regional e internacional nas quais o Estado não é o único ator. Nesse sentido a sociedade civil global é vista como um dos caminhos desta expansão da democracia para o âmbito global. Da mesma forma, a globalização tem que ser observadas como um conjunto de processos que levam à formação de novos movimentos sociais envolvidos com questões que afetam indivíduos e comunidades não necessariamente pertencentes a uma mesma comunidade política.

A idéia de sociedade civil global encontra-se, a partir desta perspectiva, intimamente ligada à noção de governança global e a novas fontes de autoridade política internacional. A transformação emancipatória, como vimos, está na expansão da democracia para além das fronteiras nacionais e a sociedade civil global desempenharia um papel de participação e ação em fóruns internacionais, defendendo interesses e pontos de vista do conjunto da sociedade mundial, diferentemente do que fazem os Estados nacionais e as corporações com suas atuações particularistas (Vieira, 2001). “O espaço político para um modelo cosmopolita de democracia precisa ser criado — e está sendo

⁵⁷ Para um aprofundamento da análise acerca destes pontos, ver Archibugi, 2004 e Held, 1995.

criado pelos diversos movimentos transnacionais, agências e iniciativas institucionais que buscam maior coordenação e *accountability* das forças que determinam o uso dos recursos do globo, e que estabelecem as regras que governam a vida pública transnacional" (Held, 1995: 281).

Para a maioria dos críticos, a noção de uma emergente sociedade civil global é parte integrante desta literatura globalista contemporânea e o conceito, definido a partir dos contornos apresentados anteriormente, é mal utilizado e desvia o foco da análise sobre as transformações na ordem mundial. O primeiro problema da noção de sociedade civil global, segundo Brown, um crítico do conceito tal como ele vem sendo amplamente empregado, é a relação equivocada que se constrói entre os conceitos de sociedade civil e Estado, e a leitura que se faz sobre o papel do Estado no mundo contemporâneo. Nas palavras do autor, “entendida corretamente, a ‘sociedade civil’ requer um Estado efetivo, enquanto que a sociedade civil global é vista como uma substituta a tal ordem política” (2001: 1). Enquanto as interpretações e leituras dominantes sobre esta idéia estiverem pautadas por uma concepção de mundo na qual o Estado perde sua função, a utilização do termo poderá trazer sérias conseqüências para a compreensão real do mundo neste início de século XXI. Da mesma forma, uma vez que não existe uma contrapartida política internacional ao Estado doméstico, aplicar a noção de sociedade civil a desenvolvimentos globais “é um erro, uma metáfora que ilude ao invés de iluminar” (Brown: 2001: 15).

Os equívocos na construção de tal conceito podem ser comprovados de diversas maneiras. Primeiramente, acreditam os críticos, a observação empírica destes fenômenos apresentados anteriormente — “revolução associativa internacional”, crescimento de uma rede internacional de grupos de pressão, fortalecimento de um sistema de governança global cada vez mais descentralizado — é insuficiente para sustentarmos a “metáfora” da sociedade civil global. Estes processos já estão de fato consolidados? Podemos dizer que estes processos contam com o lastro de instituições internacionais fortes e mecanismos democráticos amplos e transparentes no nível internacional? Se isto ainda não acontece, como podemos celebrar a emergência de uma sociedade civil global?

Em segundo lugar, a idéia defendida pelos promotores da sociedade civil global de que esta esfera existe e se reproduz a partir da atuação de grupos e instituições não-estatais autônomas é no mínimo uma leitura distorcida da realidade, afirmam os críticos. Estes atores, identificados como representantes desta emergente sociedade civil global,

necessitam mais do que somente a base normativa dos direitos humanos e do direito humanitário para se associarem e colocarem suas atividades em prática. Eles também precisam das estruturas do Estado para funcionarem, das instituições estatais para regulamentar suas atividades, entre outras estruturas (Brown, 2001). Não podemos, também, separar a análise dos agentes, dos atores, da análise da estrutura na qual eles estão inseridos. Tanto as estruturas nas quais estes atores constroem sua base de ação política, como aquelas contra as quais eles protestam (Halliday, 2000).

Outro ponto, ligado ainda à questão da suposta autonomia desta nova esfera, diz respeito à agenda — temas e ações no campo político — elaborada e colocada em prática por esta emergente sociedade civil global. Trata-se de uma agenda intimamente ligada à ação dos Estados nacionais, por isso não podemos analisar estes atores fora de sua relação com os Estados (Hurrell e Woods, 1995). Os promotores deste novo conceito apontam, como vimos anteriormente, para a formação de uma nova agenda, agora mais internacional, que unificaria ações e mobilizações de atores sociais ao redor do globo. Mas será que esta agenda “mais internacional” não continua representando interesses de um Estado, de um determinado grupo de Estados, ou de um grupo em particular? Por que este caráter “internacionalista”, apontado por muitas análises, representa necessariamente algo construído coletivamente, algo amplamente democrático? Nesse sentido Falk reconhece, “tudo que é transnacional não é necessariamente cosmopolita” (2005: 71). Isto não significa dizer que não se tracem caminhos e tendências para uma maior democratização do sistema internacional, mas ela não é automática a partir do momento em que as agendas dos atores sociais se internacionalizam e se unificam.

Seguindo o mesmo raciocínio, outro problema subjacente a esta perspectiva acerca da sociedade civil global, é a insistência em identificar este espaço em formação necessariamente como um espaço de caráter emancipatório a partir do qual se produzirá uma transformação. Para seus críticos, trata-se de uma certa visão romântica sobre as novas configurações do sistema internacional, como se as indefinições, instabilidades, fragilidades e incertezas típicas deste mundo, analisadas no capítulo anterior, nos quais os processos de globalização se intensificam e se radicalizam, fossem desvendadas e vividas mais tranquilamente a partir do momento em que assistimos a uma sociedade civil global em formação. É preciso observar e analisar mais atentamente o perfil das forças que comporiam esta sociedade civil global, a interação entre elas, o conteúdo

político de suas ações, a sua relação com forças estatais e de mercado, antes de promovermos e anunciarmos sua missão emancipatória.

Outro equívoco ainda estaria no próprio conceito de sociedade civil por trás dos discursos sobre a sociedade civil global amplamente adotados e reproduzidos nos dias de hoje. Enquanto faria sentido pensar em uma emergente sociedade civil do Atlântico Norte, apontam algumas análises, “estender essa metáfora para uma idéia de sociedade civil global é profundamente desorientador”, acredita Brown (2001: 5). Para ele, a sociedade civil é uma frágil realização de um pequeno número de sociedades ocidentais. Portanto, estender este conceito para a esfera internacional, “globalizá-lo”, torná-lo aplicável a diferentes realidades seria irresponsável (2001: 15). Isto não significa dizer que não estejam surgindo formas de cooperação e agrupamentos sociais em âmbito global, mas não encontraremos necessariamente nestas novas formas de organização social e política, segundo Brown, as características associadas à idéia de sociedade civil. Onde se construirá, portanto, a transformação? A partir de que esfera? A partir da ação e da mobilização de que tipo de forças? Para o autor, a idéia de sociedade civil global desvia a atenção das esferas de ação política nas quais uma nova ordem mundial mais justa poderia de fato se desenvolver. Seriam elas: os Estados nacionais e as instituições internacionais. Diferentemente das análises de Cox e Gill, de matriz gramsciana, as transformações se dariam no âmbito dos Estados nacionais e das instituições internacionais e não no âmbito da sociedade civil. Já segundo Halliday, “governança global, e um democrático, *accountable*, e efetivo conjunto de instituições internacionais baseia-se em quatro níveis de responsabilidade: o individual, movimentos sociais, Estados e organizações internacionais” (2000: 128). Cada um, no entanto, tem um papel a desempenhar, assim como limitações na sua efetividade e responsabilidades distintas. Nem as análises centradas exclusivamente no papel dos Estados, muito menos as postulações sobre o poder transformador das esferas não-estatais são suficientes, na opinião do autor, para dar conta deste cenário. “A alternativa à má governança não é uma não-governança, mas sim uma governança boa e democrática” (Idem: 129), mas segundo Halliday, muitas vezes, os discursos da sociedade civil global em pauta nos dias de hoje podem promover o oposto desta afirmação.

Outra crítica recorrente é a ausência de uma leitura histórica e sociológica sobre os atores envolvidos com esta nova esfera em formação. Ponderação esta, que se faz mais especificamente às primeiras perspectivas analisadas neste trabalho, adotadas por

Richard Falk e Mary Kaldor. Tais perspectivas observam estes atores apenas no atual contexto de transformações que acaba por redefinir o perfil e o papel dos mesmos e cria, conseqüentemente, as bases a partir das quais vai se delineando este novo espaço globalizado de ação política. Faz-se isto em detrimento de uma análise sobre as origens destes atores e a base histórica de constituição de seus interesses e motivações. (Colás, 2002 e 2005). Além disso, a sociedade civil global é vista também como um “bloco” composto por forças transnacionais, grupos de pressão, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entre outros. Uma leitura que compreende a existência de qualquer tipo de hierarquia e desigualdade entre estes diversos atores como um dado, sem observá-las historicamente e, também, sem levar em consideração os diferentes contextos locais e regionais.

Os diferentes percursos e contribuições da teoria crítica

Como já foi dito, perspectivas alternativas começaram a surgir no final da década de 1980 e início dos anos 1990, desafiando a visão tradicional das relações internacionais. Elas problematizam uma série de pressupostos de natureza positivista que acreditam estarem ligados aos debates clássicos em relações internacionais, a partir dos quais as ciências sociais podem utilizar metodologias semelhantes às ciências naturais, os fatos e os valores podem ser separados na produção do conhecimento, é possível a elaboração de um marco teórico neutro capaz de observar questões e fatos conflitantes e controversos da realidade e o fato do mundo social apresentar certas regularidades, certos padrões que se repetem e podem ser captados pelas teorias. Apesar dos debates com este perfil ainda estarem muito presentes no estudo das relações internacionais, novas abordagens aparecem para desafiar as teorias tradicionais — e seu método positivista — e questionar os rumos da própria disciplina. Uma busca por ultrapassar as limitações das teorias tradicionais na compreensão e na análise das transformações em curso nas estruturas políticas dos Estados em particular e do sistema internacional em geral.

Como analisado nos capítulos anteriores, com a intensificação dos processos de globalização e o aprofundamento das interconexões e relações de interdependência,

muitas análises apontam para uma nova invenção da política e das relações internacionais que passam a se definir e se ordenar a partir de um espaço global e não mais nacional. Frente a este cenário de profundas transformações, as ciências sociais em geral precisam se repensar a partir de novas categorias e dicotomias, novos quadros de referência e novos espaços de imaginação da sociedade (Beck, 2003a). Nesse sentido, não se fazem necessárias também novas formas de imaginação, em particular, das relações internacionais? Que caminhos devemos adotar para captar essas transformações e refletir sobre as futuras configurações da ordem mundial? As contribuições da teoria crítica vêm exatamente enfrentar este novo cenário e responder a estas questões. Trata-se de uma abordagem que coloca a mudança no centro de suas análises.

Como bem apontam Nogueira e Messari,

A Teoria Crítica é uma das mais importantes, senão a mais importante, contribuição alternativa surgida desde então, apresentando uma crítica contundente à concepção realista das relações internacionais como política de poder e questionando a pretensão científica das teorias internacionais, em particular seu compromisso com o positivismo. Da mesma forma, a Teoria Crítica ampliou o leque de temas que deveriam ser prioritários em nossas pesquisas, indo além das esferas tradicionais da segurança e da política externa e **incluindo questões como o problema da mudança nas relações internacionais; os temas da hegemonia, da emancipação e da desigualdade; a centralidade do Estado como ator**; o meio ambiente; as questões culturais; a integração das estruturas econômicas na reflexão sobre a política mundial; a ausência de uma dimensão ética na reflexão da área; **o conceito de sociedade civil global**, entre outras (2005: 132-133, grifo nosso)

Um papel importante da teoria crítica para o campo de estudo das relações internacionais é a própria abertura que ela possibilitou à disciplina ao conectá-la com outras áreas das ciências humanas. O paradigma estadocêntrico e a compreensão tradicional de que se tratava de uma área do conhecimento dedicada ao estudo do “espaço internacional”, distinto e independente do “espaço doméstico”, cujos objetos prioritários de análise encontravam-se nas esferas da segurança ou da política externa, levaram a um certo isolamento deste campo de estudo. A incorporação de novos temas não mais como complementares à pesquisa, mas como centrais na compreensão dos próprios contornos da disciplina, e o próprio questionamento do paradigma estadocêntrico, levou a aproximações importantes com outras áreas do conhecimento. O tema da sociedade civil ganha espaço justamente nesse contexto de abertura da disciplina para a análise sobre novos atores e de aproximação com outras áreas das ciências humanas.

A contribuição da teoria crítica para a retomada da questão normativa é outro aspecto central, que marca uma ruptura importante na produção teórica em relações internacionais. Como veremos mais detalhadamente a seguir, as contribuições de Robert Cox a esta questão são fundamentais uma vez que ele, ao construir sua crítica ao realismo e propor novos contornos para a produção de conhecimento na área, afirma que qualquer teoria tem uma orientação política, um objetivo, seja ele político, econômico ou social. Não faz sentido separarmos conhecimentos científicos de teoria normativa, como propõem os positivistas. “Teoria é sempre para algo e para alguém” (Cox, 1986). Nesse sentido, as teorias também não podem ser neutras, não é possível separar os fatos dos valores; todo observador, todo teórico, de uma maneira ou de outra, incorpora seus valores às suas análises. Toda teoria apresenta, portanto, uma perspectiva. As perspectivas, por sua vez, “derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente, tempo e espaço político e social” (Idem). Na medida em que a realidade vai se transformando, antigos conceitos devem ser revistos ou substituídos por novos, fazendo com que um novo canal se construa entre o observador e o mundo que se busca compreender. Em outras palavras, a produção de conhecimento está intimamente ligada ao ambiente no qual ela está inserida e às mudanças estruturais que nele ocorrem ao longo do tempo. O contexto também é fundamental na produção de conhecimento, “a teoria social e política é definida pela história em sua origem” (Ibidem).

A teoria crítica inaugura, portanto, um novo momento no estudo sobre as relações internacionais. Apesar dos pressupostos comuns descritos acima, não se trata de uma abordagem homogênea e as contribuições de seus mais influentes autores se constroem a partir de diferentes heranças intelectuais. Desde novas interpretações da obra de Marx, passando pela teoria social da Escola de Frankfurt e pelos trabalhos do intelectual marxista italiano Antonio Gramsci.

Pioneiras no resgate do marxismo da teoria crítica e na crítica ao realismo,⁵⁸ as análises de Robert Cox apresentam uma especificidade, como já vimos no capítulo anterior, pois utilizam o pensamento de Gramsci na observação e na interpretação das relações internacionais. Nesse sentido, juntamente com Gill, e outros autores

⁵⁸ Cox publicou uma série de artigos e trabalhos que se tornaram centrais às contribuições da teoria crítica. Entre eles, está o trabalho de crítica contundente ao realismo “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”, publicado pela primeira vez em 1981 no periódico inglês *Millenium: Journal of International Studies*, n.10 e, em 1986, no volume organizado por Keohane e Nye — *Neorealism and its Critics*. Ver Cox, 1986.

identificados com a corrente “gramsciana” das relações internacionais,⁵⁹ o autor introduz, como também já analisado, novos elementos no debate sobre a sociedade civil global. Suas análises são centrais, também, para a formação do campo da economia política internacional à medida que chamam a atenção para a necessidade em se incorporar as mudanças nos processos de produção às análises em relações internacionais. Não podemos separar a política da economia, afirma Cox.

Ao observar os pressupostos do realismo e de como as pesquisas em relações internacionais vinham sendo conduzidas, Cox chama a atenção para a incapacidade das teorias tradicionais em incorporarem novos atores e processos e sua recusa em considerarem o tema da mudança como relevante. Era necessário um novo método para compreender as relações de poder no sistema internacional, capaz de olhar para a questão da ordem mundial como um todo. Nas palavras do autor,

Cuidado ao subestimar o poder do Estado, mas também dê atenção devida às forças e processos sociais e veja como eles relacionam-se ao desenvolvimento dos Estados e das ordens mundiais. Acima de tudo, não baseie teoria em teoria, mas em práticas cambiantes e em estudos empírico-históricos, que são um campo de comprovação para conceitos e hipóteses (1986: 206).

Um estudo da política internacional que seja capaz de captar estas novas dicotomias e novos quadros de referência deve necessariamente estar pautado pelos processos de mudança histórica. Parte-se do pressuposto de que estamos lidando com uma realidade que se constrói e não com um conjunto de fatores pré-determinados, como acreditam os realistas. Nesse sentido, existiriam duas formas de se analisar questões e problemas nas ciências sociais em geral e nas relações internacionais em particular. O que Cox vai chamar de “teorias de solução de problemas” — teorias positivistas —, que se apresentam como neutras e universais, e a teoria crítica, capaz de apreender as mudanças e admitir seu caráter parcial e normativo.

A teoria de solução de problemas admite o mundo como ele é como ponto de partida e se propõe a ser uma referência para a construção de conhecimento a partir deste mundo “pré-fixado”. As estruturas deste mundo não são colocadas em questão. Os problemas e questões que surgem ao longo do caminho são enfrentados a partir das áreas específicas de atividade às quais eles estão ligados. Não se estabelece uma relação com as estruturas do sistema, tampouco se apreende as transformações por ele sofridas. Já a

⁵⁹ Cf. nota 49 sobre outras nomenclaturas, encontradas na literatura recente, para esta nova abordagem no estudo das relações internacionais.

teoria crítica, ao observar um determinado fenômeno, não considera as instituições ou as relações sociais e de poder como um dado, não apreende a realidade na qual ela está inserida como um ponto de partida fixo. Faz parte da observação justamente uma busca por compreender melhor as origens destas relações sociais e de poder e perceber se as mesmas estão em algum processo de transformação e de que maneira (Cox, 1986 e 2002).

O positivismo é sincrônico: o mundo social está dado. Questionamentos sobre seu significado não têm sentido algum: está tudo ali. O método histórico é diacrônico: o mundo social é relevante — é bom para uns, mal para outros e o conflito em torno de sua preservação ou mudança desperta fortes paixões — e é 'constituído' pela ação coletiva ao longo do tempo. [...]

A ação humana coletiva gera certos hábitos e padrões de comportamento, instituições e idéias que, em sua consistente 'aplicação', tornam-se duradouros para um tempo como estruturas históricas. O positivismo, que tem aversão à 'totalizações', ignora a existência de estruturas históricas em suas análises de informações isoladas. O historicismo, que aborda o todo a partir de suas partes, questiona origens de estruturas históricas e as possibilidades de transformações estruturais (Cox, 2002: xxiii).

Ao utilizar o pensamento de Gramsci, Cox introduz na análise sobre as relações internacionais a idéia de sociedade civil que, como vimos anteriormente, não fazia parte dos estudos em política internacional até então. A unidade de análise, segundo o autor, não é o Estado-nação, mas sim o complexo Estado/sociedade civil. A noção, no pensamento de Gramsci, de uma relação recíproca entre estrutura – relações econômicas – e superestrutura — a esfera ético-política — leva-nos a considerar os complexos Estado/sociedade civil como as estruturas constitutivas da ordem mundial (Cox, 1986). A sociedade civil, na concepção gramsciana, modifica a própria natureza do fenômeno estatal, a idéia de um “Estado ampliado” que se traduz na unidade de análise Estado/sociedade civil proposta por Cox para o estudo das relações internacionais. A sociedade civil nesse sentido “se articula dialeticamente no estado e com o Estado, seja este entendido como ‘expressão jurídica de uma comunidade politicamente organizada’, como ‘condensação política das lutas de classe’ ou como aparato de governo e intervenção” (Nogueira, 2003a: 223).

A ordem mundial que surge das transformações iniciadas há quase vinte anos, que ganham novos contornos na virada do milênio — avanços e retrocessos — apresenta-se estruturada em diferentes níveis. Na base encontram-se as forças sociais. A questão central para a previsão desse “futuro das relações internacionais”, tão discutido

em inúmeros trabalhos na área desde o final da Guerra Fria, é analisar se estas forças têm consciência social e política, se no sentido gramsciano elas estão articuladas em um bloco histórico, ou são despolitizadas e manipuláveis, promovem a “articulação pela articulação”, sem uma direção ou uma consciência política (Cox, 2002).

“O panorama para a contra-hegemonia é, no entanto, a questão central para o estudo da transformação estrutural [...]. Trabalhar com a hipótese de que a autoridade política é construída de baixo para cima conduz a um foco sobre a sociedade civil” (Cox, 2002: 91-92). A revitalização da sociedade civil, assim como a possibilidade de coexistência entre as civilizações — a construção de um mundo plural — são caminhos para uma ordem mundial alternativa. Como vimos no capítulo anterior acerca das leituras sobre esta “sociedade civil globalizada”, a emancipação, segundo Cox, dar-se-á a partir da sociedade civil. Uma sociedade civil que, conforme o pensamento de Gramsci, não se sustenta fora da esfera do Estado, tampouco como um espaço autônomo e oposto ao Estado.

A sociedade civil tornou-se o campo de batalha crucial para a retomada do controle cidadão da vida pública. Muito pouco pode ser atingido no sentido de uma mudança fundamental por meio do sistema estatal como ele existe hoje. Esse sistema pode ser reconstruído tendo como base uma sociedade civil revigorada que poderia emergir apenas por meio de uma longa guerra de posição (1999: 27-28).

Parte da teoria crítica em relações internacionais desenvolve-se, também, a partir dos trabalhos da Escola de Frankfurt que em meados dos anos 1920 e 1930 reuniu filósofos como Horkheimer, Adorno e Marcuse — pertencentes à primeira geração da Escola — e mais recentemente Habermas, que a partir das contribuições da primeira geração vem construindo novos caminhos para o pensamento crítico. Os pensadores da Escola de Frankfurt não dialogam diretamente com o campo de estudo das relações internacionais, mas exerceram grande influência sobre algumas das análises contemporâneas que buscam renovar o debate teórico na área.

Primeiro, é importante ressaltar que, diferentemente das abordagens alternativas de base marxista em que a análise da base econômica da sociedade é central e fundamental, para esta corrente da teoria crítica, o foco está, dentre outros temas, nas questões relacionadas à cultura, burocracia, às bases sociais do autoritarismo e à produção do conhecimento. Para estes teóricos, também, o potencial transformador atribuído por Marx ao proletariado deve ser relativizado na sociedade contemporânea.

“Com a ascensão da cultura de massa e a crescente *comoditização* de cada elemento da vida social, os pensadores da Escola de Frankfurt argumentavam que a classe trabalhadora havia sido simplesmente absorvida pelo sistema e não representavam mais uma ameaça a ele” (Baylis e Smith, 2003: 240).

A questão da emancipação é central nestas análises, mas uma vez mais, diferentemente das análises marxistas, ela tem outros significados. Contrariamente a Marx, que aponta a base econômica da sociedade — a esfera da produção — como *locus* da transformação, para a primeira geração de pensadores da Escola de Frankfurt, a emancipação deve ser entendida em termos de uma reconciliação com a natureza. Já para Habermas, o caminho para uma sociedade melhor está na esfera da comunicação e o caminho se dará por meio de uma democracia radical. Aqui a questão da participação é central e ela não pode estar restrita aos limites das fronteiras nacionais. Ela deve acontecer nos mais diferentes espaços — locais, nacionais, regionais, globais — e qualquer barreira à sua efetiva realização deve ser eliminada, sejam estas sociais, econômicas, políticas ou culturais. Esta participação deve ser a mais ampla e disseminada possível.

Utilizando o pensamento de Habermas para analisar as relações internacionais, Linklater afirma que o desafio é “recuperar a capacidade de pensar a evolução moral da humanidade no sentido da formação de uma comunidade mais ampla e inclusiva, que ultrapasse os limites do Estado-nação” (Nogueira; Messari, 2005: 149). A partir das contribuições do cosmopolitismo crítico de Linklater, a “[...] emancipação no campo das relações internacionais deve ser entendida em termos da expansão das fronteiras morais de uma comunidade política” (Linklater, 2003) e esta ampliação da comunidade política, por sua vez, requer estruturas democráticas de poder regional e internacional.

O conceito de comunidade política é central às análises de Linklater. Como já foi dito, a mudança é tema central de análise para a teoria crítica e, a partir das contribuições deste autor, as atenções devem voltar-se para a análise da relação dos processos de globalização com as transformações na idéia de comunidade política. Um conceito que tem sido desafiado pelos processos de globalização e de fragmentação, juntamente com outros conceitos tradicionais como o de cidadania. Ainda que os nacionalismos tenham força e desempenhem papéis significativos no mundo moderno, as leituras que apontam para o surgimento de novas formas de comunidade política se fortalecem.

Existem diferentes tipos de comunidade política, ressalta o autor — locais, regionais, nacionais, transnacionais — e cada uma delas desenvolve a sua forma particular de cooperação. O Estado-nação tem sido a forma dominante entre elas, mas que passa a ser colocado em questão a partir do momento no qual processos e transformações nas mais diferentes esferas — social, política, econômica, cultural, ambiental — ultrapassam as fronteiras nacionais e as relações sociais tornam-se cada vez mais desterritorializadas. Segundo Linklater (2003), as concepções tradicionais de cidadania deveriam ser adaptadas à natureza multicultural das sociedades modernas. O objetivo seria a busca por um cenário futuro no qual cidadãos compartilhassem os mesmos deveres e obrigações com “não-cidadãos”, como eles fazem com seus “co-cidadãos”.

Nós temos percebido que as comunidades políticas modernas acumularam poderes extraordinários, e que a ascensão de vastos impérios transcontinentais ilustra bem esse ponto. Pode parecer estranho que estas comunidades políticas também foram os locais para experimentação de formas de governança democrático-liberais, mas não há nisso nenhum paradoxo. Estados-Nação criaram povos nacionais que foram por eles mobilizados para a guerra. Mas os povos que se constituíram dessa forma começaram a resistir diante do crescente poder do Estado sobre suas vidas. Eles organizaram-se politicamente para obter do Estado sua cidadania. As demandas por cidadania foram identificadas primeiramente nos grandes Estados europeus, mas tornaram-se um tema poderoso em comunidades políticas no mundo todo. Essas demandas, juntamente com a disseminação da linguagem dos direitos humanos, revelam que uma cultura política global emergiu nas últimas décadas (Linklater, 2003: 714).

Seguindo a preocupação da teoria crítica com a questão da emancipação humana como eixo central da reflexão teórica nas relações internacionais, para Linklater, “o tema da exclusão, em suas diversas formas, no sistema de Estados soberanos torna-se objeto privilegiado de pesquisa e o esforço de redefinir as bases do novo universalismo cosmopolita, seu objetivo primordial” (Nogueira; Messari, 2005: 160).

Dito isso, faz-se necessário ainda examinar rapidamente uma outra linha de contribuições da teoria crítica nas relações internacionais para o debate sobre a idéia de sociedade civil. As reflexões do “marxismo da teoria crítica — ou “neomarxismo” nas relações internacionais — apresentam uma outra leitura sobre este debate. Diferente das abordagens marxistas clássicas das relações internacionais — teoria da dependência e do

sistema mundo⁶⁰ — este debate vai resgatar os elementos da obra de Marx que permitem uma visão não economicista da realidade social. Autores como Rosenberg,⁶¹ retomam alguns pensamentos centrais dos escritos filosóficos e políticos de Marx para analisar as relações internacionais e suas tendências e transformações contemporâneas.

No que diz respeito ao tema que analisamos desde o início deste trabalho, o debate da sociedade civil nos estudos sobre política internacional, Rosenberg transpõe as contribuições do “marxismo político”, como vimos a partir das reflexões de Colás no capítulo anterior,⁶² à análise das relações internacionais. Ele argumenta que “o clássico conceito westphaliano de soberania do Estado e o balanço de poder mistificam a realidade do poder na ordem capitalista mundial. A esfera pública do sistema estatal é paralela à esfera privada da economia global; e o sistema estatal funciona para sustentar o poder privado dessa economia, o 'império da sociedade civil'” (Cox, 199:8).

A modernidade não chegou como um raio trazendo estruturas prontas chamadas Estado, mercado e sociedade civil, afirma Rosenberg. O que existia antes? Como as sociedades, os indivíduos se relacionavam? A questão central para o autor é a análise da base histórica e social dos conceitos e estruturas que adotamos e analisamos hoje. Por que não adotarmos a mesma metodologia para o estudo das relações internacionais?, desafia o autor.

Estados, mercados, indivíduos — precisamente as coisas que precisamos explicar — já são assumidos como pontos de partida naturais. Em decorrência de conceituar estruturas particulares das relações sociais modernas de forma isolada umas das outras, essa divisão de trabalho tende a reificá-las em atores auto-suficientes com suas próprias propriedades distintivas — ocultando tanto a novidade histórica dessas formas e as relações específicas que as constituem (Rosenberg, 2001: 4).

⁶⁰ Sobre o debate acerca da abordagem marxista do sistema mundo ver o trabalho de Wallerstein *The Modern World-System*, publicado em três volumes (1974, 1980 e 1989), San Diego: Academic Press. Para uma discussão mais completa sobre as teorias da dependência ver Brewer, (1991), *Marxist theories of Imperialism: A Critical Survey*. Nova York: Routledge.

⁶¹ Não vamos aqui apresentar em detalhes a importante contribuição que Rosenberg faz ao estudo das relações internacionais. Para um detalhamento de sua análise ver Rosenberg, 2001. Este trabalho, publicado pela primeira vez em 1994, marca sua crítica às abordagens clássicas no estudo das relações internacionais. Ele se divide em três reflexões principais: a primeira faz uma crítica teórica ao realismo; a segunda, apresenta uma série de explorações históricas sobre as maneiras pelas quais estruturas sociais têm se relacionado com sistemas geopolíticos; e, por fim, o autor busca apresentar a teoria social de Marx da sociedade capitalista como um arcabouço alternativo, não realista, de análise do sistema internacional moderno.

⁶² Cf. nota 45 acerca das análises de Wood sobre este debate.

Ao rever os parâmetros trazidos pela teoria realista ao estudo das relações internacionais, assim como Colás chamava a atenção ao analisar a idéia de sociedade civil global, Rosenberg (2001) afirma que os sistemas geopolíticos não são constituídos independentemente, e não podem ser entendidos isolados da sua relação com estruturas mais amplas de produção e reprodução da vida social.

As contribuições do pós-modernismo

No campo de estudo das relações internacionais, parte das abordagens teóricas críticas aos debates clássicos são identificadas por muitos analistas como o movimento “pós-moderno” ou “pós-estruturalista” da análise política internacional. Os autores que compõem esta corrente crítica apresentam diferenças importantes em sua análise e foram também influenciados por linhas de pensamento diversas.⁶³ “Estes autores não têm muitos pontos em comum”, afirmam alguns analistas, exceto por duas preocupações centrais: 1) a busca por entender as relações internacionais não como um campo autônomo com os seus próprios termos de referência, mas como uma manifestação de um movimento muito mais amplo no pensamento social; e 2) a crença de que toda teoria deve deslocar categorias estabelecidas e desconcertar o leitor/observador (Brown, 2005).

Robert Walker, um dos principais autores da abordagem pós-moderna sobre a política internacional, chama a atenção para uma política do movimento e para a política como movimento. Para Walker, as abordagens dominantes do campo de estudo das relações internacionais adotam um ponto de referência fixo, uma comunidade política estática — o Estado para um universo em que os valores são fluidos.

[...] se é verdade que a vida política contemporânea é crescentemente caracterizada por processos de aceleração temporal, nós devemos esperar vivenciar incongruências desconcertantes cada vez maiores entre novas

⁶³ Sobre as diferentes perspectivas dentro da corrente pós-moderna ou pós-estruturalista das relações internacionais ver os trabalhos de CAMPBELL, David. *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1992; DER DERIAN, James & SHAPIRO, Michael (eds.). *International-Intertextual relations: postmodern readings of World politics*. Nova York, Lexington Books, 1989; ASHLEY, Richard. "Untying the sovereign state: a double reading of the anarchy problematique". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1998 e WALKER, 1993.

articulações de poder e relatos da vida política baseados na ficção moderna de que a temporalidade pode ser definida e controlada nas coordenadas espaciais das jurisdições territoriais. [...] O que está em jogo na interpretação das transformações contemporâneas não é a presença eterna ou ausência iminente dos Estados, mas o grau em que a resolução moderna das relações de espaço-tempo, expressas pelo princípio de soberania estatal, oferece uma descrição plausível das práticas políticas contemporâneas, incluindo as práticas de Estado. Abordando as questões de identidade política e transformação histórica, refletindo sobre as implicações da pós-modernidade para as teorias de relações internacionais, eu gostaria de explorar **como nós somos agora capazes, ou incapazes, de conceber outras possibilidades, outras formas de identidade e comunidade, outras histórias, outros futuros** (Walker, 1993: 1; grifo nosso).

Walker constrói uma crítica ao próprio objeto de estudo das relações internacionais. As teorias de relações internacionais estão intimamente ligadas à política moderna definida em termos de Estado — território, soberania — “essas teorias podem ser compreendidas como o produto de condições históricas específicas que já passaram. Elas podem também ser entendidas como expressões ideológicas de interesses paroquiais de sociedades particulares” (Walker, 1993: 16). No mesmo sentido, segundo as análises pós-modernas, o conceito de sociedade civil não pode mais ser utilizado para se analisar o mundo atual porque se trata de um produto, por excelência, da política moderna.

Céticas com relação ao potencial transformador deste novo ator em formação denominado sociedade civil global, as análises pós-modernas das relações internacionais apresentam uma série de críticas à concepção identificada como “modernista” da sociedade civil, presentes na literatura contemporânea. Ainda que estas visões desafiem uma abordagem estadocêntrica da política moderna, afirma Walker, elas seguem os mesmos padrões tradicionais — estruturalista e institucionalista — de análise.

Uma política do movimento não pode ser capturada por categorias de contenção. [...] Uma análise empírica dos movimentos sociais, e uma interpretação de seus significados para o que uma política mundial pode se tornar, não precisa ser definida pelos preconceitos da modernidade (Walker, 1994: 700).

Segundo esta perspectiva, se pretendemos analisar profundamente e com seriedade a relação dos movimentos sociais com as relações internacionais contemporâneas, é necessário questionarmos e revisarmos as categorias de análise utilizadas até então pela ciência política e pelas abordagens teóricas dominantes nas relações internacionais (Walker, 1994). Reunir os termos “movimentos sociais” e “política global” é uma tarefa que pode nos levar a inúmeros problemas conceituais.

O conceito de sociedade civil é uma construção moderna e, portanto, segundo estes autores, apresenta diversas limitações para explicar o mundo pós-moderno em que vivemos hoje.

A atual popularidade das alegações acerca de uma sociedade civil global pode ser interpretada como uma resposta parcial à falta de maneiras de se falar coerentemente sobre formas de política que transgridam os limites do Estado soberano. Sendo assim, este é às vezes esclarecedor. Porém, como uma tentativa de ampliar para o contexto global um conceito que é historicamente enraizado na experiência histórica dos Estados [...], este é um conceito que também expressa limites distintos à nossa habilidade em re-imaginar o político sob condições contemporâneas (Walker, 1994: 695).

As recentes tentativas de conceituar e desenvolver um arcabouço teórico para a idéia de sociedade civil global, na opinião de Walker, acabam em grande parte revelando o poder de reprodução do discurso centrado no Estado mais do que demonstrar a capacidade dos movimentos sociais de desafiar este discurso (Walker, 1994). A idéia de uma emergente sociedade civil global pode ser muito interessante na medida em que ela represente uma leitura política desta aproximação com movimentos sociais — política global que se distancie das amarras do discurso moderno construído a partir do Estado nacional —, porque a maioria das análises que têm anunciado o surgimento de uma sociedade civil global acaba demonstrando a força do discurso da modernidade ao invés de mostrar a capacidade que os movimentos sociais têm em desafiar este discurso.

Diferentemente das análises de Falk e Kaldor, segundo esta visão, a conexão, cooperação e articulação dos movimentos sociais em “tempos de globalização” certamente se fortalecem e se intensificam, mas não podem ser vistas como uma “frente de batalha única”, “um projeto político definido”, “uma estratégia contra-hegemônica”. Aonde realmente vamos chegar com estas novas tendências, aglomerações, agrupamentos e ações ainda não podemos afirmar, “exatamente como a política das conexões se caracterizará não está claro” (Walker, 1994: 699), no entanto, não podemos ignorar nem subestimar as diferenças e intolerâncias que existem dentro destes movimentos. Eles não são uma unidade.

Uma questão central às críticas apresentadas por Walker é expressa em seu questionamento: “é menos interessante indagar quão poderosos ou influentes os movimentos sociais são, ou como eles respondem às expectativas estabelecidas sobre o que são e o que devem tornar-se, do que se perguntar como eles contribuem para a

reconfiguração da ordem política sob as condições contemporâneas" (Walker, 1994: 677).

Outra característica importante é a de que estamos falando de estruturas, instituições e atores sociais em constante movimento. A idéia de movimento, de mutação é essencial, ou pelo menos deveria ser, afirmam os pós-modernos. Nas palavras de Walker,

A grande força dos movimentos sociais é sua capacidade de expressar uma política da temporalidade, uma política que sempre se parece uma fraqueza para aqueles que acreditam que os Estados, por exemplo, são realmente estruturas fixas, para aqueles cuja visão política afirma a verdade do espaço contra a aparente ilusão do tempo (1994: 699).

Os movimentos sociais representam exatamente “movimento” e não poderiam estar amarrados a uma definição ou caracterização que lhes atribui uma identidade unificadora ou qualquer tipo de “imobilidade” (Walker, 1994). “Uma política de conexão não é necessariamente uma política de uma frente unida ou uma estratégia contra-hegemônica” (Idem: 699). Por trás desta afirmação, está a leitura de que exatamente por seu caráter dinâmico, provisório e mutável, estes movimentos podem representar formas interessantes de prática política.

Além disso, atribuir um sentido de “identidade comum” a estes movimentos ou ações de resistência que vimos florescer nos últimos anos seria considerar que os próprios temas a partir dos quais esses movimentos, muitas vezes, constroem sua ação política — gênero, meio ambiente, direitos humanos, entre outros — são categorias homogêneas e lineares.

Um debate fragmentado

Este capítulo mostrou que os debates teóricos recentes em relações internacionais, que se constroem no pós-Guerra Fria, em meio a um contexto de crescente interdependência e intensificação dos processos de globalização, é heterogêneo e fragmentado. Uma fragmentação que ocorre uma vez que reflete o “novo” em relações internacionais, uma nova forma de pensar o próprio campo. Um afastamento do

paradigma estadocêntrico, a incorporação de novos atores ao centro das análises e a retomada da noção de que toda teoria é normativa, formulada a partir de uma visão de mundo baseada em valores. Nesse sentido, podemos afirmar também que a trajetória do debate sobre a idéia de sociedade civil global reflete a própria heterogeneidade das reflexões teóricas em relações internacionais. Assim como acontece com o tema da sociedade civil global, as diferentes perspectivas debatem muito entre si, e pouco umas com as outras.

Simbolizando essa fragmentação e essa descentralização, podemos afirmar que o debate teórico na disciplina será de médio alcance, uma vez que [...] não percebemos movimentos ambiciosos no sentido de formular uma nova “grande síntese” da teoria de RI. Veremos, contudo, debates em torno de grandes temas contemporâneos, entre os quais destacamos os quatro seguintes: identidade, soberania, formações estatais e globalização (Nogueira e Messari, 2005: 237)

Como vimos ao longo deste trabalho, o debate em torno da idéia e do conceito de sociedade civil global não pode ser feito sem a análise destes quatro grandes temas contemporâneos: identidade, soberania, formações estatais e globalização. Uma análise sobre este recente processo de “globalização da sociedade civil” que não seja meramente contemplativa, exclusivamente militante ou determinadamente cética deve passar, necessariamente, por um estudo mais aprofundado, acompanhado de uma observação empírica, a partir destes quatro grandes temas, incluindo a reflexão sobre o próprio conceito de sociedade civil. O conceito está presente na literatura em ciência política desde o século XVIII até o presente momento. Como vimos no primeiro capítulo, ele tem sido definido e utilizado de diferentes maneiras que, por sua vez, estão impressas nas formas como a literatura em relações internacionais tem abordado o tema. Portanto, retomar a análise sobre a idéia de sociedade civil, e deixar claro como a compreendemos em nossos diferentes discursos a respeito da sociedade civil global, nunca será um exagero, um preciosismo desnecessário.

Considerações Finais

Teorias desenvolvem-se por meio da controvérsia entre visões distintas da 'realidade', sendo, cada uma, uma perspectiva particular no tempo e no espaço. Dois fatores principais dão forma à teoria. Um é o movimento objetivo da história, que está continuamente agenciando novas combinações de força que interagem entre si. A outra são as percepções subjetivas daqueles que contemplam essas forças com intuito de compreender e agir sobre o movimento da história.

(Cox, 2002: 26)

Este trabalho buscou mostrar as diferentes formas pelas quais a idéia de uma emergente sociedade civil global, tema cada vez mais presente no debate político contemporâneo, vem sendo construída no campo de estudo das relações internacionais. A partir desta observação pudemos constatar algumas questões.

Em primeiro lugar, o termo tal como é amplamente utilizado por diferentes atores, é generalizante e precisa ser melhor qualificado. Do lado daqueles que afirmam que assistimos à emergência de uma sociedade civil global, este espaço não pode ser entendido apenas como a “articulação pela articulação” de grupos para além das fronteiras nacionais. Uma tentativa de retrato das tendências contemporâneas de crescente atuação de forças sociais em âmbito internacional e global é uma tarefa complexa e não pode ser resumida pela simples adoção do termo “sociedade civil global”. É preciso observar os processos sociais e políticos que impulsionam tais articulações, é necessário se dedicar a pesquisas empíricas sobre os diversos processos e dinâmicas apontados como sinalizadores da emergência de uma sociedade civil global. Cada vez que nos referimos à idéia de sociedade civil global é importante deixar claro, como vimos ao longo deste trabalho, o que se entende por sociedade civil e o papel que as transformações na ordem global têm sobre esta “globalização da sociedade civil”.

“Todos eles voltam-se para o mesmo movimento objetivo da história, mas eles o assimilam a partir de perspectivas diversas” (Cox, 2002). Sob as condições de um mundo em transformação a noção de sociedade civil global é apresentada inicialmente a partir de determinadas perspectivas que buscam “civilizar e democratizar a globalização” (Gómez, 2001). O conceito e a idéia em si são tidos como um valor a ser promovido para o futuro

das relações internacionais. Aos poucos, diferentes leituras sobre a idéia de sociedade civil global vão sendo construídas buscando compreender os processos e dinâmicas subjacentes a tal noção.

De uma maneira geral, cada uma destas perspectivas aborda o conceito de sociedade civil de uma maneira e traz esta discussão para o estudo das relações internacionais. Observar estas visões significa analisar como estas discussões passam para o âmbito internacional. Como vimos, o debate teórico em relações internacionais que surge no pós-Guerra Fria abre espaço para a aproximação da disciplina com outras áreas das ciências sociais. As perspectivas de aprofundamento das reflexões acerca da idéia de sociedade civil global em particular, e dos diversos processos sócias e políticos ligados à temática em geral, encontram-se justamente nesta ponte entre as relações internacionais e outras áreas das ciências humanas como a sociologia, a ciência política e a antropologia.

A literatura existente sobre a idéia de uma sociedade civil global, como vimos ao longo deste trabalho, reproduz o debate que já existe em torno do próprio conceito de sociedade civil e as diferentes abordagens e formas de se analisar as relações internacionais. Isto poderia parecer uma conclusão óbvia se não fosse pelo fato de que o discurso da sociedade civil global é reproduzido pelos quatros cantos do mundo, mergulhado e influenciado pelo contexto analisado no primeiro capítulo, sem que os agentes que o fazem tenham consciência da heterogeneidade de conceitos e de realidades sociais por trás desta “ação”. Nesse sentido, a sociedade civil global — idéia, conceito ou realidade — pode ser vista como um processo sujeito a interferências de projetos específicos.

Paralelamente à "indústria explicativa" que se formou ao fim da Guerra Fria, formou-se uma outra, tão frutuosa quanto a primeira, sobre "a ordem pós-Guerra Fria". Uma das características dessa produção é a sua diversidade, sendo vários os modelos do mundo pós-Guerra Fria e, mais importante, retratando, antes de mais nada, o mundo como o analista gostaria que fosse. **Assim, os diversos cenários internacionais são antes indicativos das preferências normativas desses analistas sobre a "melhor ordem", do que de sua viabilidade lógica ou empírica; são também prescritivos no sentido de indicar os meios para atingi-la.** Isto se reflete tanto no uso da analogia histórica que servirá de base para a construção da ordem provável, quanto na escolha daquela tendência ou daquele evento, a partir dos quais são projetadas linearmente i.e., sem que se mencione as condições específicas e os fatores contextuais que tornaram tal evento possível, no passado suas implicações no futuro (Lima, 1996; grifo nosso).

As críticas às diferentes perspectivas, muitas vezes, são críticas às próprias abordagens subjacentes à tal conceituação. Para alguns, elas podem apresentar um caráter muito liberal, para outros, muito marxista. O conceito de sociedade civil global mais disseminado hoje é aquele que tem como base as teses cosmopolitas, nesse sentido, o maior número de críticas que se faz ao conceito – e à idéia em si – na verdade são críticas ao próprio cosmopolitismo enquanto projeto político e modelo teórico. Sabemos que o debate teórico cosmopolita apresenta inúmeras nuances e variações, no entanto, as críticas são direcionadas a elementos comuns a este debate que atribuem à sociedade civil global um papel importante.

Seguindo o raciocínio anterior da relação com contexto político e com os modelos propostos para analisá-lo, a idéia de sociedade civil global emerge no contexto descrito no primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que contribui para a análise que faremos dele. Em outras palavras, a importância em analisarmos o objeto proposto neste trabalho está no fato das diferentes perspectivas que se constroem hoje acerca da sociedade civil global contribuírem também para as diferentes leituras e abordagens que construiremos sobre este próprio “mundo em transformação”. A idéia de sociedade civil global é ao mesmo tempo um “produto” e um “produtor”, a partir de diferentes visões de mundo, deste mundo globalizado, “hipermoderno” e em transformação.

Por fim,

Sem um mapa que nos guie por todos esses discursos e modelos conflitantes de sociedade civil, arriscamo-nos a cultivar um otimismo ingênuo ou a assumir uma atitude francamente ideológica quanto à capacidade democratizante e à natureza e papel mundial da sociedade civil. O que está faltando é uma reflexão sistemática e cuidadosa sobre o modo pelo qual a globalização transformou os parâmetros fundamentais da sociedade civil e como essas mudanças afetam o impacto potencial da sociedade civil nas estruturas nacionais, regionais e transnacionais. Sem uma reflexão meticulosa, não temos condições de perceber o que é novo e o que é possível, e corremos o risco de sobrecarregar o conceito de sociedade civil com funções reguladoras ou democratizantes que ela provavelmente não pode realizar (Cohen, 2003: 422; grifo nosso).

Conforme anunciado na introdução deste trabalho, a análise aqui apresentada — a partir da observação do contexto sócio-político, das diferentes perspectivas em torno do conceito e das relações com o estudo das relações internacionais — buscou dar um pequeno passo no sentido desta reflexão e colaborar, assim, com a compreensão de processos políticos contemporâneos relevantes.

Referências Bibliográficas

- AGUITON, C. (2002), *O Mundo nos Pertence*. Trad. Maria Cristina Cupertino e João Machado Borges Neto. São Paulo: Viramundo.
- AGRIKOLIANSKY, E; FILLIEULE, O. e MAYER, N. (dir.). (2005), *L'altermondialisme en France. La longue histoire d'une nouvelle cause*. Paris: Flammarion.
- AGRIKOLIANSKY, E. e SOMMIER, I. (dir.), (2005), *Radiographie de l'altermondialisme*. Paris: La Dispute.
- AMIN, S e HOUTART, F. (orgs.). (2003), *Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003*. Trad. Dunia Maricinho Silva et al. São Paulo: Cortez.
- AMOORE L. e LANGLEY P. (2004), "Ambiguities of global civil society". *Review of International Studies*, Cambridge, v.30, n.01, p.89-110.
- ANDERSON, K. (2000), "The Ottawa Convention Banning Landmines, the Role of International Non-Governmental Organizations and the Idea of International Civil Society". *European Journal of International Law*, Oxford, v.11, n.1, p.91-120.
- ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M. (2001), "Introducing Global Civil Society", In: _____. (eds) *Global Civil Society 2001*. London School of Economics and Political Science, Oxford: Oxford University Press, p. 3-22.
- APPADURAI, A. (2001), "Grassroots Globalization and the Research Imagination" In: _____. (ed.) *Globalization*. Durham & London, Duke University Press, 2001, p.1-21.
- ARCHIBUGI, D. (1998), "Principles of Cosmopolitan Democracy". In: ARCHIBUGI, D, HELD, D e KÖHLER, M. (eds.). *Reimagining Political Community: Studies in Cosmopolitan Democracy*. California: Stanford University Press, 1998, p. 198-228.
- _____. (2004), "Cosmopolitan Democracy and its Critics: a review". *European Journal of International Law*, Oxford, v.10, n.3, p.437-473.
- AVRITZER, L. (1997), "Um desenho institucional para o novo associativismo". *Lua Nova*, n.39, p.149-174.
- _____. (1994), *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.

- BAYLIS, J. e SMITH, S. (eds.). (2003), *The globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press.
- BAKER, G. e CHANDLER, D. (Eds.). (2005), *Global Civil Society: Contested Futures*. London: Routledge.
- BAKER, G. (2005), "Saying global civil society with rights". In: BAKER, G e CHANDLER, D. *Global Civil Society: Contested Futures*. London: Routledge, p. 114-129.
- BANCO MUNDIAL. (2000), "Consultations with Civil Society Organizations: general guidelines for World Bank staff". Washington, DC: The World Bank.
Disponível em:
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/CSO/0,,contentMDK:20098376~menuPK:277367~pagePK:220503~piPK:220476~theSitePK:28717,00.html>
- BAUMAN, Z. (1998), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- _____. (1999), *Globalização: as conseqüências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- _____. (2000), *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- BECK, U. (1999), *O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Trad. André Carone. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2003a), *Liberdade ou Capitalismo/Ulrick Beck conversa com Johannes Willms*. Trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (2003b), *Pouvoir et contre-pouvoir à l'heure de la mondialisation*. Paris: Flammarion.
- BOBBIO, N. (1994), *O conceito de sociedade civil*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra.
- BORTOLUCI, J.H. (2005), "Sociedade civil e teoria das relações internacionais: do debate clássico à idéia de sociedade civil internacional". In: TOSTES, A.P. e VITA, A. (org.) *Justiça e processos democráticos internacionais*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, p. 257-275.
- BRAILLARD, P. (1990), *Teoria das Relações Internacionais*. Trad. J.J. Pereira Gomes e A. Silva Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BROWN, C. (2001), "Cosmopolitan, World Citizenship and Global Civil Society". *Critical Review of International, Social and Political Philosophy*, Vol.3, Number 1, Summer.

- BROWN, C. e AINLEY, K. (2005), *Understanding International Relations*. 3rd edition. New York: Palgrave Macmillan.
- BURITY, J.A. (1999), “Globalização e Identidade: desafios do multiculturalismo”, *Mimeo*.
- CAMARGO, S. de. (1999), “Formas de Governança no Contexto da Globalização”. *Contexto Internacional*, v.21, n.2, p.225-257.
- CASSEN, Bernard. (2003), *Tout a commencé à Porto Alegre*. Paris: Mille-et-une-nuits.
- CASTELLS, M. (1999a), *O Poder da Identidade*. 2^a ed. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1999b), “Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação”. In: BRESSER PEREIRA, SOLA e WILHEIM (orgs.), *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Editora Unesp, 1999, p. 147-171.
- _____. (2004), “The Crisis of Democracy, Global Governance, and the Rise of the Global Civil Society”. Paper prepared for the International Seminar for a Democratic Global Governance Organized by the Instituto Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, 22 de Maio de 2004. Não publicado.
- CHANDHOKE, N. (2002), “The Limits of Global Civil Society”. In: ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M *Global Civil Society 2002*. London School of Economics and Political Science, Oxford: Oxford University Press, p.35-53.
- CHANDLER, D. (2004), “Building Global Civil Society ‘From Below’?” *Millennium: Journal of International Studies*, London, v.33, n.2, p. 313-339.
- _____. (2005), *Constructing Global Civil Society*. 2^a ed, New York: Palgrave Macmillan.
- COLÁS, A. (2001), “International Society ‘From Below’: Civil Society and the Expansion of International Society” - DRAFT VERSION - Paper Presented at the Pan-European International Relations Conference, University of Kent at Canterbury, 9 September 2001.
- _____. (2002), *International Civil Society: Social Movements in World Politics*. Oxford: Polity.
- _____. (2005), “Global Civil Society: Analytical Category or Normative Concept?”. In: BAKER, G. & CHANDLER, D. (Eds.) *Global Civil Society: Contested Futures*. London: Routledge, p. 17-33.
- COHEN, J. e ARATO, A. (1999), *Civil Society and Political Theory*. 5th. Ed. Cambridge: MIT Press.

- COHEN, J. (2003) “Sociedade civil e globalização: repensando categorias”. *Dados*, v.46, n.3, p. 419-459.
- CORONADO, J. P. (2003), “Ni globalifílicos ni globalifóbicos, sino globalicríticos”. *Gestión de las Transformaciones Sociales*, MOST/Unesco, Documento de Debate no. 66.
- COSTA, S. (2005), “Democracia Cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos”. In: TOSTES, A.P. e VITA, A. (org.) *Justiça e processos democráticos internacionais*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, p. 35-59.
- _____. (2002), *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. (1997), “Contexto da construção do espaço público no Brasil”. *Novos Estudos*, n.47, p. 179-192.
- COX, R. W. (1986), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. In: KEOHANE, R. (ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, p.204-254.
- _____. (1983) “Gramsci, hegemony, and international relations an essay in method”. In: COX, R. & SINCLAIR, T. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- _____. (1999), “Civil Society at the Turn of the Millennium: Prospects for an Alternative”, *Review of International Studies*, v.25, n.1, p.3-28.
- _____. (2002), *The Political Economy of a Plural World: critical reflections on power, morals and civilization*. Capítulo 1, Michael G. Schechter. London and New York: Routledge.
- CRITIQUE INTERNATIONALE. “Les altermondialismes”. n.27, avril-juin 2005. Presses de Sciences Po.
- DRAINVILLE, A.C. (1995), “Left Internationalism and the Politics of Resistance in the New World Order”. In: SMITH D. & BOROCZ, J. (eds). *A New World Order: Global Transformation in the Latin 19th Century*. Westport: Praeger, p. 217-37.
- _____. (2002), “Quebec City 2001 and the making of transnational subjects”. In: AMOORE, L. (ed.) (2005), *The Global Resistance Reader*. London and New York: Routledge, p. 169-189.
- ELTIONI, Amitai. (2004), “The Capabilities and Limits of the Global Civil Society”. *Millennium: Journal of International Studies*, March 2004, v.33, n.2, p. 341-353.
- FALK, R. (1992), “The Infancy of Global Civil Society”. In: LUNDESTAD, G. & WESTAD, O.A. (eds.) *Beyond the Cold War: New Dimensions in International Relations*. Oslo: Scandinavian University Press.

- _____. (1994), "The Making of Global Citizenship". In: VAN STEENBERGEN, B. *The Condition of Citizenship*. Londres: SAGE Publications, p. 127-140.
- _____. (1995), *On Humane Governance: Toward a New Global Politics: The World Order Models*. Project Report of the Global Civilization Initiative. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- _____. (1998), "Global Civil Society: Perspectives, Initiatives, Movements". *Oxford Development Studies*, v.26, n.1, p.99-110.
- _____. (1999), *Predatory Globalization: a critique*. New York: Polity Press.
- _____. (2005), "The changing role of global civil society". In: BAKER e CHANDLER (eds.) *Global Civil Society: contested futures*. London: Routledge, p. 69-84.
- FERREIRA, O. S. (1994), "A Crise da Representação da Sociedade Civil". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.2, Abril-Junho de 1994, p.3-6.
- FLORINI, A. M. (Ed.). (2000), *The Third Force: The Rise of Transnational Civil Society*. Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC.
- _____. (2001), "Transnational Civil Society". In: EDWARDS, M & GAVENTA, J (eds) *Global Citizen Action*, London: Earthscan.
- FONSECA JR, G. (1995), "A Guerra Fria como "sistema" Organizador das Relações Internacionais". *Revista USP*. São Paulo, n.26, junho/agosto 1995. p.128-137.
- GERMAIN, R. D. e KENNY, M. (1998), "Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscians", *Review of International Studies*, v.24, n.1, p.3-21.
- _____. (eds). (2005), *The Idea of Global Civil Society: politics and ethics in a globalizing era*. London, Routledge.
- GEORGE, S. (2002), "El Movimiento Global de Ciudadanos: un nuevo actor para una política nueva". *Foreign Affairs en Espagnol*, Primavera 2002, p.114-129.
- GIDDENS, A. (1991), *As conseqüências da modernidade*. 6ª reimpressão. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp.
- GILL, S. (1991), "Reflections on Global Order and Sociohistorical Time", *Alternatives*, v.16, n.3, p.275-314.
- _____. (1995), "Theorizing the interregnum: the double movement and global politics in the 1990s". In: AMOORE, L. (ed.) (2005). *The Global Resistance Reader*. London and New York: Routledge, p. 54-64.
- _____. (1997) "Gramsci, modernity and globalization". In: *Gramsci And The Twentieth Century Conference*. Istituto Fondazione Gramsci, Sardinia.

Disponível em:

http://www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online_articles/articles/gill01.shtml.

- _____. (2000), “Toward a Postmodern Prince? The Battle in Seattle as a Moment in the New Politics of Globalization”, *Millennium: Journal of International Studies*, v.29, n.1, p. 131-140.
- GLASIUS, M. e KALDOR, M. (2002), “The State of Global Civil Society: Before and After September 11”. In: ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M. *Global Civil Society 2002*. London School of Economics and Political Science, Oxford: Oxford University Press, p.3-33.
- GÓMEZ, J.M. (2000), *Política e democracia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. (2001), “¿Desafiando a la gobernancia neoliberal? Sociedad civil global, activismo transnacional y agencias económicas multilaterales”. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, n. 3, p.172-176.
- _____. (2002), “O 2º Fórum Social Mundial de Porto Alegre e os Desafios do Movimento Social Global”. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v.24, n.2, julho/dezembro de 2002, p.329-361.
- _____. (2004a), “El segundo Foro Social Mundial de Porto Alegre y los desafíos del movimiento social global contrahegemónico”. *En publicación: América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. José María Gómez. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/relint/gomez.pdf>
- _____. (2004b), “De Porto Alegre a Mumbai. El Foro Social Mundial y los retos del movimiento altermundista”. *En publicación: Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. Ana Esther Ceceña. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/gomez.rtf>
- GRAMSCI, A. (2002), *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 5.
- GURZA LAVALLE, A. (1999), “Crítica ao modelo da nova sociedade civil”. *Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, n.47, p.121-137.
- _____. (2003), “Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990”. *Novos Estudos*, n.66, junho de 2003, p.91-109.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. e BICHIR, R.M. (2004), “Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais”. *Política e Sociedade*, v.1, n.5.

- HALLIDAY, F. (1995), "The End of the Cold War and International Relations: some analytic and theoretical conclusions". In: BOOTH, K & SMITH, S. *International Relations Theory Today*. Oxford, Polity, p. 38-61.
- _____. (1999), *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS.
- _____. (2000), "Getting real about Seattle". *Millenium: Journal of International Studies*, v.29, n.1, p.123-129.
- _____. (2001), *World at 2000*. New York: Palgrave.
- HARDT, Michael. (1995), "The whitening of civil society". *Social Text*, v.14, n.4, (winter 1995), p.27-44.
- _____. (2002) "Porto Alegre: Today's Bandung?". In: AMOORE, L. (ed.) (2005). *The Global Resistance Reader*. London and New York: Routledge, p. 190-193.
- HARVEY, D. (2001), *Condição Pós-moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10a. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- HELD, D. (1995), *Democracy and the Global Order*. California: Stanford University Press.
- _____. (1998), "Democracy and Globalization". In: ARCHIBUGI, D, HELD, D e KÖHLER, M. (eds.). *Reimagining Political Community: Studies in Cosmopolitan Democracy*. California: Stanford University Press, 1998, p. 11-27.
- _____. (2003), "From Executive to Cosmopolitan Multilateralism". In: HELD, D e KOENIG-ARCHIBUGI, M. *Taming Globalization: frontiers of governance*. Cambridge: Polity, p.160-186.
- _____. (2004) Entrevista publicada no site "Global Policy Forum", Fevereiro de 2004.
Disponível em:
<http://www.globalpolicy.org/globaliz/define/2004/04heldinterview.htm>
- _____. (2005), *Un Nouveau Contrat Mondial: Pour une gouvernance social-démocrate*. Paris: Presses de Sciences Po. (Collections Nouveaux Débats).
- HELD, D.; MCGREW, A; *et al.* (eds.). (1999), *Global Transformations: politics, economics and culture*. California: Stanford University Press.
- HELD, D. e MCGREW, A. (2000a), *The Global Transformations Reader: an introduction to the globalization debate*, Cambridge: Polity Press.
- _____. (2000b), *Prós e Contras da Globalização*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- HERZ, M. e HOFFMAN, A. R. (2004), *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- HOBBSAWM, E. J. (1990), *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1995), *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras.
- HOPGOOD S. (2000), "Reading the Small Print in Global Civil Society: The Inexorable Hegemony of the Liberal Self". *Millennium: Journal of International Relations*, January 2000, v.29, n.1, p. 1-25.
- HOUTART, F. (2001), "Société civile mondiale d'en-haut et d'en-bas". *ContreTemps*, Paris, n.2, septembre 2001.
- _____. (2003), "Força e fragilidade da resistência". *Le Monde Diplomatique Brasil*, Novembro de 2003.
Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2003-11,a793>
- HOUTART, F. e AMIN, S. (2006), "Conscience collective sans acteurs collectifs ? - Trois défis pour les Forums Fociaux". *Le Monde Diplomatique*, Mai 2006.
Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2006/05/AMIN/13452>
- HOUTART, F. e POLET, F. (coordenadores). (2002), *Outro Davos: mundialização de resistências e de lutas*. Trad. Mariclara Oliveira. São Paulo: Cortez.
- HURREL, A. (1995), "International Political Theory and the Global Environment". In: BOOTH, K & SMITH, S. *International Relations Theory Today*. Oxford, Polity, p. 129-153.
- HURREL, A e WOODS, N. (1995), "Globalization and Inequality". *Millenium: Journal of International Studies*, v.24, n.3, winter, p.447-470.
- IANNI, O. (2002), *Teorias da globalização*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KALDOR, M. (1999), "Transnational Civil Society". In: DUNNE, T. e WHEELER, N (eds.) *Human Rights in Global Politics*. Cambridge University Press, p. 195-213.
- _____. (2000) "Civilising' Globalisation? The Implications of the 'Battle in Seattle'". *Millennium: Journal of International Relations* 1 January 2000, v.29, n.1, p. 105-114.
- _____. (2003a), *Global Civil Society: an answer to war*. Cambridge: Polity.
- _____. (2003b), "The idea of global civil society". *International Affairs*, v.79, n.3, p.583-593.

- _____. (2005), "The idea of global civil society". In: BAKER, G. e CHANDLER, D. (eds.) *Global Civil Society: contested futures*. London: Routledge, p.103-113.
- KEANE, J. (1998), *Civil Society: old images, new visions*. Stanford, Stanford Univ. Press.
- _____. (2001), "Global Civil Society?" In: ANHEIER, H., GLASIUS, M. e KALDOR, M. (eds) *Global Civil Society 2001*. LSE, Oxford: Oxford University Press, p.23-47.
- _____. (2003), *Global Civil Society?* Cambridge: Polity.
- KENNY, M. (2003), "Global civil society: a liberal-republican argument". *Review of International Studies*, v.29, Supplement S1, p.119-143.
- KEOHANE, R.O. e NYE J.S. (eds.). (1971), *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- KLEIN, N. (2003), *Cercas e Janelas: na linha de frente do debate sobre a globalização*. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record.
- LAÏDI, Z. (1997), *Malaise dans la mondialisation/Zaki Laïdi entretien avec Philippe Petit*. Paris: Les éditions Textuel.
- _____. (2003), *La grande perturbation*. Paris: Flammarion.
- LIMA, M.R.S. (1996), "Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria". *Dados*. Rio de Janeiro, v.39, n.3, p.393-421.
- LINDGREN ALVES, J.A. (1996), "A agenda social da ONU contra a desrazão 'pós-moderna'". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.11, No.30, Fevereiro de 1996, p. 63-81.
- _____. (2001), *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI.
- LINKLATER, A. (2002), "Cosmopolitan Political Communities in International Relations" *International Relations*, April 2002, v. 16, n. 1, p. 135-150.
- _____. (2003), "Globalization and the transformation of political community". In: BAYLIS, J. e SMITH, S. (eds.). *The globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, p.709-725.
- LIPSCHUTZ, R. D. (1992), "Reconstructing World Politics: the emergence of global civil society". *Millenium: Journal of International Studies*, v.21, n.3, p.389-420.

- _____. (2004), “Global civil society and governmentality: resistance, reform or resignation?” In: BAKER & CHANDLER (eds.) *Global Civil Society: contested futures*. London: Routledge, p.171-185
- _____. (2005), “Power, Politics and Global Civil Society”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.33, n.3, p.747-769.
- MACDONALD, L. (1994), “Globalising Civil Society: Interpreting International NGOs in Central America”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.23, n.2, p. 267-285.
- MCDONALD, K. (2006), *Global Movements: action and culture*. Blackwell Publishing.
- NOGUEIRA, M.A. (1994), “A Sociedade Civil contra a Política?”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.2, Abril-Junho de 1994, p.21-26.
- _____. (2001), *Em defesa da política*. São Paulo: Editora Senac.
- _____. (2003a), “As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização”. In: COUTINHO, C.N. Coutinho e TEIXEIRA, A. (orgs.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.215-233.
- _____. (2003b), “Sociedade Civil, entre o Política-Estatal e o Universo Gerencial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.52, junho de 2003, p.185-202.
- NOGUEIRA, J.P. e MESSARI, N. (2005), *Teorias das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- NYE, J. S. e DONAHUE, J. D. (eds) (2000), *Governance in a Globalizing World*. Brookings Institution Press.
- NYE, J. S. e KEOHANE, R. O. (2001), *Power and Interdependence*. 3rd.Ed. New York: Longman.
- O’BRIEN, R., GOETZ, A., SCHOLTE, J.A. e WILLIAM, M. (2000), *Contesting Global Governance. Multilateral Institutions and Global Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, M. D. de. (1999), *Cidadania e globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos.
- ONUF, N. (2005), “Late Modern Civil Society”. In: KENNY, M. e GERMAIN, R. (Eds). *The Idea of Global Civil Society: Politics and Ethics in a Globalizing Era*. London, Routledge, p. 47-63.
- PETERSON, M.J. (1992), “Transnational activity, international society and world politics”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.21, n.3, p.371-388.

- PETROVA, M. H. (2003), “The End of the Cold War: A Battle or Bridging Ground Between Rationalist and Ideational Approaches in International Relations”. *European Journal of International Relations*, v.9, n.1, p.115-163.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2002), *Relatório de desenvolvimento humano*. Brasília/Lisboa: Mensagem.
- POULIGNY, B. (dir.). (2001), “Une société civile internationale” – dossier, *Critique Internationale*, Paris, Presses de Sciences Po, n.13, p.163-176.
- RAISONS POLITIQUES. “Une opinion publique internationale?”, n.19, août-septembre 2005, Paris, Presses de Sciences Po.
- RAMOS, L.C.S. (2005), *A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana*. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais). PUC-Rio.
- _____. (2006), “Materialismo histórico e estudos internacionais”. Especial para *Gramsci e o Brasil*, Janeiro de 2006.
Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=454>
- RESTREPO, L.A. (1990), “A Relação entre a Sociedade Civil e o Estado – elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina”. *Tempo Social*. USP, São Paulo, v.2, n.2, 2º sem. 1990, p.61-100.
- REVUE FRANÇAISE DE SCIENCE POLITIQUE. “Les ONG face aux mouvements altermondialistes”, v.54, n.3, juin 2004, Presses de Sciences Po.
- RIBEIRO, G. L. (1997), “A condição da Transnacionalidade”. *Série Antropologia*, n.223, Brasília.
- RISSE-KAPPEN, T. (ed.). (1995), *Bringing Transnational Relations Back In. Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ROSENAU, J. (2000), “A cidadania em uma ordem mundial em mutação”. In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 363-392.
- ROSENBERG, J. (2001), *The Empire of Civil Society: a critique of the realist theory of international relations*. 2a. ed. London: Verso.
- RUANO-BORBALAN, J. (2002), “La société civile mondiale: mythes et réalités”, *Sciences Humaines*, n.130, août-septembre 2002.
- RUPPERT, M. (2000), “The new world order: passive revolution or transformative process?” In: AMOORE, L. (ed.) (2005). *The Global Resistance Reader*. London and New York: Routledge, p.194-208.

- SANTOS, B. S. (org.). (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. *Lua Nova*, São Paulo, n.39, p. 105-124.
- _____. (2002), *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.
- SASSON, A.S. (2005), “Intimations of a Gramscian approach to global civil society”. In: KENNY, M. e GERMAIN, R. (Eds). *The Idea of Global Civil Society: Politics and Ethics in a Globalizing Era*. London, Routledge, p. 35-46.
- SCHOLTE, J. A. (1999), “Global Civil Society: changing the world?” *CSGR Working Paper*, n.32, May - 1999, Department of Politics and International Studies, University of Warwick.
- _____. (2000a), “Cautionary Reflections on Seattle”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.29, n.1, p. 115-121.
- _____. (2000b), “Global Civil Society”. In: WOODS N. (ed.). (2000), *The Political Economy of Globalization*. Basingstoke. Macmillan, p. 173-201.
- SHAW, M. (1992), “Global society and global responsibility: the theoretical, historical and political limits of ‘international society’”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.21, n.3, p.421-434.
- _____. (1994) “Civil Society and Global Politics: Beyond a Social Movements Approach”. *Millenium: Journal of International Studies*. v.23, n.3, p.647-667.
- SIKKINK, K. e KECK, M. E. (1998), *Activists beyond Borders: Advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press.
- SMOUTS, M. (org.). (2004), *As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- TEIXEIRA, E. C. (1999), “Participação cidadã na sociedade civil global”. *Lua Nova*. São Paulo, CEDEC, n.46, p.135-168.
- _____. (2001), *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.
- TOURAINÉ, A. (1997), *Pourrons nous vivre ensemble? Egaux et différents*. Paris: Fayard.
- _____. (2005), *Un nouveau paradigme: pour comprendre le monde d’aujourd’hui*. Paris: Fayard.
- TOSTES, A.P. e VITA, A. (org.). (2005), *Justiça e processos democráticos internacionais*. São Paulo: Associação Editorail Humanitas.
- UN Background Paper for the Secretary-General’s Panel of Eminent Persons on United Nations Relations with Civil Society. *UN System and Civil Society – An Inventory and Analysis of Practices*. May 2003.

Disponível em: <http://www.un.org/reform/pdfs/hlp9.htm>

UN High Level Panel on UN-Civil Society. Contextual paper prepared by the Panel's Chairman Fernando Henrique Cardoso. *Civil Society and Global Governance*. June 2003.

Disponível em: <http://www.un.org/reform/pdfs/cardosopaper13june.htm>

UN Secretariat. *Reference Document on the Participation of Civil Society in UN Conferences and Special Sessions of the General Assembly during the 90s*. 25 May 2001.

UN General Assembly. "Views of the Member States, Members of Specialized Agencies, Observers, Inter-Governmental Organizations and NGOs from All Regions in respect of the S-G's report". *Arrangements and Practices for the Interaction of NGOs in All Activities of the UN System*. S-G Report A/54/329, 8 September 1999.

UN General Assembly. "We the peoples: civil society, the United Nations and global governance". *Report of the Panel of Eminent Persons on United Nations-Civil Society Relations*. A/58/817, 11 June 2004.

Disponível em: <http://www.un.org/apps/docs/ws.asp?m=A/58/817>

VIEIRA, L. (1996), "Sociedade Civil e Espaço Global". *São Paulo em Perspectiva*, v.10, n.4, p.107-119.

_____. (1998), *Cidadania e Globalização*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2001), *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro, Record.

VIGEVANI, T. (1999), "Ciclos Longos e Cenários Contemporâneos da Sociedade Internacional". *Lua Nova*, São Paulo, n.46, p. 5-53.

WALKER, R.B.J. (1993), *Inside/Outside: international relations as political theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1994), "Social Movements/World Politics". *Millenium: Journal of International Studies*, v.23, n.3, p.669-700.

WALZER, M. (ed.). (1995), *Towards a Global Civil Society*. Oxford: Berghahn Books.

WANDERLEY, L. E. (2002), "Mercosul e Sociedade Civil". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v.16, n.1, p.63-73.

WATERMAN, P. (1998), *Globalization, Social Movements and the New Internationalisms*. London: Mansell.

WIEVIORKA, M. (org.). (2003), *Un autre monde... - voix e regards*. Paris: Balland.

WOODS N. (ed.). (2000), *The Political Economy of Globalization*. Basingstoke. Macmillan.

ZACHER, M.W. (2000), “Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional”. In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 83-141.

Sites consultados:

Attac: <http://www.attac.org/indexfla.htm>

Banco Mundial: <http://web.worldbank.org/>

Centre for the Study of Global Governance: <http://www.lse.ac.uk/Depts/global/>

CLACSO: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/biblioteca/fbiblioteca.html>

Fase: <http://www.fase.org.br>

Global Policy Forum: <http://www.globalpolicy.org/ngos/>

IBASE: <http://www.ibase.org.br>

Nações Unidas: <http://www.un.org>

OMC: <http://www.wto.org>

PNUD: <http://www.undp.org>

Social Watch: <http://www.socialwatch.org>

The NGOs network: <http://www.ngos.net/>

United Nations Conferences: <http://www.un.org/News/facts/confercs.htm>

Union of International Associations: <http://www.uia.org/>

Anexo I⁶⁴

Folha de São Paulo

São Paulo, domingo, 21 de maio de 2000

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2105200009.htm>

+ brasil 501 d.C.

Interligando milhões de pessoas de todos os países do mundo, as novas tecnologias podem relativizar os reflexos nacionalistas, combater a xenofobia e facilitar a compreensão mútua entre as diversas culturas

Da pólis digital à democracia cosmopolita

SERGIO PAULO ROUANET

O pensamento tornou-se mais imortal que nunca; ficou volátil, intangível, indestrutível. Mistura-se ao ar... Ele se transforma, agora, em revoada de pássaros, dispersa-se aos quatro ventos e ocupa de uma só vez todos os pontos do ar e do espaço." Quem fala assim não é um apologista da Internet, e sim um entusiasta do livro. É Victor Hugo, que num capítulo de "Notre Dame de Paris" intitulado "Ceci Tuera Cela", "isto matará aquilo", afirma que a imprensa, levando a razão a todos os recantos da terra, expulsará os últimos resíduos da tirania e da superstição. Em seu conteúdo descritivo, as palavras de Hugo aplicam-se perfeitamente à nova era da comunicação digital. Mais do que nunca, o pensamento se desmaterializa, faz-se ar, voa, dispersa-se, anula o tempo e o espaço. Mas Hugo não estava elogiando uma nova tecnologia. Estava tomando posição num debate político. O tipógrafo leigo é mais eficiente que um copista de mosteiro - tinha uma produtividade maior, para usar um jargão econômico moderno.

Força subversiva

Mas não era disso que se tratava. O que dava seu valor à imprensa era, antes de mais nada, sua força subversiva: não somente a imprensa já representava em si mesma uma revolução social, pois destruiu o monopólio que a Igreja exercera durante séculos na preservação e transmissão do saber, como podia solapar, por meio do livro, o dogmatismo religioso e a autoridade política. Foi justamente o que aconteceu quase na mesma época em que Gutenberg inventou a imprensa. Foi por meio de um livro - a Bíblia traduzida para o alemão - e de um texto impresso - as teses afixadas na igreja de Wittenberg - que Lutero realizou a Reforma protestante. Foram os livros que fizeram o Iluminismo, e foi uma Enciclopédia que fez a Revolução. A questão, agora, é saber se as novas tecnologias de informação e comunicação poderão desempenhar um papel semelhante. Sabemos que a Internet serve para vender mercadorias. Tudo leva a crer que uma proporção cada vez maior do comércio mundial será feita por esse meio. Um Walter Benjamin de hoje talvez dissesse que, se no protocapitalismo a mercadoria morava nas "Passagens" - e no capitalismo moderno, nos shopping centers -, seu domicílio, na era do capitalismo pós-moderno, é o ciberespaço. Só agora a mercadoria chegou ao seu estágio fetichista, no sentido de Marx: dissolvida na realidade virtual, ela se transformou, verdadeiramente, numa fantasmagoria. Sabemos também que a Internet serve para difundir pornografia, para fazer propaganda neonazista, para anunciar o fim do mundo e até, mais inocentemente, para o "chat", para a conversa fiada. Nisso a Internet talvez substitua o salão do antigo regime, onde cônegos conversavam com duquesas sobre o último escândalo de Versalhes. Não são bem esses os "chats" que interessam às nossas filhas adolescentes, mas isso é um detalhe. Se ressuscitasse, Madame de Sévigné talvez até dissesse que hoje o web é o último lugar onde podemos conversar, "le dernier salon où l'on cause".

Iluminismo hoje

Mas isso não esgota o potencial da Internet. Assim como, apesar de todas as distorções, a imprensa foi o principal veículo para a realização do programa iluminista clássico, as novas técnicas de comunicação

⁶⁴ O grifo no termo "sociedade civil global" não corresponde à versão original destes artigos.

podem ser decisivas para a concretização dos grandes projetos do Iluminismo de hoje. O primeiro desses projetos é a implementação de uma ética universal. Na versão de Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, essa ética denuncia as condições formais para que uma norma seja considerada válida: ela precisa ser consensualmente aceitável, num processo argumentativo de que participem todos os interessados, de modo igualitário e não-coercitivo. Mas, num mundo dividido em comunidade nacionais, a aplicação prática dessa ética encontra dificuldades insuperáveis. Sua principal exigência -a participação livre e igualitária de todos os afetados- não pode ser atendida. Assim, quando uma grande potência adota uma política protecionista ou restringe a imigração ou realiza uma intervenção militar, está afetando milhões de cidadãos de outros países. Mas essas pessoas não são nem podem ser incluídas nas deliberações que levaram à adoção daquelas políticas. A aplicação das novas tecnologias pode preencher, em parte, esse déficit de comunicação. Elas permitem, em tese, que todas as pessoas potencialmente afetadas por tais políticas, quaisquer que sejam suas nacionalidades, façam chegar às instâncias decisórias apropriadas suas inquietações e suas propostas.

Democracia mundial

Mas é óbvio que uma ética universal só poderá ser plenamente eficaz quando os interessados possam participar, de fato, dos respectivos processos deliberativos. Isso só será possível quando todos os afetados sejam, ao mesmo tempo, cidadãos, o que somente acontecerá quando as democracias nacionais forem complementadas por uma democracia mundial.

É o segundo grande projeto do Iluminismo moderno. As novas tecnologias podem contribuir para o advento dessa democracia. Interligando milhões de pessoas, de todos os países do mundo, elas podem relativizar os reflexos nacionalistas, combater a xenofobia, facilitar a compreensão mútua entre as diversas culturas. E, uma vez criada uma democracia cosmopolita, as novas tecnologias serão um instrumento poderosíssimo para assegurar a comunicação entre indivíduos e organizações, no bojo da sociedade civil mundial.

Devemos evitar qualquer forma de triunfalismo tecnológico. Nada garante que a argumentação moral conduzida pela Internet entre um filósofo de Campinas e um sofista bávaro seja tão fecunda quanto a conduzida, na ágora, entre Sócrates e Górgias. A pólis digital não é a mesma coisa que a pólis ateniense. A "world-wide web" tem uma vaga semelhança com um parlamento mundial, mas talvez leve algum tempo até que esse parlamento produza um Gladstone. Mesmo que a humanidade inteira esteja ligada à rede, isso fará dos usuários "netizens", mas não necessariamente "citizens". Não importa. Um Windows 2.000 não pode gerar nem Voltaire nem Zola, mas eles não teriam desdenhado a Internet para a reabilitação de Calas e para a defesa de Dreyfus.

Uma das idéias mais inovadoras nessa direção está sendo posta em prática justamente no Brasil. É uma publicação eletrônica, denominada "Hypertexto" (www.hypertexto.com.br). Editado pelo jornalista Claudio Cordovil, "Hypertexto" publica artigos em várias línguas e convida todos os interessados a enviarem seus comentários.

Essa publicação se filia expressamente a uma perspectiva iluminista. Segundo seus autores, "é uma nova "Encyclopédie" virtual, que, abolindo fronteiras geográficas, aspira a consolidar uma **sociedade civil global** por meio da revitalização da herança iluminista". É um primeiro e importantíssimo passo para continuar, com os meios globais oferecidos pelas novas tecnologias, o antigo combate do Iluminismo contra o fanatismo e o poder ilegítimo. Ceci tuera cela.

Folha de São Paulo

São Paulo, quinta-feira, 19 de outubro de 2000

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1910200009.htm>

Soberania X globalização

À luz da globalização, a soberania presente no discurso político moderno não tem a mesma força persuasiva de antes

Os protestos em Seattle, Davos e Praga ainda sinalizam incoerências, mas já afirmam o ponto de vista dos excluídos

OLAVO SETUBAL

"Não parece haver, para o modo de produção da riqueza, outra forma que não o capitalismo" **José Arthur Giannotti**

A soberania sempre foi um dos temas mais recorrentes no discurso político do mundo moderno. Formalizada pelo Tratado de Vestfália, no final do século 17, o sentido que ela hoje possui resulta de um lento e conturbado processo histórico de elisão dos corpos sociais com jurisdições autônomas, de monopolização da força, de afirmação da lei positiva, de centralização administrativa e de institucionalização de um padrão contratual de organização societária fundada no direito territorial e no princípio da legalidade.

Ao definir a soberania como um poder independente, supremo e exclusivo, desde aquela época, os teóricos enfatizam suas principais características, como a inalienabilidade, a incondicionalidade e a perenidade do poder. Os que o exercem, porém, tendem a ser mais pragmáticos. Conscientes da distância entre desejo e experiência, eles podem fazer da defesa da soberania o eixo de seus discursos e de sua ação. Mas conhecem as limitações materiais para o pleno exercício da soberania formal -e a história comprova esse juízo de fato.

Vejamos alguns exemplos deste século. Logo em seu início, em Haia, Rui Barbosa defendeu brilhantemente a igualdade das nações soberanas, na tradição dos discursos universais apegados a fórmulas legal-liberais. Mas, em suas memórias, o embaixador inglês naquela conferência afirmou que as manifestações dele não passavam de "discursos longuíssimos e insípidos".

Horrorizado com a carnificina da Primeira Guerra Mundial (1914-18), o presidente Wilson propôs a criação de uma instituição multilateral, a Liga das Nações, com a faculdade de impor sanções aos países que não cumprissem suas normas. O Senado norte-americano rejeitou a entrada dos EUA na liga e o Brasil fez parte dela por pouco tempo, tendo saído quando não foi incluído no Comitê Diretor. As elites dos dois países aplaudiram essas decisões.

Duas décadas depois, a Itália de Mussolini invocou a necessidade de "espaço vital" para justificar a conquista da Etiópia, um país pobre, sem recursos minerais e que não poderia dar suporte a qualquer projeto econômico. Pela primeira vez, desde sua criação, a Liga das Nações aplicou sanções à Itália. Mas fracassou, como também não conseguiu conter a Alemanha hitlerista.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), os aliados criaram a ONU, cujo poder executivo é exercido pelo Conselho de Segurança, composto por cinco nações com assento permanente e direito a veto, mais seis membros rotativos sem direito a veto. Desse modo, embora seja um órgão com poderes supranacionais, a ONU diferencia os países mais poderosos dos demais.

Nos últimos anos, houve, no plano supranacional, uma grande expansão dos acordos de direitos humanos. Exemplo disso foi o julgamento das imunidades do general Pinochet pela Câmara dos Lordes, no Reino Unido, como decorrência de um pedido de extradição feito pelo promotor espanhol Baltasar Garzón. Também convém lembrar que, meio século após o término da Segunda Guerra, foram reabertos pedidos supranacionais de indenização por violação dos direitos humanos, dos quais o melhor exemplo é a reivindicação feita aos bancos suíços pelas vítimas do Holocausto. Quando foi comprovado que os recursos abandonados nesses bancos durante o nazismo representavam um valor pequeno, as vítimas pediram e obtiveram indenização por danos morais no valor de US\$ 1,5 bilhão.

Recentemente, a ONU autorizou algumas intervenções militares relevantes, das quais a mais conhecida ocorreu no Iraque, que até hoje está sob controle militar. A Otan (aliança militar liderada pelos EUA) interveio na Iugoslávia na mesma linha, em nome da proteção dos direitos humanos dos kosovares albaneses, que vinham sendo desrespeitados pelos sérvios. Ao fim de 78 dias de bombardeio, o governo iugoslavo capitulou. Nas últimas semanas, aliás, o presidente Milosevic foi obrigado, por pressão internacional, a renunciar. É importante lembrar que, na Alemanha, o Partido Verde, uma agremiação pacifista e que detém, no governo Schroeder, o Ministério das Relações Exteriores, aprovou essas intervenções.

Entre os organismos multilaterais do pós-guerra, destaca-se o FMI (Fundo Monetário Nacional), em cujo

âmbito o poder decisório é proporcional ao capital subscrito por cada país. Dominado pelos países ricos, o FMI financia nações com dificuldades monetárias. Algumas dessas ajudas são ilustrativas. Quando o Brasil declarou moratória parcial, no governo Sarney, o ministro Dilson Funaro foi ao Japão, tendo sido recebido pelo primeiro-ministro, que o ouviu criticar o FMI. Ao fim, impassível, disse: "sem acordo com o FMI, o Japão não financia o Brasil". Seu sucessor, Bresser Pereira, após levar aos EUA a diretriz inicial para renegociação da dívida, foi informado, pela imprensa, da nota emitida pelo secretário do Tesouro, classificando-a de "non start".

Outro órgão do pós-guerra é a OMC (Organização Mundial do Comércio), encarregada de elaborar e aplicar as regras do comércio mundial. Sua importância cresceu na mesma proporção em que as transformações tecnológicas e a expansão dos mercados esvaziaram os projetos econômicos nacionais. Recentemente, depois de o Canadá se queixar à OMC que o Brasil subsidiava as exportações da Embraer, nosso país foi condenado a pagar uma indenização. Antes da OMC, no regime da soberania "irrestrita", os países podiam retaliar-se sem restrições. Como membro da OMC, o Canadá teve de solicitar autorização e viu seu pedido atendido em bases menores das que desejava.

No âmbito monetário, a situação é a mesma. Os EUA, a Europa e o Japão consolidaram a independência operacional de seus respectivos Bancos Centrais. Essa situação os levou a um convívio permanente com o Tesouro americano e com outras instituições multilaterais, como o Banco de Compensações Internacionais, o Banco Mundial, o BID e os maiores bancos particulares internacionais. A esse convívio deu-se o nome de Consenso de Washington; os valores por ele gerados hoje influenciam as taxas de juros e de câmbio do mercado globalizado.

Com o objetivo de institucionalizar esses valores, a União Européia criou um banco supranacional único e uma moeda comum, o euro, com o apoio de 11 dos 15 países-membros. Os governos dos outros países, pressionados pelo sistema econômico, quiseram ingressar no euro. Mas foram impedidos por seus sistemas políticos, como acaba de ocorrer na Dinamarca. Todos os quatro continuam integrando a União Européia e, portanto, permanecem submetidos às normas do Acordo de Maastrich, que, na verdade, é a codificação das normas aplicadas nos últimos anos pelo Consenso de Washington.

Com o prevailecimento do consenso, surgiram firmas especializadas em avaliar o risco financeiro de empresas e de seus respectivos países, o que fez de seus relatórios e de suas classificações marcos importantes na definição das taxas de juros dos papéis financeiros emitidos no mundo inteiro. Tomando como premissa a sustentabilidade de um quadro macroeconômico básico, essas agências mudaram por completo as bases de julgamento das ações econômicas dos Estados e passam a fazer uma distinção entre os papéis de "investment-grade", que podem ser comprados por instituições cujos objetivos não lhes permitem correr riscos, e os papéis de "non-investment-grade", que podem ser comprados por instituições dispostas a assumir riscos aceitáveis.

Os papéis emitidos no Brasil têm sido classificados como "non-investment-grade"; na América Latina, só os papéis do México e do Chile são considerados "investment-grade". Na Argentina, dá-se como certo que o principal objetivo da política econômica do presidente Fernando de la Rúa é conseguir a classificação "investment-grade" para os papéis argentinos. Como na lógica dessas agências de "rating" os bancos não podem ter classificação superior à de seu país, há distorções. É o caso do Brasil, cujas empresas e bancos pagam juros bem maiores do que os bancos portugueses e espanhóis, cujos papéis têm o conceito "AAA". Por isso o Banco Itaú Europa, sediado em Lisboa e sob a jurisdição do Banco de Portugal, tem seus papéis classificados como "investment-grade", o que já não acontece com o Banco Itaú do Brasil, que tem seus papéis classificados como "BB", iguais aos do governo brasileiro.

As agências de "rating" são uma realidade do mercado financeiro. Embora suas decisões firam o sentimento de soberania nacional, sua influência não pode ser negada - e o desconhecimento desse juízo de fato pode resultar em ilusões ideológicas e equívocos políticos, encarecendo o custo do dinheiro, inviabilizando o crescimento e aprofundando desajustes sociais seculares.

Vista à luz da globalização, que se expressa sob a forma de um "sistema-mundo" organizado por meio de amplas redes de relações econômicas, a soberania jurídico-formal, tão presente no discurso político do mundo moderno, não tem a força persuasiva de antes. Por isso a dúvida é saber se é possível mudar esse quadro. Talvez a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que de algum modo pode regular o preço do petróleo, seja o único poder em condições de se contrapor ao Consenso de Washington. Nesse cenário de responsabilidades descentralizadas e compartilhadas, em cujo âmbito a idéia de um Estado centralizado, fundado na noção de soberania exclusiva, foi superada pelos fluxos de capitais e pelas tecnologias de comunicação, o governo Fernando Henrique gerenciou com pragmatismo a inserção do país,

o que lhe permitiu enfrentar o ataque ao real por ocasião da crise da Ásia, em 1998, e a desvalorização da moeda, em janeiro de 1999.

Ao criticar esse pragmatismo, muitos não percebem que o país já está inserido na globalização, não tendo condições de retroceder a opção do governo. Outros, por sua vez, reivindicam uma inserção internacional soberana do Brasil na economia globalizada, sem, contudo, especificar claramente como esse projeto pode ser implementado no âmbito de uma realidade mundial policêntrica, em cujo âmbito as negociações e a redefinição das diferentes instituições multilaterais são um processo contínuo.

Nesse sentido, os protestos de Seattle, Davos e Praga sinalizam a formação de uma **sociedade civil global** ainda incoerente e contraditória, mas já capaz de vocalizar sentimentos contra um mundo exclusivamente gerido pelos mercados e de afirmar o ponto de vista dos excluídos. Mas a alternativa oferecida fica na proposta de regulação dos fluxos de capital, por meio de um imposto. Para esses, é importante lembrar que o G-7 (grupo dos sete países mais ricos) recusa-se a apoiar a taxa "Tobin" e a aceitar qualquer controle até sobre capitais especulativos de curto prazo. Os projetos nacionais alicerçados numa concepção clássica de soberania, por mais nobres e justas sejam suas intenções, são considerados utópicos. E, se forem postos em prática por algum país, acabarão sendo automaticamente recebidos com a posição "non start".

Olavo Egydio Setubal, 77, engenheiro, é presidente da Itaúsa (Itaú Investimentos S.A.). Foi prefeito de São Paulo (1974-79) e ministro das Relações Exteriores (1985-86).

Folha de São Paulo

São Paulo, segunda-feira, 07 de maio de 2001

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0705200113.htm>

RESENHA

Livro prevê surgimento de cidadania global

ANDRÉ SINGER

DA REPORTAGEM LOCAL

O ex-deputado do PT Lizst Vieira lança hoje, no Rio de Janeiro, "Os argonautas da cidadania" (Record, 403 páginas), no qual defende a hipótese de que está em curso a constituição de uma sociedade civil em escala mundial. Constituída pelas organizações não-governamentais (ONGs), ela seria a resposta democrática ao declínio do Estado nacional e das formas tradicionais de democracia.

O livro foi construído a partir de ampla pesquisa, não só teórica, realizada pelo hoje professor da PUC-RJ na Universidade de Columbia (NY). O texto de Vieira, que foi coordenador do Fórum Global durante a Eco 92 procura explicar o que está por trás dos movimentos que inviabilizaram a reunião da OMC em Seattle (1999) e promoveram o Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

Embora o problema ambiental ocupe lugar importante na reflexão do autor, há um esforço para assentar em conceitos teóricos amplos a idéia de que estamos assistindo à emergência de uma nova cidadania. As referências a Habermas, para quem "o advento da cidadania mundial não é mais mera fantasia", em particular são essenciais para a elaboração do raciocínio de Vieira.

A conclusão do estudo, que inclui dezenas de entrevistas com dirigentes de ONGs é otimista. "A construção dessa emergente esfera pública transnacional possibilitará (...) avançar na universalização dos direitos individuais e políticos, na redução das desigualdades e na garantia de sobrevivência de diferenças culturais", afirma perto das conclusões. Concorde-se ou não, o livro permite um mergulho nos meandros desse novo ator político, a **sociedade civil global**.

São Paulo, segunda-feira, 21 de maio de 2001

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2105200102.htm>

ENTREVISTA DA 2ª

Sociólogo Boaventura de Sousa Santos defende globalização alternativa

"Democracia convive com fascismo social"

GABRIELA ATHIAS
DA REPORTAGEM LOCAL

DANIEL BRAMATTI
EDITOR-ADJUNTO DE COTIDIANO

As fronteiras nacionais não são obstáculo para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, 60, quando se trata de reunir argumentos contra a tese de que não há alternativas ao atual modelo de globalização.

Atualmente, ele coordena uma pesquisa em seis países de quatro continentes -Portugal, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e África do Sul- sobre formas de resistência à exclusão social, que considera a principal consequência do que chama de globalização neoliberal.

"O capitalismo deixou de fazer concessões, a democracia perdeu a capacidade de distribuir riqueza, e as sociedades acabaram desenvolvendo relações fascistas", diz ele, referindo-se ao número cada vez maior de pessoas excluídas do contrato social. Ou seja: que não têm nenhum direito.

A perda de direitos e da noção de cidadania está ligada ao que esse professor da Universidade de Coimbra chama de "colapso das expectativas".

"O estabelecimento de uma sociedade é a estabilização das expectativas. Hoje, como no fascismo, há pessoas que não sabem se amanhã terão comida ou se continuarão vivas", afirma.

Como exemplo de "fascismo social", ele cita o controle que facções criminosas exercem em favelas e bairros operários.

Os excluídos são o mote do processo, ainda embrionário, do que Santos chama de "globalização alternativa", em contraponto à "globalização neoliberal".

O professor, que esteve em São Paulo participando do 1º Colóquio Anual de Direitos Humanos, ressalta não ser contrário à globalização. Ele diz que é hora de "reinventar a esquerda" para que ela possa contribuir para a humanização do modelo.

Para Santos, a busca do bem comum, objetivo abandonado pelas ciências em geral e pela economia em particular, precisa voltar a ser o foco dos cientistas. "A globalização é governada por uma economia que desconhece a complexidade do mundo e é indiferente às consequências de suas teorias."

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida à Folha na última quarta-feira.

Folha - O sr. afirma que sociedades democráticas convivem com fascismo social. Poderia explicar esse conceito?

Santos - É a extrema polarização da riqueza em muitos países, e o Brasil é um bom exemplo disso -está criando uma forma de convivência semelhante à produzida pelas sociedades fascistas tradicionais. É a convivência com o medo, o colapso total das expectativas, que é o fato de a pessoa viver sem saber se amanhã estará viva, se terá emprego, se terá liberdade.

Esse tipo de convivência fascista não está sendo produzido por um Estado fascista: o Estado é democrático, há partidos, há assembleias, há leis, há instituições públicas. Simplesmente há uma população, cada vez maior, que não tem acesso a esses direitos.

Folha - O sr. pode dar exemplos dessa situação?

Santos - Eu vou a uma cidade como Medellín, na Colômbia, governada pelas chamadas "bandas", grupos

armados privados, como alguns que encontramos no Rio e em São Paulo, e eles não são Estado. São sociedade civil, são máfias privadas. E eles exercem funções do Estado, como a justiça, por exemplo. O que acontece também é uma colaboração entre o Estado e essas máfias. É o exemplo das polícias, que, muitas vezes, são tão corruptas quanto essas máfias e atuam em conjunção com elas. O que se passa hoje no Rio, por exemplo, é que uma parte da polícia é muito ligada a grupos criminosos. A pergunta é: onde acaba o Estado e começa a sociedade nesses casos? É muito difícil dizer. É uma coisa híbrida.

Os grupos armados das favelas dizem às pessoas a que horas elas devem entrar, devem sair etc. As relações sociais são fascistas porque um grupo social tem direito de veto sobre outros.

Folha - Como esse fenômeno se origina?

Santos - Vivemos em meio ao fascismo social porque a democracia deixou de ter capacidade de redistribuição. A democracia só tem tensão com o capitalismo, o que leva o capitalismo a funcionar com um rosto humano, se tiver capacidade de redistribuir: de tirar um pouco dos ricos para dar aos pobres. O fascismo social emerge se a democracia deixa de fazer isso -e a gente vê que no Brasil a decadência das políticas públicas sociais vai nesse sentido. O capitalismo só pode combinar com a democracia se ela for essa caricatura de democracia em que a gente vive.

Folha - O sr. vê uma ligação entre a crise da democracia redistributiva e a globalização. Existem alternativas a esse processo?

Santos - Na década de 80, entendeu-se que a globalização ocorreria como um processo natural. Desenvolveu-se então o conceito de "tina" -sigla de "there is no alternative" (não há alternativa). Ou seja: esse é o modelo por meio do qual nós criaríamos o modelo de desenvolvimento.

Esse modelo virá privar os Estados da sua capacidade de regulação social, dará novos direitos de propriedade para os investidores nacionais e internacionais e dará um peso maior às organizações multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Entre as características desse modelo, o que se dizia é que não havia alternativas.

Folha - Como começa a contestação do modelo?

Santos - A partir da década de 90, começamos a ver as consequências excludentes da globalização neoliberal, como o aumento exponencial da polarização entre ricos e pobres -não apenas entre países ricos e pobres, mas entre pobres e ricos de cada país.

Começamos a verificar que, em vários países, passaram a surgir formas de resistência. Não a resistência do movimento operário. O que havia era outra coisa: movimentos rurais e urbanos com alianças internacionais, muitas vezes feitas com uso da internet, começaram a criar alternativas para resistir aos efeitos mais excludentes da globalização.

A primeira manifestação pública apareceu em Seattle, em novembro de 99. Esses movimentos vão, de alguma maneira, desaguar no primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nessa altura, muitos dos movimentos afirmam-se contra a globalização. Eles partem da idéia de que só existe um modelo de globalização. Mas é um processo lento, por meio do qual tentamos mostrar que somos a favor de uma globalização alternativa.

Folha - E o que o sr. chama de globalização alternativa?

Santos - As alianças entre os diferentes movimentos sociais e iniciativas que estão resistindo e propondo alternativas criativas à exclusão social.

A democracia participativa é uma dessas iniciativas. Vemos em várias partes do mundo -e Porto Alegre é um exemplo- iniciativas no sentido de produzir novas formas de distribuição de recursos, que não sejam apenas por cálculo econômico, mas pelas necessidades sociais das populações.

Há também movimentos de cooperativas que estão emergindo em diferentes países, os movimentos indígenas e todas as formas alternativas de produção que eles estão promovendo.

Folha - Por exemplo?

Santos - Na questão do direito de propriedade intelectual sobre a biodiversidade, por exemplo. É o que

chamamos de bioimperialismo. Essa é a forma mais sinistra por meio da qual as grandes empresas multinacionais estão se apropriando, na América Latina, do conhecimento indígena.

As multinacionais vêm com seus técnicos, conversam com os xamãs, com os homens velhos dessas comunidades, levam as plantas medicinais e, a partir daí, patenteiam o remédio. Amanhã, quando o índio quiser comprar o remédio, terá de pagar royalties. Isso é pilhagem.

Folha - O que o sr. chama de "fair trade" (comércio justo), em contraposição ao "free trade" (comércio livre)?

Santos - É uma forma de globalização alternativa de expressão muito pequena, talvez menos de 0,1% do comércio mundial, mas que é uma coisa emergente.

Funciona como um comércio em que os produtos foram feitos de acordo com determinadas características: com salários justos, em condições ecológicas equilibradas, sem discriminação aos sindicatos, sem trabalho infantil, sem trabalho escravo.

O comércio justo não olha só para a qualidade do produto, mas para a qualidade do processo, como foi produzido.

Folha - Existe uma sociedade civil global?

Santos - É aquela formada pelos oprimidos. É o que eu chamo de sociedade civil estranha e indiferente, é a sociedade dos excluídos do contrato social.

Alguns grupos jamais estiveram no contrato social, como os índios. Os trabalhadores estiveram e estão sendo expulsos. As minorias étnicas não estão nesse contrato social em muitos países.

Claro que há outra **sociedade civil global**, formada pelos executivos e do mercado. A avenida Paulista é um dos grandes centros da **sociedade civil global** dominante.

Folha - As ONGs têm legitimidade para representar a sociedade, apesar de não prestarem conta dos seus recursos e de suas estruturas hierárquicas?

Santos - As ONGs não podem ser uma maneira de o Estado se eximir de promover a cidadania. Em segundo lugar, as ONGs têm de ser genuinamente da sociedade civil, não instrumentos que o Estado cria. Há ONGs que são braços da CIA. Algumas primeiras-damas da África estão atarefadas criando esse tipo de instituição. As ONGs precisam ser democráticas internamente e prestar contas às comunidades em que atuam.

Folha - A esquerda tradicional, focada no movimento operário, não foi atropelada por essas novas formas de organização, pautadas em alianças transnacionais?

Santos - A esquerda, ao contrário da Terceira Via, tem muito futuro. Só precisa ser reinventada. A esquerda tradicional foi configurada em duas idéias que hoje estão em dificuldade: em primeiro lugar foi pautada nos Estados nacionais. Marx pregava que os trabalhadores do mundo se unissem, mas quem se uniu foi o capital. Os trabalhadores ganharam direitos ao nível dos Estados. Quando veio a globalização, a esquerda não teve resposta.

A outra razão pela qual a esquerda ficou numa situação de deficiência é porque, na tradição ocidental, o trabalho sempre foi a grande via de acesso à cidadania. Para ter acesso à seguridade social e a outros direitos, era preciso ter emprego. Hoje o trabalho não dá mais cidadania. É realizado sem condições e sem direitos.

No capitalismo que vigorou até a década de 80, havia mercados nacionais de trabalho, ainda que segmentados. O trabalho hoje é um recurso global, mas não há um mercado global de trabalho. Há liberdade de movimento para produtos e serviços, mas não para os trabalhadores.

Sou adepto de fronteiras abertas para a imigração. A posição é radical, mas penso que na Europa é necessário defendê-la. Não temos direito a privilégios quando o resto do mundo morre de fome.

Folha - O sr. defende a desobediência civil como forma de luta por determinados direitos. Isso não ameaça a democracia?

Santos - Não. Os momentos fortes da história da democracia não são discussões no Parlamento. São

momentos em que grupos que estão excluídos lutam pela inclusão com medidas que, muitas vezes, são ilegais.

Se as greves não são permitidas, fazem greves. Se as marchas não são permitidas, fazem marchas. Foi o que aconteceu com o movimento negro nos Estados Unidos. Se era proibido ir a um restaurante, negros entravam e ficavam lá conversando. Era uma ação ilegal, mas foi assim que nasceu o movimento pelos direitos civis.

Folha - A globalização alternativa não é uma utopia?

Santos - Sim. Mas eu cito sempre Sartre nessa questão: todas as idéias, antes de serem realizadas, parecem utópicas.

Folha de São Paulo

São Paulo, domingo, 04 de agosto de 2002

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0408200201.htm>

CIDADANIA GLOBAL

Cresce a participação em ONGs que lutam por temas como a justiça global e a democracia; "Hoje, se você quer mudar o mundo, não entra em um partido, mas se torna parte de alguma campanha global", diz especialista

Cidadão do mundo

MARIA BRANT
DA REDAÇÃO

O mundo todo viu os milhares de manifestantes tentando bloquear a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle em 1999. A cena se repetiu em 2000 em Washington e Praga, em reuniões do FMI e do Banco Mundial, e, finalmente, em Gênova, em uma cúpula do G-8 em julho do ano passado, quando a morte de um estudante italiano pela polícia os levou às primeiras páginas dos jornais do mundo.

Cerca de dois meses depois, porém, os terroristas que derrubaram as torres do WTC em Nova York e a subsequente reação dos EUA os empurraram para o "pano de fundo político", nas palavras do jurista americano Richard Falk.

Hoje, pouco mais de um ano após Gênova e pouco menos de um ano após 11 de setembro, eles parecem ter desaparecido, pelo menos da mídia. O movimento de cidadãos globais, ou da **sociedade civil global** -que ganhou visibilidade com os manifestantes, mas não se limita a eles-, contudo, está mais vivo do que nunca. Mas o que querem os cidadãos globais? Como se organizam?

Em primeiro lugar, pedem para que o movimento ao qual pertencem não seja chamado de antiglobalização, como costumavam dizer as legendas das fotos das manifestações. "Esse termo é uma invenção da mídia. Esse é um movimento de cidadãos pela justiça global", diz Susan George, vice-presidente da Attac-França (Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos). "Eles se opõem à globalização corporativa dirigida pelo mercado, mas não são antiglobalização, o que seria inútil: a tecnologia e a facilidade de viajar estão nos aproximando, e isso é bom."

O termo "globalização de baixo para cima", cunhado por Falk em 1994, passou a designar a causa geral pela qual se orientam. "A globalização de baixo para cima são as forças sociais, movimentos, voluntários, ONGs que tentam criar uma comunidade além do Estado territorial", afirma Falk.

Segundo o sociólogo carioca Liszt Vieira, autor de "Os Argonautas da Cidadania" (ed. Record) e secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, eles lutam em torno de três bandeiras: "a democracia política, social e econômica, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental".

É importante lembrar que a **sociedade civil global** não é formada só por manifestantes.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 da ONU, divulgado recentemente, houve um crescimento de 19,3% no número de ONGs internacionais entre 1990 e 2000.

"Essa resistência à globalização econômica dominante se tornou mais visível a partir de Seattle, mas já vinha de muito antes. Os Estados reunidos na ONU já vinham sofrendo pressão e lobby de organizações da sociedade civil", diz Vieira, que acompanhou reuniões internacionais de ONGs de 1991 a 1995. "Houve uma influência real, e em muitas decisões finais da ONU houve influência de propostas da sociedade civil."

Representação

Não é fácil conciliar a imagem de um mundo de cidadãos globais lutando contra as "injustiças da globalização" em um momento de ascensão da direita na Europa e de altos níveis de abstenção eleitoral entre jovens. Mas, segundo os especialistas ouvidos pela **Folha**, esses dois fenômenos são ligados.

Para Falk, a convivência das duas tendências é normal. Momentos de transformação, diz, sempre provocam reações contraditórias, em que um lado "tenta reviver as formas mais rígidas do velho sistema e outro tenta gerar a base para um novo sistema".

Segundo Mary Kaldor, diretora do Programa para o Estudo da **Sociedade civil global** da London School of Economics, a abstenção eleitoral está relacionada a uma percepção de que o Estado nacional tem menos autonomia. "Muitas pessoas sentem que os governos têm menos capacidade de influenciar diretamente a situação na qual vivemos, então não há mais razão para votar neles."

De fato, segundo uma pesquisa mundial do instituto Gallup apresentada pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na Cúpula do Milênio, em 2000, dois terços da humanidade não se sentiam representados por seus governos.

Para Kaldor, esse sentimento tem um lado positivo. "Com o crescimento de movimentos sociais e da sociedade civil nos anos 70 e 80, cada vez mais jovens que tradicionalmente teriam entrado na política partidária entraram em ONGs ou movimentos sociais", afirma. "Hoje, se você quer mudar o mundo, não entra em um partido, mas se torna parte de alguma campanha global."

Essa percepção da perda da capacidade do Estado de influenciar a vida de seus cidadãos, aliada à de que grande parte das decisões globais são tomadas por órgãos multilaterais, também levou ao questionamento da representatividade dessas instituições.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 da ONU, que dedica um capítulo ao assunto, "quase metade do poder de voto no Banco Mundial e no FMI está nas mãos de sete países". Além disso, na OMC, "as decisões são tomadas em reuniões de pequenos grupos e altamente influenciadas por Canadá, União Européia, Japão e EUA".

Diversas ONGs se dedicam especialmente ao assunto. A 50 Years Is Enough, por exemplo, dedica-se à democratização do FMI e do Banco Mundial. Alguns intelectuais, como Falk, e ativistas, como o jornalista britânico George Monbiot, defendem a criação de um Parlamento global, ou assembléia geral dos povos.

A ONU reconhece a possibilidade de uma tal assembléia, mas aponta para o sucesso de campanhas de ONGs e movimentos da sociedade civil em esforços de responsabilização -destacando seu papel na formação do TPI (Tribunal Penal Internacional)- e para um programa de parcerias de empresas com as Nações Unidas.

A parceria é tema de uma das campanhas da ONG CorpWatch. "É preciso examinar as práticas ambientais e de direitos humanos dessas companhias, ou elas podem usar a parceria com a ONU simplesmente como uma jogada de marketing", diz Julie Light, editora-executiva da organização, com sede San Francisco.

Redes

A CorpWatch ilustra bem a ligação entre os movimentos pela justiça global e a internet.

Na rede, há inúmeros sites voltados para o público dos cidadãos globais. No Idealist.org, da Action Without Borders, é possível procurar empregos em ONGs em todo o mundo. No Global Exchange, acham-

se até pacotes turísticos -ou "reality tours"- que incluem trabalho em organizações de prevenção à Aids no Zimbábue ou visitas para acompanhar a reconstrução do Afeganistão.

A CorpWatch é um site que publica notícias sobre as práticas de corporações. O objetivo não é pedir o boicote a produtos de empresas consideradas pouco responsáveis, mas informar pessoas físicas que compram ações e dar consultoria a administradoras de fundos de pensão.

A influência da internet sobre o movimento da **sociedade civil global** não se limita ao uso do meio para divulgar campanhas. Segundo o sociólogo Vieira, a internet influenciou sua forma de organização, "em redes de caráter transversal, e não vertical".

"Há uma preocupação enorme em evitar se transformar em organismos centralizados, como movimentos sindicais", afirma.

Uma das maiores ONGs internacionais, a Friends of the Earth, com 1,1 milhão de membros, é um exemplo. Ela é uma rede de ONGs locais de 70 países que se unem em torno de campanhas comuns.

"Cada campanha envolve o trabalho de muitas de nossas organizações, às vezes tentando influenciar uma posição no nível local, outras vezes tentando influenciar decisões internacionais", diz o ambientalista salvadorenho Ricardo Navarro, presidente da Friends of the Earth International.

A formação em redes tem a ver com os objetivos desses grupos. "Nenhuma organização quer tomar o poder, mas democratizar o Estado para fazer com que ele seja permeável aos influxos e influências que vêm dos organismos da sociedade civil", afirma Vieira.

Folha de São Paulo

São Paulo, quinta-feira, 22 de janeiro de 2004

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2201200409.htm>

TENDÊNCIAS/DEBATES

Sonhos de Mumbai

ZANDER NAVARRO

Tradição ou mudança? Ao longo da história, a antinomia animou várias respostas, do nascimento das "ciências da sociedade" aos mais diversos conflitos. Mumbai, cidade indiana de 18 milhões de habitantes, a segunda maior do planeta, recebeu o Fórum Social Mundial, e tal sede não poderia ser mais emblemática, pois as incertezas sugeridas por essa polaridade não apenas caracterizam a cidade, mas marcam o próprio Fórum Social.

A Índia provavelmente é um dos países que mais evidenciam os dilemas da globalização. Notável poder emergente, sua economia floresce, comanda tecnologias sofisticadas e observa atualmente o rápido crescimento de empregos transferidos dos países mais ricos, especialmente na área de serviços. Mas a pobreza mais aguda, em Mumbai, é onipresente e dilacerante: metade de sua população vive em favelas e, espantosamente, pouco mais de 1 milhão de pessoas dormem ao relento.

O Fórum Social também é marcado por tradição e arcaísmo, mas anseia a mudança global. Suas incertezas refletem o imobilismo gerado por essa oposição. Nesse sentido, a quarta edição do evento demonstrou evidentes sinais de esgotamento, não obstante ter sido presenciado por mais de 100 mil pessoas, segundo os organizadores.

Sem adesão relevante nos países ricos, dificilmente um outro mundo será algum dia possível

O fórum tem origem, especialmente, em quatro processos sociais e econômicos dos anos 90: a orfandade

política da esquerda, depois de 1989, e a busca de um novo espaço de manifestação; as evidências de ampliação da desigualdade no mundo; a revolução tecnológica, particularmente no campo da comunicação, pois a internet permitiu a formação de redes e articulações entre atores em rapidez antes sequer imaginada; e, finalmente, nos anos mais recentes, o sentimento de "desproteção" que passou a predominar em quase todo o planeta, em face do rebaixamento do poder do Estado de regular as lutas sociais e a arbitragem da distribuição da riqueza. A convergência desses processos abriu caminho para os movimentos de protestos dos anos recentes e sua oposição à globalização e ao capitalismo.

Seus resultados são inegáveis. Criou um promissor locus de interação do "campo progressista", revigorando uma identidade política ameaçada, essencial para a reemergência da ação coletiva motivada pelo ideário tradicional de esquerda. Além disso, conseguiu reduzir a dominação aplastante da hegemonia neoliberal, que vigorou em quase toda a década passada, bloqueando diversas iniciativas conservadoras e, de certa forma, se constituindo em um novo pólo contraposto à direita política.

Quais seriam então os seus impasses? Primeiramente, o que para muitos é a sua manifestação mais positiva e democrática, isto é, a diversidade de manifestações sociais e políticas -que permite assistir seminários intitulados "Desaprendendo", "Ética dos engenheiros", "Uma dança em um corpo diferente" ou, até mesmo, "A vida depois do capitalismo". Não obstante ter criado extraordinário palco de visibilidade em torno dos problemas sociais, esse é um dos seus mais fortes problemas, pois não sendo centrado em focos de ação viáveis, transformou-se primordialmente em um "espaço de debates", destinado tão somente à denúncia. O outro impasse toma as ruas e salões do fórum desde a sua primeira edição: há, claramente, um conflito de gerações. Uma geração mais velha, ainda movida por noções de mudança derivadas dos debates ideológicos dos anos 70 e parte da década seguinte, e outra mais jovem, desinformada dos debates políticos polarizados do passado. Para essa, a ação política ou é mais próxima de um mal disfarçado altruísmo de classes médias dos países ricos ou, inversamente, adere ao radicalismo mais infantil, inclusive porque sem nenhum lustro analítico. Para esses últimos, aliás, Mumbai produziu a novidade da primeira divisão do movimento, pois foi organizado simultaneamente o "Fórum de Resistência", para agregar especialmente a extrema-esquerda, insatisfeita com um suposto reformismo do evento oficial.

O terceiro fator limitante se relaciona às suas atuais impossibilidades políticas. Não se articulando com partidos políticos (exceto no Brasil) e outras forças sociais detentoras de poder real, o fórum corre o risco de se manter apenas como a grande festa da esquerda mundial, assim mantendo-se como quimérica a noção de uma **sociedade civil global** com poder de transformação.

Finalmente, a barreira mais grave para o futuro dessa iniciativa é a inexistência de um programa de ação e de oferta concreta de alternativas -ou a impossibilidade de materializar iniciativas reais e de maior abrangência. Ao manter uma retórica antiamericana como seu lema principal e uma fetichização das experiências dos países do "Sul", o fórum move-se em círculos. Por que não aproveitar, por exemplo, as chamadas "metas do milênio", instituídas pela ONU em 2000, como a sua principal campanha de ação? Ou então, em relação à ampliação do peso político, considerar que nenhuma mudança mais substantiva ocorrerá se não contar com o apoio de setores sociais significativos dos países do "Norte"? Sem adesão relevante nos países ricos, dificilmente um outro mundo será algum dia possível. Talvez Porto Alegre, no próximo ano, consiga avançar sobre tais impasses.

Zander Navarro, 51, acompanhou o Fórum Social Mundial deste ano em Mumbai, na Índia. É professor visitante da Universidade de Sussex (Inglaterra) e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

Folha de São Paulo

São Paulo, domingo, 11 de abril de 2004

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1104200410.htm>

Materialismo exagerado fortalece extremismo, diz ativista americano

FREE-LANCE PARA A FOLHA

Benjamin Barber, 64, é professor de sociedade civil na Universidade de Maryland (EUA) e um ativo

defensor da democracia e da **sociedade civil global**. Para o autor de "McMundo x Jihad", o materialismo agressivo americano gera insatisfação e fortalece o fundamentalismo islâmico. Ele foi assessor informal do presidente Bill Clinton entre 1994 e 1999. (HP)



Folha - Como o sr. vê a luta de Bush contra o terrorismo?

Benjamin Barber - O governo Bush pôs toda a sua fé na supremacia militar e econômica americana. Podemos ganhar a batalha contra o Taleban no Afeganistão e contra a Guarda Republicana no Iraque, mas nossa força militar suprema é assimétrica em relação à ideologia fundamentalista e às táticas terroristas. "McMundo" é ele mesmo a causa da jihad: o materialismo secular exagerado de um mundo ocidental que fala sobre democracia, mas pratica o capitalismo global, que fala sobre liberdade, mas exporta hambúrguer e basquete.

Folha - Qual deveria ser o papel dos EUA hoje?

Barber - Os EUA deveriam apoiar as leis internacionais, o multilateralismo, como fez após a Segunda Guerra, quando tinha mais poder que hoje. Muitos achavam que os EUA deveriam seguir da Alemanha até a URSS. Mas os EUA acreditaram que a democracia floresceria sob a lei e a cooperação. E democracia não é apoiar governos de que a gente gosta. Na Argélia, em 1991, um partido moderado islâmico ganhou o primeiro turno de uma eleição, e o governo francês, com apoio dos EUA e em conluio com o Exército argelino, acabou com a democracia, lançando o país numa guerra civil de dez anos que massacró milhares de pessoas. Apoiar a democracia significa também apoiar o direito das pessoas de cometer erros.

Folha - O que é a democracia preventiva que o sr. sugere como alternativa à guerra preventiva?

Barber - É construir instituições da sociedade civil de baixo para cima, que criam cidadania. Você não tem democracia sem cidadãos, e para isso é preciso educação e livre expressão religiosa. Se os Estados Unidos quisessem apoiar a educação, teriam posto um tanque diante de cada escola quando invadiram Bagdá, e não na frente do Ministério da Energia! Hoje no Afeganistão há pouquíssimas escolas, e em nosso aliado Paquistão há 30 mil madrassas [escolas islâmicas] que inculcam ódio ao Ocidente.

Folha - Mas esse tipo de ação não é mais invasiva ainda?

Barber - Você tem de trabalhar com instituições democráticas autóctones. Você não pode exportar a Declaração de Direitos americana, não pode chegar e dizer: vamos transformar Bagdá em Hollywood! Em sociedades onde homens e mulheres têm papéis culturais diferentes, você deve inicialmente criar instituições que dêem poder a ambos em suas respectivas esferas.

Folha - E por que então não deixar simplesmente que cada sociedade siga seu caminho?

Barber - Em parte por causa da preocupação com nossa segurança. Um mundo mais democrático, onde as pessoas não sejam subjugadas, é um mundo onde o terror não é atraente. Mas você não dá autonomia às pessoas na ponta do fuzil. Há um papel para a presença americana na manutenção da paz, mas como parte de uma presença internacional e da ONU. No Haiti, gostaria que tivéssemos chamado o Brasil e a Venezuela para participar [da resolução do conflito]. Se outros têm visões diferentes, por que não estão envolvidos, e por que os EUA insistem em fazer as coisas sozinhos?

Folha - Como o sr. vê o debate atual na sociedade americana sobre o novo papel dos EUA?

Barber - O 11 de Setembro mostrou que os EUA não conseguem nem defender o Pentágono. Outra questão é a do livre movimento de capital e de empregos no mundo. Muitos americanos estão assustados com o fato de que as duas coisas que mais os afetam, a situação econômica internacional e o fundamentalismo islâmico internacional, estão fora de seu controle. Para Bush, se nós perdemos soberania dentro dos EUA, devemos estender a soberania no mundo. Mas muitos americanos acham que é preciso tornar os EUA mais participantes do mundo, trabalhando com parceiros e aliados.

Folha - Como o sr. viu a derrota de um aliado de Bush na eleição espanhola, após os atentados de Madri?

Barber - É ambíguo, mas não foi uma vitória do terrorismo, como se disse nos EUA. Como nos casos Watergate, Irangate e Monica Lewinsky, a questão não é o que você faz, mas o que você abafa. Se eu sou Osama bin Laden, estou bem melhor com Bush e a Guerra do Iraque. A Guerra do Iraque é um milagre para Osama.

Folha de São Paulo

São Paulo, sexta-feira, 28 de maio de 2004

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2805200416.htm>

LUÍS NASSIF

As caras da globalização

A mesa que debateu as análises sobre sistemas de globalização, na inauguração do Instituto Fernando Henrique Cardoso, no sábado passado, foi excepcional pelos expositores e pelos ângulos abordados.

Como colocou na largada a coordenadora da mesa, Ruth Cardoso, a interpretação puramente econômica do fenômeno da globalização se esgotou. Há a necessidade de uma nova teoria das mudanças sociais, devido à globalização da miséria. E em avançar nova teoria da dinâmica da sociedade, em um mundo mais fragmentado do que jamais foi e, no entanto, dinâmico e desigual.

O desafio foi proposto inicialmente ao espanhol Manuel Castels, analista brilhante da contemporaneidade. A tese de Castels é que, no mundo atual, instrumentos de representação política não funcionam, porque não há capacidade de ação para assimilar tantas idéias. Existem, então, uma crise de legitimidade e outra de eficiência. Mais de dois terços dos cidadãos do mundo se acham sub-representados pelos políticos. Na Europa, esse índice chega a 59% e governos são sinônimos de corrupção e de burocracia, não de justiça e de solidariedade.

Essas crises sempre ocorrem em processos de mudanças na sociedade, porque instrumentos não conseguem mudar na mesma rapidez, ocorrendo uma crise de gestão de problemas. Por isso movimentos de identidade nacional tão importantes quanto o da globalização.

Os Estados-nação não irão desaparecer, mas está sendo construído um sistema "ad hoc" de governança mundial, com federações de Estados em rede de co-soberania, como é o caso da União Européia, mas com muitos problemas de funcionamento.

Castels identificou quatro naturezas distintas nos movimentos sociais globalizados:

- 1) Discussão global: o desenvolvimento global de associações cívicas e comunitárias locais. Não é **sociedade civil global**, mas junção de sociedades civis locais.
- 2) ONGs de âmbito internacional, como Anistia Internacional e outras. Devem existir cerca de 40 mil delas, com alto nível de popularidade, mais que os governos, se orientando para fins concretos de mediação, e por isso são entendidas pelo povo. O mundo pode ir mal, mas o objetivo específico é atingido. Daí o grande apoio conquistado.
- 3) Movimentos sociais globais contra a ordem social existente. São redes de movimentos articuladas em torno da internet e campanhas midiáticas que atuam pontualmente sobre centro de decisão de poder. São movimentos democráticos. Em Seattle, o que uniu os manifestantes foi o slogan "não à globalização, sim à representação".
- 4) Menos identificado e cada vez mais importante são os movimentos de opinião pública autônomos, espontâneos, fugazes, mas com efeitos extraordinariamente impactantes, proporcionados pelas novas tecnologias de comunicação eletrônica: internet, telefones móveis.

Na Espanha, de 12 a 14 de março, o movimento que se seguiu ao atentado terrorista e derrotou a situação espanhola foi basicamente espontâneo e por meio de SMS (mensagens rápidas). Naqueles dias, o tráfego de SMS aumentou 40%. Foi um movimento típico das novas tecnologias, que mudou não apenas a história da Espanha e da Europa como da própria Guerra do Iraque.

Vamos continuar no tema outro dia.

Folha de São Paulo

São Paulo, quinta-feira, 27 de outubro de 2005

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2710200509.htm>

TENDÊNCIAS/DEBATES
Liberdade, equidade e fraternidade

EDMAR PRADO LOPES

★"As forças mais novas e talvez mais importantes da **sociedade civil global** chamam-se organizações não-governamentais (ONGs) (...) Podemos defini-las como qualquer organização que pretende representar o povo e trabalhar seu interesse à parte das estruturas de Estado."

Antonio Negri e Michael Hardt ("Império")

Em 20 de setembro, o Banco Mundial publicou seu relatório "Eqüidade e Desenvolvimento", que trata das questões de desenvolvimento sustentável no longo prazo. Mostrando um retrato da atual desigualdade entre nacionalidades, raças, gêneros e grupos sociais, o documento traz o Brasil como um dos destaques negativos. Somos apontados como um dos campeões mundiais da desigualdade, com índices semelhantes àqueles da África e a incontestada liderança na América Latina.

O terceiro setor avançou. As idéias e ações de responsabilidade social se disseminam pela sociedade

O relatório aborda também o conceito de eqüidade, diferente de igualdade. Eqüidade não é igualdade. Eqüidade é, de acordo com o banco, "a igualdade de oportunidades para as pessoas" e, mais do que buscarmos a igualdade de renda simplesmente, devemos ampliar os investimentos em saúde e educação e o acesso à Justiça, à propriedade e à infra-estrutura de serviços básicos.

Toda vez que vem a público um relatório dessa natureza, olhamos o "copo meio vazio" e dificilmente atentamos para as nossas coisas boas. Nelson Rodrigues, em seu ufanismo habitual, chamava isso de "síndrome do vira-lata". O "anjo pornográfico", tendo como referência o mundo do futebol, atacava de forma contundente a baixa auto-estima tupiniquim e um certo imobilismo geral diante das adversidades. Nós gostamos de ser os pentacampeões do futebol e não os campeões da desigualdade. Mas será que nos tempos do "quadrado mágico" na seleção brasileira há alguma notícia boa vindo do campo social?

Há, e como quase sempre, passou despercebida por todos nós.

Algumas das boas notícias vêm do terceiro setor da economia. Aquele que, formado por ONGs, fundações e institutos e financiado com recursos privados, trata de interesses públicos. Os números são vigorosos e eloqüentes.

Em 2004, o IBGE e o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), em parceria com a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) e com o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), apresentaram o estudo intitulado "As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil - 2002".

Pela primeira vez, seguindo critérios internacionais, temos números e estatísticas, além de uma proposta de classificação dessas entidades, as quais muito têm feito pelo Brasil. Mais do que isso, o relatório mostra a relevância econômica desse setor. Vamos aos dados.

O primeiro dado importante é o crescimento do número de instituições. Em 1996, elas eram 105 mil. Em 2002, já somavam 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) no Brasil, representando um aumento de 157% no período em questão. Essas instituições têm como características serem privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas. As Fasfil representam 5% das organizações formalmente cadastradas no país.

A maioria dessas instituições é de pequeno porte. 77% delas não têm empregados, levando-nos a pensar que uma parcela significativa dos serviços prestados por essas organizações é realizada por meio de trabalho voluntário ou informal. A hipótese é reforçada pela pesquisa de Landim e Scalón (2000), cujos

dados indicam que o número de voluntários no Brasil é de 19,7 milhões de pessoas, dos quais 71% trabalham em organizações sem fins lucrativos.

No período analisado, as Fasfil criaram 500 mil novos empregos. O número total de trabalhadores no terceiro setor saltou de 1 milhão para 1,5 milhão, correspondendo a um crescimento de 48%. O pessoal ocupado pelas Fasfil já representa 5,5% da mão-de-obra ocupada no país. Apenas para efeito comparativo, em 2002, as estatísticas apontavam 500 mil servidores públicos federais na ativa. É quase a população inteira de Sergipe, por exemplo.

As Fasfil são relativamente novas, pois 62% delas foram criadas a partir da década de 90. Esse crescimento é resultado do processo de redemocratização da década de 80 e do conseqüente aumento da participação da sociedade civil organizada. Essas organizações têm atuado em saúde, educação, defesa de direitos, atividades religiosas e assistência social, entre outros. As Fasfil têm atuado, preferencialmente, naqueles temas que o Banco Mundial elegeu como fundamentais para a construção de um ambiente de equidade e crescimento sustentável. O crescimento do terceiro setor é bom para todos e complementa as políticas do governo no campo social.

O "copo está meio cheio". O terceiro setor avançou. As idéias e ações de responsabilidade social se disseminam pela sociedade. Bons exemplos se multiplicam. O "homem cordial" brasileiro, conforme descrito por Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil", foi a campo e fez. Podemos nos convencer de que, além do futebol, o brasileiro tem outros bons exemplos a dar ao mundo.

Edmar Prado Lopes, 41, engenheiro, é gerente de Planejamento da Fundação Roberto Marinho.

Folha de São Paulo

São Paulo, domingo, 05 de fevereiro de 2006

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0502200609.htm>

O mundo solidário, 2006

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

O Fórum Social Mundial (FSM) de 2006 é policêntrico: realiza-se em três continentes. Acabam de ter lugar os eventos africano (Bamako, Mali) e americano (Caracas, Venezuela) e, no próximo mês de março, terá lugar o asiático (Karachi, Paquistão).

O FSM de Bamako, do qual participaram cerca de 20 mil pessoas, revelou mais uma vez a capacidade da África para sediar realizações internacionais que permitem dar visibilidade às perspectivas africanas, não só sobre os problemas daquele continente como também sobre os problemas do mundo.

Mereceram especial atenção os temas da dívida externa, modelos de desenvolvimento, acesso à terra e à água, luta das mulheres contra as muitas formas de discriminação (violência doméstica, destruição dos mercados locais, HIV/ Aids). O fórum de Bamako tornou claro que os problemas que afligem a África não são apenas o produto das relações injustas entre o Norte e o Sul. Devem-se também a governos nacionais corruptos e autoritários. À luz da experiência de Bamako, é de prever que o FSM de 2007 (um só evento), a se realizar em Nairóbi (Quênia), será um êxito.

Do FSM de Caracas, participaram cerca de 100 mil pessoas, sendo particularmente significativas as delegações da Colômbia, do Brasil e dos EUA. A grande participação de organizações e movimentos sociais norte-americanos foi uma das novidades mais vincadas desse fórum. A presença destacada da ativista contra a guerra no Iraque Cynthia Sheehan -que montou a sua tenda de protesto em frente ao rancho de G.W. Bush, no Texas- simbolizou a integração das forças progressistas norte-americanas -até agora relativamente isoladas- na luta continental e mundial por uma sociedade mais justa e pacífica.

O FSM reflete sempre o contexto político da região em que tem lugar. Em Caracas, esse contexto se refletiu em três níveis.

Bamako e Caracas foram nas últimas semanas os rostos da sociedade civil global em luta pela paz e pela justiça social

Primeiro, na saliência da luta contra o imperialismo econômico e militar dos EUA. Nunca como hoje os EUA tiveram tantas dificuldades de relacionamento com tantos países importantes do continente. O projeto de livre comércio continental (Alca), promovido pelos EUA, ficou enterrado (talvez definitivamente) em Mar del Plata, onde teve lugar a última cimeira interamericana.

Enquanto os Estados Unidos recorrem a tratados de livre comércio bilaterais com os países mais pobres do continente, Venezuela, Argentina, Brasil, Uruguai e Cuba vão desenvolvendo um projeto alternativo de integração regional. Não restam dúvidas de que a América Latina é hoje o elo fraco do imperialismo norte-americano.

O contexto regional levou também a múltiplos debates sobre a "onda" de governos democráticos de esquerda que perpassa o continente, do que as manifestações mais recentes são a eleição de Evo Morales, na Bolívia, e a de Michelle Bachelet, no Chile -e a que se podem juntar, em futuro próximo, a reeleição de Lula, no Brasil, e a eleição de López Obrador, no México.

Não se trata de uma esquerda, mas, antes, de várias esquerdas, que têm em comum o respeito pelo jogo democrático, a afirmação de autonomia em relação aos EUA, tanto econômica (recusa da Alca) como política (uma política externa não alinhada), e a busca de uma integração regional endógena.

Constituem diferentes pactos políticos a partir de uma matriz que podemos designar como social-democracia desenvolvimentista. Recorrem, porém, a instituições diferentes das da social-democracia europeia, da bolsa-família brasileira às missões venezuelanas. Não criam fundos estruturais de coesão social do tipo dos vigentes na União Europeia, mas procuram que a integração regional combine solidariedade com vantagens econômicas. Por isso, trocam serviços e bens (por exemplo, petróleo por vacas prenhas ou serviços médicos) fora do mercado capitalista.

Essa "onda" e essas novas instituições suscitam um conjunto novo de questões sobre as estratégias dos movimentos sociais e, em especial, sobre as articulações destes com os governos e os partidos progressistas. Entre a autonomia radical dos zapatistas e a adesão acrítica a um programa político vitorioso, são possíveis muitas posições intermédias, como a da cooperação autônoma e confrontacional do MST.

O contexto regional refletiu-se ainda no fórum pela presença do presidente Chávez. Ele falou aos participantes durante cerca de seis horas. Penso, no entanto, que não se pode deduzir daqui que tenha manipulado o fórum. Foi ouvido com agrado por muitos que ouviram na sua fala os objetivos da luta pela qual sempre lutaram. Mas os mais experientes não deixaram de pensar que, se Chávez pareceu ser o salvador em 2006, já o mesmo tinha sucedido com Lula em 2003, e é natural que venha a suceder com outro líder em 2007 e 2008.

Entretanto a luta continua. Onde Chávez errou foi ao tomar posição, no seu primeiro discurso, num debate interno do FSM, a favor daqueles que pretendem transformar o FSM -de espaço aberto de encontro, num ator político global mais eficaz ou talvez mesmo numa nova internacional. Chávez teve consciência do mal-estar que criara, não pela posição, mas pela interferência e, no último discurso, não se cansou de salientar a autonomia do fórum. Bamako e Caracas foram nas últimas semanas os rostos da **sociedade civil global** em luta pela paz e a justiça social.

Boaventura de Sousa Santos, 65, sociólogo português, é professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). Escreveu, entre outros livros, "A Crítica da Razão Indolente" (Cortez).